

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS
MESTRADO EM POLÍTICAS PÚBLICAS

NEUZIANE SOUSA DOS SANTOS

DO CANTO DE SEREIA AO PRESENTE GREGO: análise da responsabilidade social empresarial da Vale a partir do Programa Ação Educação no Maranhão, no período de 2012-2014.

São Luís
2015

NEUZIANE SOUSA DOS SANTOS

DO CANTO DE SEREIA AO PRESENTE DE GREGO: análise da responsabilidade social empresarial da Vale a partir do Programa Ação Educação no Maranhão, no período de 2012-2014.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão, como requisito final para obtenção do título de Mestre em Políticas Públicas.

Orientador: Prof. Dr. Horácio Antunes de Sant'
Ana Júnior

São Luís
2015

NEUZIANE SOUSA DOS SANTOS

DO CANTO DE SEREIA AO PRESENTE DE GREGO: análise da responsabilidade social empresarial da Vale a partir do Programa Ação Educação no Maranhão, no período de 2012-2014.

Esta dissertação foi julgada adequada à obtenção de grau em mestre em Políticas Públicas e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão.

Aprovada em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Horácio Antunes de Sant' Ana Júnior (Orientador)
Universidade Federal do Maranhão

Prof. Dra. Joana Aparecida Coutinho (1º Examinador)
Universidade Federal do Maranhão

Prof. Dr. Samarone Carvalho Marinho (2º Examinador)
Universidade Federal do Maranhão

Dedico essa Dissertação aos ex-participantes do Programa Ação Educação que se nutrem dia a dia de conhecimento, que venham contestar as ações sociais emanadas por empresas como a Vale.

AGRADECIMENTOS

A materialização deste trabalho é produto de aprendizados, decepções, solidariedade de classe, amizades e de momentos críticos e prazerosos da vida, os quais se tornaram condição fundamental para que o mesmo chegasse a ser concretizado.

Agradeço a minha família pelo apoio que sempre disponibilizou para que eu prosseguisse com os estudos; agradeço aos amigos Mario Seixas pelo incentivo, a Gisele Nunes, Arnaldo Junior, Jadeilson Ferreira, que na tentativa de me compreender se dispuseram a ouvir e ler minhas ideias ainda em construção, colaborando, assim, com a construção do objeto de pesquisa. Agradeço em especial aos meus amigos Ribamar, Fábio, Elem, Diego, Francisco, Pedro e Josemar por entenderem a importância da construção do conhecimento em minha vida. Agradeço aos amigos Augusto Vaz pelas conversas e Elias Ergon por mostrar-me o melhor a ser realizado, referenciais de vida e ao meu companheiro Hemerson pela paciência nos dias difíceis. Agradeço à família GEDMMA (grupo de pesquisa GEDMMA) pelos esclarecimentos de dúvidas nas oficinas de pesquisa. Agradeço carinhosa e profundamente ao meu mestre e orientador Horácio Antunes de Sant'Ana Junior: ser humano profissional e ético, uma vanguarda de professor dialético e humano no qual eu me espelho. Agradeço grandiosamente à banca que fez parte da minha qualificação de projeto de pesquisa: ao professor Samarone Marinho, poeta e contestador da ordem capitalista opressora e à professora Joana Coutinho, mulher admirável por ser crítica da ordem social vigente e defensora da transformação social, esses professores contribuíram para a construção desse estudo: alargaram a minha visão de responsabilidade social empresarial, em acrescentar e polir meu olhar com mais criticidade sobre o objeto, com olhares da dúvida radical, entendendo-a como condição *sine qua non* na pesquisa científica. Agradeço à Capes pela bolsa concedida, a Izabel, Edson e Claudio pelo apoio na Secretaria do PPGPP e amigo Júlio da xerox; aos entrevistados que concederam parte de seu tempo para contribuir com respostas aos problemas levantados pela pesquisa; a recepção carinhosa em Açailândia: do advogado Masson, Albino e do Centro de Defesa de Direitos Humanos e em Bom Jesus das Selvas pelo carinho e acolhimento de Mirian, Fabiana e Alan. A todos e a todas, muito obrigada!

Desconfiai do mais trivial, na aparência singela.

E examinai, sobretudo, o que parece habitual.

Suplicamos expressamente: não aceiteis o que é de hábito como coisa natural, pois em tempo de desordem sangrenta, de confusão organizada, de arbitrariedade consciente, de humanidade desumanizada, nada deve parecer natural, nada deve parecer impossível de mudar.

Bertolt Brecht

RESUMO

Analisa-se o Programa Ação Educação financiado pela Vale S/A, no Maranhão, a partir de 2012. Demonstra-se que o Programa é uma ação de Responsabilidade Social Empresarial (RSE), que funciona em sistema de parcerias no espaço do terceiro setor. O Ação Educação compreende duas ações: uma direciona-se à formação de gestores de escolas públicas estaduais do município de Açailândia e, a outra, destina-se a formação da equipe de Secretaria de Educação do município de Bom Jesus das Selvas. Diante das relações constituídas no seio do referido Programa, encontram-se discursos que, aparentemente parecem ser ação dotada coerência e linearidade e práticas contraditórias que negam o discurso. Questiona-se o discurso e a prática de responsabilidade social da Vale, por meio de seus determinantes históricos. Por conseguinte, para obtenção de resultados, utilizou-se autores que interpretam RSE como um processo ideológico, de modo a interpretar a RSE da Vale como uma estratégia ideológica redutora de conflitos socioambientais em comunidades sede do Programa Ação Educação, em razão da busca desenfreada por lucro da empresa.

PALAVRAS-CHAVE: Responsabilidade Social Empresarial. Ideologia. Engodo. Educação.

ABSTRACT

Analyzes the Education Action Program funded by Vale S / A, in Maranhão, from 2012. It shows that the program is a Corporate Social Responsibility Action (CSR), which works in partnership system within the third sector . The Education Action comprises two actions: one directs to the training of managers of public schools in Açailândia the municipality and the other, intended for training of staff of the Secretariat of the Municipality of Bom Jesus jungles of Education. On the relationships established within that program, are speeches that apparently seem to be endowed action coherence and linearity and contradictory practices that deny speech. Wonders whether the speech and the practice of social responsibility of Vale, through its historical determinants. Therefore, to obtain results, we used authors who interpret CSR as an ideological process in order to interpret the CSR Valley as a reductive ideological strategy of socio-environmental conflicts in communities headquarters of the Education Action Programme, because of the unbridled search for profit of the company.

KEYWORDS: Corporate Social Responsibility. Ideology. Untruth. Education.

LISTA DE SIGLAS

- ABNT** - Associação Brasileira de Normas Técnicas
- ABRINQ** - Fundação pelos Direitos da Criança e do Adolescente
- ABRH** - Associação Brasileira de Recursos Humanos
- AA 1000** - Accountability 1000
- AIIV** - Articulação Internacional dos Atingidos pela Vale
- ALFA sol** - Alfabetização Solidária
- BS** - Balanço Social
- BNDES** - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
- BRADSPAR** - Bradesco Participações
- CEDAC** - Comunidade Educativa
- CFEM** - Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais
- COEP** - Comitê de Entidades no Combate à Fome e pela Vida
- COMEFC** - Consórcio dos Municípios da Estrada de Ferro Carajás
- CSLL** - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido
- CSN** - Companhia Siderúrgica Nacional
- CVRD** - Companhia Vale do Rio Doce
- DDM** - Discurso do Desenvolvimento pela Mineração
- DHESCA** - Direitos Humanos, Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais
- DMPM** - Departamento Nacional de Produção Mineral
- EIA** - Estudo de Impacto Ambiental
- EFC** - Estrada de Ferro Carajás
- ETHOS** - Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social
- FGH** - Fundo Garantidor de Habitação
- FIDES** - Fundação, Instituto de Desenvolvimento Empresarial e Social
- FIDH** - Federação Internacional de Direitos Humanos
- FIESP** - Federação de Indústrias do Estado de São Paulo
- FMI** - Fundo Monetário Internacional
- FRD** - Fundo para o Desenvolvimento Regional com Recursos da Desestatização
- FUNDEF** - Fundo Nacional de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério
- GEDMMA** - Grupo de Estudos: Desenvolvimento, Modernidade e Meio Ambiente
- GIFE** - Grupo de Institutos, Fundações e Empresas

GRI - Global Reporting Initiative

IESF- Instituto de Educação Superior Franciscano

IBAMA - Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

IBASE - Instituto Brasileiro de Análises Sociais

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IBRAM- Instituto Brasileiro de Mineração

ICMS - Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal de Comunicação

IDH - Índice de Desenvolvimento Humano

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

IRPJ - Imposto de Renda de Pessoa Jurídica

ISE/BOVESPA - Índice de Sustentabilidade Empresarial da Bolsa de Valores de São Paulo

ISO - International Organization for Standardization

JnT- Rede Justiça nos Trilhos

LDB - Lei de Diretrizes e Base

MA - Maranhão

MARE - Ministério de Administração Federal e Reforma do Estado

MEC - Ministério de Educação

MME - Ministério de Minas e Energia

MST- Movimento dos Trabalhadores Sem Terra

ONG - Organização Não Governamental

ONU – Organização
o das Nações Unidas

OSCIP - Organização da Sociedade Civil de Interesse Público

PAC – Programa de Aceleração do Crescimento

PAR - Plano de Ações Articulada

PCFM - Plano de Combate a Fome, à Miséria e pela Vida

PDE - Plano Decenal de Educação

PIB - Produto Interno Bruto

PL – Projeto de Lei

PNBE - Pensamento Nacional das Bases Empresariais

PNM - Plano Nacional de Mineração

PSOL - Partido Socialismo e Liberdade

PSPP - Parceria Social Público-Privada

RIMA - Relatório de Impacto Ambiental

RSE - Responsabilidade Social Empresarial

TEPCO - Tokyo Electric Power Company

SAEB - Sistema de Avaliação da Educação Básica

UEMA - Universidade Estadual do Maranhão

UFMA- Universidade Federal do Maranhão

UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Complexo de mineração da Vale.....	Pg. 58
Figura 2	Sítio eletrônico da Fundação Vale.....	Pg. 67
Figura 3	Sítio eletrônico da Val.....	Pg. 69
Figura 4	Modelo de atuação da Vale.....	Pg. 71
Figura 5	Demonstrativo de investimentos sociais.....	Pg. 80

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1	Bairro Piquiá de Baixo.....	Pg. 65
Imagem 2	Contradições do desenvolvimento econômico da Vale.....	Pg. 69
Imagem 3	Encontro de parceiros.....	Pg. 79
Imagem 4	Propaganda do voluntariado da Vale.....	Pg. 96

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
2 RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL: uma estratégia de reprodução do capital.	25
2.1 A NOÇÃO DE RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL	25
2.1.2 A hipotética preocupação com a natureza	32
2.2 RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL NO BRASIL: da filantropia à solidariedade interessada.	36
2.2.1 A reforma do estado	36
2.2.2 Cidadania em questão	42
2.2.3 A neofilantropização da questão social.....	43
2.2.4 Solidariedade de cima para baixo	50
2.2.5 Marketing empresarial	52
3 A RESPONSABILIDADE SOCIAL DA VALE.....	55
3.1 CONFIGURAÇÕES DA MINERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA VALE	55
3.1.1 A Vale no Maranhão.....	64
3.2 DO CANTO DE SEREIA AO PRESENTE DE GREGO: a prática de responsabilidade social da Vale no Maranhão.	66
3.2.1 A Fundação Vale.....	71
3.2.2 Código de Ética da Vale	75
3.2.3 COMEFC: estratégias de cooptação.....	78
3. 2. 4 Relatório e Balanço Social da Vale	80
4. O PROGRAMA AÇÃO EDUCAÇÃO: ricos discursos e miseráveis efeitos.....	82
4.1 PROGRAMA AÇÃO EDUCAÇÃO NA LÓGICA DO CAPITAL E A EDUCAÇÃO COMO REDENTORA DA QUESTÃO SOCIAL.	82
4.2. CARACTERIZAÇÃO DO PROGRAMA AÇÃO EDUCAÇÃO	91
4.3. FORMAÇÃO DE GESTORES DE ESCOLA EM AÇAILÂNDIA	95

4.4. FORMAÇÃO DE SECRETARIA DE EDUCAÇÃO EM BOM JESUS DAS SELVAS	103
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	109
REFERÊNCIAS	114
Anexos.....	124

1 INTRODUÇÃO

O tema do presente estudo é a Responsabilidade Social Empresarial (RSE) da Vale no Maranhão (MA), destacando o Programa Ação Educação a partir do ano de 2012.

O interesse em pesquisar a temática RSE da Vale nasceu a partir do momento em que participei na condição de estagiária, de um programa de extensão da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). Tratava-se de um projeto de alfabetização denominado Vale Alfabetizar¹ financiado pela Vale e administrado pela Fundação Vale². O referido projeto funcionava no município de Rosário em sistema de parceria com a Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), Secretaria de Educação de Rosário e a Organização Não-Governamental (ONG) Alfabetização Solidária (AlfaSol).

Outro motivo que me dera mais paixão em investigar as ações sociais da Vale surgiu a partir da minha inserção no Grupo de Estudos: Desenvolvimento, Modernidade e Meio Ambiente (GEDMMA), que estuda Projetos de Desenvolvimento e Conflitos Socioambientais no Maranhão, pois, passei a conhecer de perto as discussões referentes à mineradora, seus impactos negativos sobre as comunidades onde atua e, diferentemente do que a empresa propaga na mídia sobre o sucesso de suas ações tanto empresariais quanto sociais, tive acesso a um mundo de organizações sociais, dos atingidos negativamente pelo desenvolvimento da Vale, que não se desenvolvem socialmente, que apresentam alguns direitos cerceados pela empresa e que, portanto, negam todo o discurso da Vale, por meio de um contra discurso.

No intuito de aprofundar os estudos sobre as ações sociais da empresa é que as inquietações referentes a este trabalho trazem a suposta relação entre RSE e a oferta de políticas educacionais no campo do terceiro setor, com destaque particular para a responsabilidade social da Vale no estado do Maranhão, nos municípios de Açailândia e Bom Jesus das Selvas.

A notoriedade alcançada pelo programa “Ação Educação” garantiu à Vale S/A³, em 2011, o Prêmio Ser Humano Oswaldo Checchia como empresa cidadã, concedido pela

¹ O projeto Vale alfabetizar funcionou no município de Rosário em 2008-2009. Apresentava como objetivo específico a redução do analfabetismo de Rosário (SANTOS, N., 2010).

² A Fundação Vale, anteriormente denominada Fundação Vale Do Rio Doce, é uma fundação de direito privado, sem fins lucrativos, dotada de autonomia administrativa e financeira. Sua sede e foro fica na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, podendo abrir filiais em outras localidades, por deliberação de sua Diretoria Executiva, mediante prévia autorização do Ministério Público (VALE, 2014b).

³ A Vale é uma empresa de Sociedade Anônima, representada pela sigla S/A, que significa uma forma jurídica de constituição de empresas na qual o capital social não se encontra atribuído a um nome em específico, mas está dividido em ações que podem ser transacionadas livremente.

Associação Brasileira de Recursos Humanos (ABRH), a nível nacional, na modalidade de desenvolvimento sustentável e responsabilidade social⁴.

O Programa Ação Educação constitui-se como uma ação social da Vale direcionada aos municípios maranhenses de São Pedro D'Água Branca, Açailândia entre 2012 e 2013 e Bom Jesus das Selvas entre 2013 e 2014. Com destaque para os dois últimos municípios. Em Açailândia a ação era direcionada à formação de gestores escolares, coordenadores pedagógicos e membros da Unidade Regional de Educação.

Em Bom Jesus das Selvas o Programa destinava-se à formação da equipe de Secretaria de Educação Municipal, seu público alvo era formado por servidores da Secretaria de Educação do município.

O Programa era financiado pela Vale, uma multinacional com sede no Brasil, líder mundial na produção de minério de ferro e a segunda maior produtora de níquel. Apresenta um discurso de ser responsável e ética para com o meio ambiente e divulga programas sociais focalizados na área da educação em comunidades onde ela opera.

Desse modo, procura-se refletir sistematicamente sobre o discurso e a prática empreendidos pela Vale na implementação do Programa Ação Educação, os quais estão arrolados na oferta de serviços às comunidades impactadas pela empresa, em particular, ações direcionadas à política de educação.

O objetivo central da pesquisa foi analisar a concepção e a ação de responsabilidade social da Vale, materializada no programa Ação Educação, a fim de compreender os valores relacionados à RSE da empresa, construídos a partir da execução do “Programa Ação Educação”.

Algumas questões foram problematizadas e sistematizadas para, assim, elevá-las a um nível de entendimento de como funciona a suposta RSE da Vale, bem como o entendimento que o público alvo do Programa tem a respeito do Ação Educação. Desse modo destacaram-se: a) a relação da construção da responsabilidade social da Vale; b) como a empresa age no cotidiano das suas ações sociais no Maranhão; c) quais relações são travadas no âmbito do Programa Ação Educação e d) quais são os efeitos do Programa na perspectiva dos destinatários, no sentido de entender os significados para estes atores: gestores, professores e equipe de secretaria de Educação.

⁴ ABRH-Nacional é uma Organização não governamental, sem fins lucrativos que apresenta como sendo seu objetivo certificar projetos sociais desenvolvidos por empresas, segundo critérios de Governança corporativa, ética, transparência etc. (ABRH, 2015).

Por conseguinte, a análise sistemática da materialidade do Programa Ação Educação foi um bom ponto de partida para compreender a materialidade das ações sociais e o conjunto de valores que permeiam o discurso e a prática da sua RSE, a partir das condições conflitantes mediadas por uma série de interesses: de um lado, o interesse da Vale em dar continuidade ao seu modelo de desenvolvimento econômico; de outro, os impactos negativos da mineração e suas atividades subsidiárias sobre comunidades que, também, são destinatários do seu propalado ativismo social.

Isto posto, de acordo com o desenrolar da pesquisa, as respostas encontradas localizaram a responsabilidade social da Vale como uma ação ideológica neutralizadora de possíveis conflitos que as comunidades podem oferecer à empresa, além de ser um mecanismo de disseminar valores ligados à competitividade e ao individualismo.

O sentido ideológico das ações do Programa Ação Educação e da responsabilidade social empresarial da Vale é entendido a partir das reflexões de Marx e Engels (2007), os quais elegem como pressuposto da história do homem, os indivíduos vivos, reais, bem como suas ações e suas condições de existência. Nesse mesmo sentido Marx e Engels (2007, p. 86) pontuam que

(...) pressupostos reais, de que só se pode abstrair na imaginação. São os indivíduos reais, sua ação e suas condições materiais de vida, tanto aquelas por eles já encontrados como as produzidas por sua própria ação. Esses pressupostos são, portanto, contáveis por via puramente empírica.

Desse modo, trata-se RSE como um processo que coincide com a produção material dos homens, com o que produzem e o modo como eles a produzem. De modo que os próprios homens dependem das condições materiais de sua produção (MARX; ENGELS, 2007).

Chauí (1984, p. 92), contemporaneamente, interpretando a obra *A Ideologia Alemã*, afirma que a ideologia resulta da prática social, nasce da atividade social dos homens e que ela “consiste precisamente na transformação de ideias da classe dominante em ideias dominantes para a sociedade como um todo, de modo que a classe que domina o plano material (econômico, social e político) também domina o plano espiritual”, ou seja, o plano das ideias.

Santos, M. (2013), na análise da sociedade contemporânea, realça o papel atual da ideologia na produção da história e mostra os limites do discurso ideológico frente à realidade vivida pela maioria das nações. Apresenta como detentores dessa ideologia, pequenos grupos de atores globais do ramo empresarial com ações que resultam no aprofundamento de competitividade, novos totalitarismos e confusão dos espíritos.

Partindo de Marx e Engels (2007) e de Santos, M. (2013) entende-se que RSE é um produto histórico, que na sua estrutura apresentam-se aspectos que se relacionam ao estágio das relações de produção da sociedade em que ocorrem ações sociais empresariais e não como querem acreditar Ashley (2006) e Reis & Medeiros (2007) que defendem responsabilidade social empresarial como uma ação que surge a partir do altruísmo de empresários e de condições culturais e sociais. A partir desta última perspectiva, a noção de responsabilidade social empresarial apresenta-se como um conceito acabado, comum e natural. Como se fosse uma necessidade universal, uma presença indiscutível, dotada de uma força quase divina, à qual, os homens acabam se rendendo sem buscar entendê-la (SANTOS, M., 2013).

A partir dessas reflexões, buscou-se uma visão das contradições entre o discurso e a prática do Programa Ação Educação, o que possibilitou por em questão as ações de RSE que a Vale diz exercer.

Pretende-se, com este trabalho, superar a forma como o Programa “Ação Educação” é apresentado pelo marketing empresarial da Vale, destacando o contexto de sua construção, como processo desencadeador de relações (KONDER, 1993).

Por um lado, observa-se que há algumas décadas o tema responsabilidade social empresarial vem sendo alvo de inúmeros debates tanto da academia como no meio empresarial, com destaque para uma série de pontos de vista sobre a mesma temática. Esta assertiva foi constatada ao realizar a revisão de literatura, na qual foram encontradas várias abordagens, nas quais predominam a ética e a de marketing (ASHLEY, 2006; REIS & MEDEIROS, 2007). Tais dimensões procuram legitimar a noção de RSE como uma ação eficaz no combate à pobreza, atribuindo-lhe um caráter ético diante do desenvolvimento econômico empresarial, apresentando-se como um fator diferenciador no mercado.

Nesse sentido, relaciona-se a produção da noção de RSE às condições sociais e históricas, as quais são produzidas em torno da relação entre Vale e sociedade.

Desse modo, o caminho trilhado se deu a partir de uma longa jornada empírica que teve início com participação em seminários denominados “Seminários Preparatórios Locais Carajás 30 anos” ocorridos no Maranhão, organizados pelo GEDMMA-UFMA, Rede Justiça nos Trilhos (JnT)⁵, Cáritas Brasileira Regional do Maranhão⁶, Fórum Carajás⁷ e Movimento dos Trabalhadores Sem Terra do Maranhão (MST)⁸.

⁵A Rede Justiça nos Trilhos (JnT) é uma organização composta por trabalhadores e trabalhadoras de comunidades afetadas pela Vale, de professores e estudantes universitários, padres Combonianos (Missionários Combonianos é uma ordem religiosa Católica Romana fundada por São Daniel Comboni) que se propõe a questionar a busca desenfreada de lucros pela Vale (JNT, 2015).

O primeiro ocorreu em Imperatriz - MA, entre os dias 16 e 18 de outubro de 2013. Participaram do evento, professores e estudantes universitários, grupos e povos tradicionais, Promotora do Meio Ambiente local, nações indígenas, etc. Neste Seminário destacou-se o clamor de comunidades quilombolas e indígenas que denunciavam ações da Vale correspondentes a violações dos seus direitos humanos.

O segundo Seminário aconteceu em Santa Inês-MA, nos dias 21 e 22 de abril de 2014. Neste, os participantes demonstram o quanto o desenvolvimento da Vale interfere no cotidiano dos moradores das comunidades próximas à Estrada de Ferro Carajás.

A título de informação, registra-se ainda mais dois seminários realizados em Marabá-PA, de 21 a 23 de março de 2014, e outro em Belém-PA, entre os dias 09 a 11 de abril de 2014. O conjunto desses seminários tinha como objetivo refletir sobre os 30 anos do Programa Grande Carajás⁹, suas implicações sociais, culturais e econômicas para o Brasil e, sobretudo, para as comunidades localizadas à margem da Estrada de Ferro Carajás, além de serem seminários preparatórios para um Seminário de repercussão nacional e internacional que agregasse experiências de violações de direitos humanos de comunidades de países das Américas, Europa e África.

É fundamental frisar que, nos seminários Carajás 30 anos, ocorridos no Maranhão, os participantes que tomavam a palavra, vez ou outra, citavam a responsabilidade social da Vale como uma estratégia de aproximação da empresa nas comunidades para se informar sobre as possíveis resistências contra a forma de desenvolvimento econômico da Vale.

⁶ A Cáritas é um organismo da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil que, segundo sua página eletrônica, atua no fomento às iniciativas de Economia Solidária, Segurança Alimentar e Nutricional, Fundos Solidários, envolvendo jovens, mulheres, catadores(as) de materiais recicláveis, pequenos(as) agricultores(as), acampados(as) e assentados(as) de reforma agrária, ribeirinhos, quilombolas e indígenas, comunidades em situação de riscos e afetadas por desastres socioambientais. A Cáritas valoriza e aposta em ações locais, comunitárias e territoriais, em relações solidárias em que a luta por direitos e a construção de um desenvolvimento local e solidário e sustentável caminham juntas (CÁRITAS, 2015).

⁷ O Fórum Carajás apresenta-se como uma teia de entidades dos estados do Maranhão, Pará e Tocantins que acompanha as políticas de projetos para a Região do Carajás, promovendo atividades de sensibilização da opinião pública, formação de lideranças, realizando estudos no sentido do fortalecimento do Movimento Popular para uma intervenção mais qualificada nas políticas públicas e, conseqüentemente, maior democratização na distribuição dos recursos (FORUM CARAJÁS, 2015).

⁸ O MST surgiu em 1984, quando ocorreu o primeiro encontro do movimento em Cascavel, no Paraná, Brasil como uma tentativa de discutir e mobilizar a população em torno da concretização da Reforma Agrária (MST, 2015).

⁹ O Programa Grande Carajás (PGC) foi um desdobramento do Projeto Ferro Carajás, da então estatal Companhia Vale do Rio Doce (hoje privatizada e autodenominada apenas "Vale"), que visava, principalmente, garantir as condições infraestruturais para a exploração e transporte das gigantescas jazidas de minério de ferro do sudeste do Pará. O PGC foi institucionalizado pelo então Presidente da República, João Figueiredo, através Decreto Lei 1813, de 24 de novembro de 1980 (SANT'ANA JÚNIOR, 2013).

Entre os dias 05 a 09 de maio de 2014, aconteceu o Seminário Internacional Carajás 30 anos: resistências e mobilizações frente a projetos de desenvolvimento na Amazônia oriental, em São Luís-MA. A partir desses seminários percebeu-se que a responsabilidade social da Vale pode ser pensada a partir do debate sobre conflitos ambientais, ou seja, o Programa Ação Educação é uma estratégia de convencimento das comunidades localizadas à margem da Estrada de Ferro Carajás utilizada pela Vale, para demonstrar que a empresa realizaria desenvolvimento social simultaneamente ao desenvolvimento econômico.

Para Acselrad (2009), trata-se de psicologizar o dissenso, que atua no possível mascaramento de conflitos socioambientais, tecnicizando seu tratamento, através de regras destinadas a transformar os ‘pontos quentes’ dos conflitos entre os grupos de interesses heterogêneos (empresa x comunidade) em ‘comunidades de aprendizagem’, com a oferta de programas de instrução moralizantes.

A partir desses Seminários, foi possível a realização de contatos que poderiam informar sobre o funcionamento do Programa no município de Açailândia. A partir desse momento, tomou-se conhecimento das primeiras informações sobre ações sociais da Vale na área da educação, em Açailândia.

Desde 2007, ainda como uma campanha, a JnT passou a questionar a busca por lucro desenfreado da Vale, além de reivindicar da empresa uma justa compensação pelos danos causados ao meio-ambiente e à população que vive nas áreas atravessadas pela Estrada de Ferro Carajás (JNT, 2015). A RSE da Vale é concebida por esta organização como um mecanismo de ocultação dos desrespeitos aos direitos das comunidades atingidas pelos empreendimentos da Vale (JNT, 2015).

O objetivo de aproximação destes eventos e organizações sociais concentrou-se em por em evidência as contradições dos discursos da Vale. De um lado, a forma como as comunidades atingidas negativamente pela busca de lucro da Vale vêem a responsabilidade social da empresa e, de outro, mostrar o conteúdo das informações que a empresa divulga para a sociedade. Tal relação demonstrou que há um profundo abismo, com extremos contraditórios, uma dinâmica não linear entre o que é propagado e o que ocorre de fato.

Para alcance dos objetivos do estudo que aqui se apresenta, utilizou-se como técnicas de pesquisa: revisão bibliográfica, levantamento de discursos propagandísticos da Vale, leitura de seus documentos oficiais disponíveis em sítio eletrônico, sobretudo, da Fundação Vale e do Relatório de Sustentabilidade de 2013, bem como pesquisa de campo, na qual, foram entrevistados alguns participantes do Programa Ação Educação, mais especificamente gestores de escolas estaduais e membros da equipe de Secretaria de Educação municipal.

Optou-se pela entrevista semi-estruturada, pois, concedeu-se aos entrevistados que falassem livremente sobre sua participação no Programa a partir de um roteiro, indicando alguns pontos a serem direcionados (MINAYIO, 2010).

Por em questão o discurso da Vale possibilita realizar uma reflexão sobre as condições de produção e apreensão do Programa Ação Educação para seus participantes, tratando a realidade de RSE da Vale como cenário de análise.

Aborda-se o Programa Ação Educação inserido no contexto social e econômico dos municípios de Açailândia e Bom Jesus das Selvas, possibilitando, assim, realizar uma série de relações que, aparentemente, são mascaradas e isoladas pela ideologia do discurso de RSE, que a empresa cultiva dia a dia nos territórios por onde atua com seus programas sociais.

No sentido de por em questão o discurso de RSE contribuem para esta análise, alguns autores que vem questionando a construção do termo responsabilidade social de empresas, entre eles Paoli (2003), Beghin (2005), Montañó (2008) Mestriner, (2011) e Coutinho, J. (2004a; 2004b). Estes analisam a responsabilidade social empresarial no Brasil como um mecanismo cuja função é de atenuar as consequências do desenvolvimento das forças produtivas inseridas nas relações de reestruturação do capital. Outra autora que analisa em particular, relações de RSE como ações filantrópicas na área de educação é Coutinho, A. (2008; 2009; 2012), que faz uma análise minuciosa de como as ONG operam na oferta de serviços educacionais para parte da população.

Na análise de Coutinho, J. (2004a, p. 152), responsabilidade social mascara a divisão de classes da sociedade capitalista, além de neutralizar os conflitos permanentes de desigualdades, pois, o fato de realizar ações dessa natureza “em nada altera os mecanismos de exploração a que estão submetidos os trabalhadores”.

Entende-se que os efeitos do referido Programa para seus participantes servem como mitigadores dos impactos negativos do desenvolvimento econômico da Vale, com a celebração de valores individualistas, egocêntricos e competitivos minados pelo Programa Ação Educação.

Estas assertivas foram resultados, além da busca teórica, de um trabalho de campo detalhado. Na tentativa de contato com as secretarias de educação municipal de Açailândia e Bom Jesus das Selvas, buscou-se os números de telefones nos sítios eletrônicos dos municípios. Entretanto, não foi possível contatar nem através de telefonemas, nem de envio de mensagens pelos correios eletrônicos.

Em Açailândia o primeiro passo foi visitar o Centro de Defesa de Direitos Humanos e, de modo informal, a Secretaria Administrativa do Centro informou que a Fundação Vale abria

anualmente inscrições para o financiamento de projetos sociais, sendo que o próprio Centro já havia concorrido aos editais da empresa, resultando na aprovação de um dos seus projetos, direcionado a crianças e adolescentes.

As escolas que participavam do Programa Ação Educação eram: 1) Centro de Ensino Médio Joviana Farias, na Vila Brasil 2) Centro de Ensino Médio Maria Izabel Cafeteira, no bairro do Jacu, 3) Centro de Ensino Médio Darcy Ribeiro, direção Claudio Silva, localizada no bairro de Piquiá e 4) Centro de Ensino Médio José Cesário, sob a direção de Célio Rodrigues, localizada no bairro João Paulo II. O contato desta pesquisa foi apenas com essas duas últimas escolas.

O gestor do Centro de Ensino Darcy Ribeiro, Claudio Silva, ao tomar conhecimento dos objetivos da pesquisa, aceitou ceder a entrevista sobre sua experiência no programa. Concordou que a entrevista fosse gravada e falou livremente sobre sua vivência no Programa. Durante a entrevista, ele sugeriu o contato com o professor Milton Teixeira e o gestor Célio Rodrigues, do Centro de Ensino Médio José Cesário que haviam participado do Programa.

O encontro com o professor Milton Teixeira se deu no Sindicato de Professores da Rede Pública Estadual de Açailândia. Ao ser apresentado à pesquisa, aceitou contribuir relatando o que sabia sobre o Programa, destacou que sua participação no Programa foi indireta, recebia a formação através do gestor da escola onde lecionava, o qual foi apontado para mais informações.

O gestor Célio Rodrigues após tomar conhecimento da pesquisa aceitou falar sobre sua vivência no Programa e concordou que a entrevista fosse gravada. Em seguida repassou uma série de documentos que foram usados no decorrer do Programa Ação Educação.

No tocante à viagem para Bom Jesus das Selvas, utilizou-se como deslocamento para o município o trem de passageiros da Vale desse modo, fez-se algumas observações importantes, uma vez que a RSE da Vale é analisada a partir de um processo de relações.

Durante a viagem, ainda na estação de trem percebeu-se uma divisão de Alas, a executiva com ar-condicionado, prioridade para os executivos da Vale. Para esta Ala há uma grande fila de verdinhos (cor do uniforme dos executivos da Vale); do outro lado, a Ala econômica, caracteriza-se por não ter ar-condicionado, composta, na sua maioria por idosos, crianças, moradores das comunidades à margem da Estrada de Ferro Carajás, presenciando um calor insuportável, os preços dos lanches são elevados o que obriga muitas pessoas a levar uma marmita de comida para se alimentar durante a viagem.

As pessoas que compõe a ala econômica parecem insatisfeitas, as crianças choram, os idosos passam mal, o desconforto expressa-se em seus rostos. Esta realidade permitiu-me, por

alguns minutos, pensar de forma muito simplista: como pode uma empresa desse porte, internacional, presente em mais de 30 países no mundo com uma arrecadação milionária manter um trem nessas condições para as pessoas moradoras das comunidades de onde a empresa retira sua riqueza? Mas esta não é a pergunta que moveu esta pesquisa, apenas um desabafo inquietante.

A estação de trem localiza-se no Povoado Nova Vida, que compõe Bom Jesus das Selvas. O contato deste município foi a Sra. Miriam Feitosa, indicada pelo professor Milton Teixeira, de Açailândia. Miriam é assistente social e como já havia trabalhado na prefeitura municipal local, conhecia o Secretário de Educação, intermediando a entrevista.

Após esclarecer os objetivos da pesquisa o Secretário de Educação Municipal Edvan Barros, concordou que a entrevista fosse gravada, entretanto, o mesmo solicitou a presença de uma das técnicas da Secretaria: a Coordenadora Pedagógica Valéria Bogéa, a qual disponibilizaria mais informações sobre o Programa Ação Educação, pois esta havia participado de todo o processo de formação. A conversa com os dois foi um pouco apressada, pois estavam organizando uma atividade pedagógica da Secretaria. Concordou-se um segundo momento para que disponibilizassem o material trabalhado pelo Programa.

Após uma semana, Valéria Bogéa, informa que não tem tempo para recuperar o material, alegando falta de tempo e exoneração do então Secretário Edvan Barros do cargo de Secretário de Educação de Bom Jesus das Selvas. Sua permanência foi de janeiro de 2013 a dezembro de 2014.

No esforço de obedecer aos objetivos da pesquisa, o trabalho segue organizado em três capítulos que objetivam descrever e analisar criticamente a responsabilidade social da Vale.

O primeiro capítulo demarca no espaço e no tempo os primeiros feitos de responsabilidade social empresarial no contexto econômico e social geral. Demonstra como o discurso se configura no Brasil, discutindo-o no contexto da flexibilização do trabalho, junto à construção de uma noção hegemônica do termo RSE.

O segundo capítulo constitui-se de um resgate sobre a origem da Vale e uma análise das suas ações sociais e como ela tem propagado o discurso de responsabilidade social, em particular no Maranhão. Mostram-se as contradições entre o discurso propagandístico e suas ações concretas. A perspectiva aqui adotada é a de que as ações de responsabilidade social da Vale assemelham-se às lendas do canto da sereia: seres capazes de atrair qualquer um que ouvissem seu canto. Assim, versa o discurso cantarolado pelos programas sociais mostrando que a empresa proponente preocupa-se com questões pontuais das comunidades em que

operacionalizam suas ações sociais, um verdadeiro presente de grego¹⁰, ou seja, o recebimento de algum presente ou dádiva que traz prejuízo ou não acontece beneficentemente, como diz o discurso.

No terceiro capítulo, apresenta-se o Programa Ação Educação, com análise detalhada das entrevistas coletadas dos participantes do Programa. O contato com uma das ações de RSE da Vale foi fundamental para compreender e classificar o Programa Ação Educação como um instrumento de internalização e naturalização de valores que atendem a um único senhor, o capital. Os valores fomentam o individualismo, a competitividade, eficiência, eficácia e produtividade, analisados à luz das críticas da teoria do capital humano (FRIGOTTO, 1999; GENTILI, 1998). Por outro lado, os valores que a Vale diz fomentar de solidariedade, cidadania e autonomia são revelados na forma de conformismo, resignação, defesa incondicional da empresa, dependência, mas também encontramos inconformismos e reivindicações, sentimentos de desconfiança e repulsa em relação à empresa.

De acordo com a revisão da literatura, de um arcabouço teórico crítico e da materialidade das ações ditas de “responsabilidade social” da Vale, questiona-se a concretização do seu Programa Ação Educação, apresentado no site da Fundação Vale como um de seus programas bem sucedidos (VALE, 2014b).

¹⁰Do século XIII a XII antes de Cristo, narra a história que houve uma sangrenta guerra entre gregos e troianos. Com o objetivo de conquistar Troia, os gregos utilizaram uma estratégia de invasão para adentrar aos muros da cidade sem que fossem descobertos. Os gregos enganaram seus inimigos com uma falsa retirada, pois estavam preparando um presente que seria entregue aos troianos em nome da “paz”. Os gregos construíram um cavalo de madeira, grande e belo e o deixaram frente aos portões de Tróia, ao receber o cavalo os troianos confiantes de que seus inimigos já haviam partido e que tal presente representava um sinal de harmonia, o aceitaram. Não faziam ideia do que havia no interior do cavalo. Na verdade havia um grupo de soldados gregos aguardando o momento certo para invadir e destruir a cidade de Troia. O gigantesco cavalo ofertado como presente ficou conhecido como “presente de grego” (HOMERO, 1991).

2 RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL: uma estratégia de reprodução do capital.

Apresenta-se a construção da noção de RSE no contexto geral e no Brasil demonstrando como o termo é tratado por diferentes perspectivas: aquela que se pretende hegemônica (ASHLEY, 2009; REIS & MEDEIROS, 2007) e a que se apresenta como questionadora da prática e do discurso de RSE (MONTAÑO, 2009; COUTINHO, J., 2004; COUTINHO, A., 2012, 2008, 2009) sob essa discussão entende-se que RSE faz parte do processo de reestruturação produtiva do capital, pelas mudanças no mundo do trabalho, pela reorganização das empresas e suas novas formas de domínio.

Ao nível de Brasil, busca-se a reforma do estado como um impulsionador das ações sociais de RSE no âmbito do terceiro setor: com destaque para questionamentos sobre valores de cidadania, solidariedade, marketing empresarial (PAOLI, 2003; DEMO, 2002).

Demonstra-se o perfil atual de RSE de origem neofilantrópico no tratamento da questão social brasileira (BEGHIN, 2005).

2.1 A NOÇÃO DE RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL

A Responsabilidade Social Empresarial (RSE) toma forma pública em 1919, nos Estados Unidos da América, quando Henry Ford, acionista majoritário da indústria automobilística Ford, propõe remanejar parte dos lucros dos acionistas para fazer maiores investimentos nos negócios afirmando incluir a qualidade de vida dos trabalhadores (REIS; MEDEIROS, 2007). Cabe ressaltar que o objetivo de Henry Ford era proporcionar aos trabalhadores de suas indústrias, renda e tempo de lazer suficiente para que consumissem os produtos produzidos em massa que as corporações fabricavam em quantidades cada vez maiores. Momento em que o capitalismo deixa de manipular apenas a produção e se alarga para dominar também o consumo e o lazer.

Ford almejava que os trabalhadores gastassem seus salários em produtos específicos de suas indústrias e não em produtos que considerava supérfluos. Nesse sentido:

Ford enviou um exército de assistentes sociais aos lares de seus trabalhadores para ter certeza de que o novo homem da produção de massa tinha o tipo certo de probidade moral, de vida familiar e de capacidade de consumo prudente (isto é, não alcoólico) (HARVEY, 2012, p. 122).

Essa ação não perdurou por muito tempo, mas a sua existência foi um sinal presciente dos profundos problemas sociais, psicológicos e políticos que o fordismo iria trazer. Desde então, tem-se uma série de discussões sobre o suposto compromisso que os acionistas de empresas privadas deveriam ter para com a sociedade no tocante a problemas sociais. Nasce,

assim, o discurso que se quer fazer predominante: de que a RSE seria a forma de uma resposta às críticas da sociedade ao modelo de produção empresarial.

A noção de RSE passa por mudanças na esfera do trabalho na década de 1970, quando o modelo de produção fordista/taylorista e o keynesianismo perdem espaço. O fordismo foi um modelo de produção que tinha por base a produção em massa e o consumo de massa, desenvolvido a partir de 1914, por Henry Ford que revolucionou a indústria automobilística através da linha de montagem automatizada (HARVEY, 2012). Este sistema caracteriza-se pela padronização estável e concentração de produção em grandes unidades.

O keynesianismo é uma teoria econômica do começo do século XX, baseada nas ideias do economista inglês John Maynard Keynes, que defendia a intervenção do estado na economia e apresentava como objetivo atingir o pleno emprego ou o que seus ideólogos chamam de estado de bem-estar social (HARVEY, 2012).

De acordo com defensores do fordismo e keynesianismo de 1945 até o início da década de 1970, a economia dos países capitalistas viveu um período de prosperidade.

O keynesianismo primava por um Estado que regulasse a economia, o qual deveria ser forte na relação capital/trabalho

O Estado deverá exercer uma influência orientadora sobre a propensão de consumir (...) uma socialização ampla dos investimentos será o único meio de assegurar uma situação aproximada de pleno emprego, embora isso não implique a necessidade de excluir os ajustes e fórmulas de toda a espécie que permitiam o Estado a cooperar com a iniciativa privada (...) não é a propriedade dos meios de produção que convém ao Estado assumir. Se o Estado for capaz de determinar o montante agregado dos recursos destinado a aumentar esses meios e a taxa básica de remuneração aos seus detentores, terá realizado o que lhe compete (KEYNES, 1992, p. 288).

Esse período foi marcado por forte presença dos sindicatos de trabalhadores, assim como, por conquistas de direitos trabalhistas, presença forte dos sindicatos e revitalização da economia.

Por conseguinte, na década de 1970, o modelo de produção fordista e o keynesianismo aparecem sob a égide de uma crise e que para contê-la haveria outro modelo de produção, o qual Harvey (2012) denomina de acumulação flexível.

O novo modelo apresentava mudanças nos processos de trabalhos, caracterizadas pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos (para aquele período), novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados, inovação comercial, tecnológica e organizacional.

Para Harvey (2012, p. 145),

Os regimes de contratos ficaram mais flexíveis, como aumento de horas de trabalho em períodos de pico, compensando-o com menos horas em períodos de redução da

demanda, assim como a redução do emprego regular em favor do crescente uso do trabalho em tempo parcial, temporário ou subcontratado.

Para o economista Milton Friedman¹¹, esse novo modelo de economia era efeito das restrições impostas pelo Estado à livre concorrência. e Hayek¹² (1990) apontava como uma nova forma de atuação de democratização das decisões nos locais de trabalho, o novo modelo de produção que enfatizava uma maior organização no tocante à gestão ou ao gerenciamento da produção e dos trabalhadores

Entretanto para Montañó (2008, p. 25), as novas formas de superação da suposta crise econômica, caracterizavam-se como:

Uma forte ofensiva contra o trabalho, com o fim de aumentar os níveis de extração de mais-valia (o volume geral e a taxa de mais-valia), intensificando o trabalho e diminuindo os custos de produção por via da redução/eliminação de gastos atrelados ao salário (conquistados até o período chamado “Keynesiano”).

Nesse período, as empresas do setor privado adquirem maior autonomia e se transformam em agentes da mundialização, crescendo para além de seus territórios de origem, culminando nas denominadas transnacionais, cuja tática principal tem sido a descentralização da produção por meio da transnacionalização e da fragmentação geográfica e social do trabalho, com a transferência para a periferia do sistema mundial das fases produtivas mais trabalho-intensivas (HARVEY, 2012; BEGHIN, 2005).

As mudanças na economia foram acompanhadas, em boa parte, pela ascensão de um agressivo neoconservadorismo na América do Norte assim como da Europa Ocidental. Têm-se como referência a vitória eleitoral de Reagan nos EUA, em 1980, e Margaret Thatcher na Inglaterra, em 1979, que costumam ser vistas como uma clara ruptura da política do período do pós-guerra. Harvey (2012) as compreende mais como consolidação do que já vinha acontecendo em boa parte dos anos 1970.

No final do século XX, parte da humanidade conheceu a política econômica capitalista em sua fase neoliberal, que se estendeu do nível internacional para o nacional, do regional para as especificidades locais, surgindo políticas voltadas à liberação dos mercados mundiais.

¹¹ Milton Friedman foi economista britânico e um dos ideólogos do neoliberalismo. Friedman (1962) encontrou as causas da crise econômica nas regulações impostas pelo monopólio estatal. Defendeu que, dentre os papéis básicos do Estado, esse não deveria garantir o bem estar social dos indivíduos, mas, teria como tarefa principal prover os meios, modificando regras, regulando diferenças e garantindo o cumprimento das regras sociais. Ou seja, o Estado daria condições mínimas para que o indivíduo desenvolvesse suas potencialidades, na lógica do individualismo competitivo, onde o melhor vence.

¹² Foi um dos expoentes da escola Austríaca de economia e um dos mais importantes pensadores neoliberais do século XX. Friedrich August Von Hayek, escreveu, em 1944 *O Caminho da Servidão*. Para Hayek (1990), as fraquezas reveladas no modelo keynesiano estavam enraizadas nos “excessos de democracia”. A tese é de que seria necessário combater o assistencialismo capitaneado pelo Estado, já que a história viria demonstrar que a intervenção estatal era prejudicial aos mecanismos de concorrência.

Atualmente, estão ameaçando a hegemonia econômica e política dos próprios países centrais que as idealizaram, financiaram e implantaram, com a participação decisiva das políticas dos Estados Nacionais. Para Soares (2009, p. 11):

Os impactos e consequências da crise, bem como as soluções para o seu combate, além das determinações mais gerais dadas pela própria etapa de desenvolvimento do capitalismo, diferenciam-se entre os países pela inserção internacional de suas economias e pelos particulares desenvolvimentos históricos, que determinam respostas sociais e políticas específicas.

Embora as respostas aos impactos fossem restritas a cada país parte da lógica de resolução da crise fora extraída de um conjunto de medidas econômicas e sociais acompanhadas do discurso de busca de solução dos problemas sociais. Tais medidas foram elaboradas no encontro entre líderes de organizações financeiras mundiais, em que representantes do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional (FMI) se reuniram, na cidade de Washington, para avaliar as reformas econômicas da América Latina, encontro conhecido como Consenso de Washington.

Este encontro caracterizou-se por “um conjunto de regras de condicionalidades aplicadas de forma padronizada aos diversos países de cunho capitalista” (SOARES, 2009, p. 16), sobretudo, àqueles que faziam empréstimos junto aos países considerados desenvolvidos.

Na concepção de Montañó e Duriguetto (2011, p. 211) algumas regras tornavam-se medidas destinadas às seguintes áreas dos países latinos

Disciplina fiscal, redução de gastos públicos, reforma tributária, juros de mercado, regime cambial de mercado, abertura comercial, desregulamentação de leis trabalhistas, eliminação de controle sobre o investimento direto estrangeiro e privatização.

As regras tinham um caráter liberal e por essa razão ficaram conhecidas como medidas de ajuste neoliberal. Tinham por sustentação a abertura comercial e financeira, globalização, privatização do setor público e redução do Estado nos países devedores da dívida externa internacional. Assim, constata-se a modificação de uma série de setores empresariais nacionais para uma nova configuração.

Conforme Mota (2008, p. 79):

Na verdade O *Consenso de Washington* propõe transformar o nacional em internacional, sobretudo, no que diz respeito às reformas a serem implementadas pelos países periféricos, devedores do capital financeiro internacional.

As medidas eram efetivadas de diferentes formas, sobretudo, para os países da América Latina. A distribuição de tais medidas e suas consequências, por serem contraditórias, tinha um caráter desigual para os países e para as empresas. Soares (2009, p. 18) as classifica como “transformação produtiva sem equidade”. Assim continua a autora:

Esse tipo de transformação produtiva caracteriza-se pelo caráter restrito e concentrado das mudanças tecnológicas em poucos países, bem como uma distribuição desigual dos frutos do progresso técnico e dos custos sociais das políticas de ajuste e de reestruturação (SOARES, 2009, p. 18).

Nesse contexto, as políticas sociais, tanto de países de capitalismo avançado quanto dos países de capitalismo periférico, foram afetadas, sobretudo, naqueles em que ainda não se tinha uma consolidação das políticas de Bem Estar Social.

Nos países onde não existia um Estado de Bem Estar Social constituído, as políticas de ajuste vieram mais pelo lado econômico, do que pelo lado da distribuição de aparelhos de política social. Uma vez que estes não existiam, vários países foram sendo obrigados a fazer programas sociais de caráter emergencial, focalizados, contando com a “*solidariedade comunitária*” (SOARES, 2009, p. 20/21, grifo meu).

Os programas de solidariedade foram criados em países como México e Brasil, em que surgiram com a função de substituir as políticas sociais, baseados apenas na retórica da “participação comunitária”, focalizados na pobreza, enquanto, ao mercado, predominava a política do *laissez-faire*¹³.

Nesse sentido, Soares (2009) assinala que a América Latina sofreu um verdadeiro retrocesso em matéria de direitos sociais e distribuição de renda. Dados da época mostravam que o percentual da população em extrema pobreza ao invés de diminuir só aumentava. Aparece, assim, uma “nova” configuração de pobres, os “extremamente pobres” ou “indigentes”, cuja renda familiar não dava para comprar uma cesta básica de alimento e, em seis países deste continente, a renda dos 10% mais ricos superava em dez vezes a dos 40% mais pobres (SOARES, 2009).

No processo de redimensionamento da lógica empresarial, o setor empresarial é atingido e o foco recai na órbita do gerenciamento empresarial, de modo, a fazer com que a empresa adote diferentes formas de se relacionar com a sociedade.

A princípio, essa nova forma de atuação das empresas estaria legitimada no espaço que alguns denominam de terceiro setor. Na definição de Fernandes (1994) seria um espaço de organizações sociais, cuja origem não seria nem pública, nem privada. Seriam instituições híbridas, setor que agregaria um conjunto de iniciativas particulares, mas com um sentido público.

A ideia que permeia esta noção é a de que por conta do crescimento exorbitante dos problemas sociais, nem o Estado, nem empresas estariam dando conta de resolvê-los, daí a

¹³ *Laissez-faire* simbolizava uma sociedade engajada na criação de um sistema de mercado caracterizado como auto-regulável, significa um sistema que atribui ao indivíduo total liberdade de compra e venda, além de utilizar-se bem pouco do Estado em suas relações comerciais (POLANYI, 2000).

importância do “terceiro setor” que, uma vez tendo a participação da sociedade poderia combater os males sociais e resolveria os novos dilemas que se apresentavam na sociedade:

A emergência da “mulher” enquanto sujeito social autônomo trouxe consigo a exigência de uma revisão de valores (...). O “indígena” pôs em questão a história das colônias. O “negro” trouxe à luz os traumas do escravagismo moderno. A história da infância, assim como a história da velhice, tornou-se iluminadora na medida em que expressava outros ângulos de visões dos dilemas atuais (FERNANDES, 1994, p.48).

O terceiro setor seria uma espécie de espaço legitimado por ações sociais, composto por ações sociais de empresas, que se dividem em duas frentes de ação: uma de programas chamados “Investimento Social Privado”, pela qual criam-se programas e projetos sociais em áreas como educação, saúde, geração de renda, oferecendo-os para parcelas da sociedade; a outra frente é o “Voluntariado Empresarial”, uma forma de fazer com que o funcionário de uma empresa preste serviços sociais em nome da empresa em que trabalha.

Nas duas frentes, encontram-se elementos que devem ser vistos numa perspectiva crítica. Conforme Beghin (2005, p. 30), as duas frentes configuram-se como um ativismo social empresarial que captura a subjetividade dos trabalhadores. Nesse sentido, cabe mencionar que o Programa Ação Educação funciona não funciona no regime de voluntariado, mas de parceiros. Os participantes são convocados a participar do Programa.

A noção de terceiro setor apresenta contradições que permitem uma análise histórica do termo. Montañó (2008) discute a noção de terceiro setor como ideológica, pois o fenômeno desistoriciza a realidade social e fragmenta a totalidade, ou seja, parece uma teorização desligada das condições materiais e históricas que condicionaram o surgimento da ideia de “terceiro setor”.

O discurso de RSE se cria e se desenvolve nesse espaço e tenta sustentar-se ao agregar e propagar valores culturais como ética, cidadania e sustentabilidade. Nesse sentido, a concepção de RSE tem legítimo espaço, pois, segundo Reis & Medeiros (2007), RSE partiria da conscientização de indivíduos ou dos homens de negócios, com ações voluntárias. Coaduna com essa visão, a perspectiva adotada por Ashley (2006, p. 56) ao demonstrar que,

A RSE advém por meio de princípios éticos, morais e culturais: RSE ética corresponde a atividades práticas, políticas e comportamentos esperados (sentido positivo) ou proibidos (sentido negativo) por membros da sociedade, apesar de não codificados em leis.

Sobre esta perspectiva, denota-se que a RSE seja uma atribuição individual de cunho motivacional e sensibilizante diante das pressões da questão social¹⁴. A visão de Ashley

¹⁴ Entende-se questão social a partir de Pastorini (2010) que assinala seu significado às contradições inerentes ao sistema capitalista de produção. Daí, a pauperização, a exclusão e as desigualdades sociais apresentarão traços peculiares, dependendo das características históricas da formação econômica e política de cada região.

(2005) e de Reis e Medeiros (2007) oculta os determinantes da gênese e da construção histórica de práticas de RSE. O que nos leva a acreditar ser essa perspectiva um processo ideológico, em que os problemas sociais são transportados para problemas de cultura local e tudo que, na realidade, é luta e conflito, não é levado em consideração (CHARLOT, 1986).

A leitura que se faz da construção de RSE por empresas, sobretudo, as multinacionais, se forma pelos elementos presentes no contexto da reestruturação do capital. Mota (2008, p. 90) trata de determinantes pontuais:

As novas formas de domínio, tanto supõem a socialização de novos valores políticos, sociais e éticos, quanto à produção de outros padrões de comportamentos compatíveis às necessidades de mudanças na esfera da produção e da reprodução social.

Ao longo da década de 1990 e anos 2000, o discurso empresarial expressa bem essas mudanças com novas roupagens do capitalismo, a exemplo das múltiplas competências exigidas no mercado de trabalho, qualificação periódica dos trabalhadores, a adaptabilidade da força de trabalho às transformações em curso, a participação e envolvimento de trabalhadores identificados como “colaboradores” dos objetivos empresariais, fazendo com que estes se empenhem ao máximo para auferir lucro para empresa (MOTA, 2008).

Nesse contexto de mudanças, as empresas privadas aparecem como protagonistas de uma série de reformas na relação capital/trabalho e empresa/sociedade. No entanto, as mudanças não impactam somente no âmbito econômico, pois atingem demasiadamente os setores político, social e cultural.

Portanto, a reestruturação capitalista trouxe para a pauta das discussões a responsabilidade social como um fator decisivo de sobrevivência no cenário internacional (BEGHIN, 2005). Hoje, o recurso de retórica está bem mais acentuado pelos defensores de uma postura ética e social da empresa. Se a empresa quiser ser bem sucedida, sua responsabilidade social deve ser tratada como parte integrante do processo de gerenciamento, ou seja, da tomada de decisões (GRAYSON, 2003; ASHLEY, 2005). Ou pelo menos deve passar a ideia de que faz parte do processo de gerenciamento da empresa.

Associado a esse argumento, a RSE é vista e disseminada como compromisso ético e transparente e a ética empresarial é anunciada como uma nova postura adotada pelas empresas que se norteiam, supostamente, por princípios de “solidariedade e honestidade”. De acordo com essas diretrizes, as empresas propagam o cumprimento de leis e normas (criadas por elas próprias).

2.1.2 A hipotética preocupação com a natureza

A noção de RSE também proclama o apologético compromisso com a proteção ao meio ambiente, o qual se apresenta em consonância com o dito desenvolvimento sustentável, que assume uma postura ética para com o meio ambiente propagando um bom relacionamento entre empresa e comunidades, o que ocorreria através da criação de projetos sociais que visariam: recuperação de áreas degradadas e desenvolvimento social.

Ocorre que empresas atuantes diretamente sobre a natureza, utilizam-se do termo responsabilidade social empresarial como braço direito do desenvolvimento sustentável. Essa dinâmica emergiu a partir das Conferências Internacionais sobre Meio Ambiente realizadas pela Organizações das Nações Unidas (ONU).

A preocupação com o meio ambiente é abordada no contexto mais geral a partir da divulgação do relatório intitulado Limites do Crescimento em 1972 produzido pelo Clube de Roma¹⁵, que já trazia a relação da degradação ambiental com o desenvolvimento econômico. O documento tinha como proposta central a paralisação do crescimento econômico e populacional mediante as ameaças das agressões ao meio ambiente (OLIVEIRA, 2012).

O referido documento foi apresentado na Conferencia de Estocolmo, que foi uma das primeiras conferências ambientais de cunho internacional, realizada no período de 5 a 16 de junho de 1972, com a presença de 113 países e 250 Organizações Não Governamentais (ONGs). O nome dado a conferencia foi Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano, cujo objetivo principal era fazer um balanço dos problemas ambientais em todo o mundo.

Entre outros objetivos dessa Conferência estava o de buscar soluções e novas políticas governamentais no sentido de reduzir o montante de problemas causados pelo desenvolvimento das sociedades, tais como poluição, deterioração dos ambientes, limitação dos recursos naturais e a urbanização acelerada; enfim pretendia-se debater o caráter global dos problemas que assolavam parte da humanidade (SANT'ANA JUNIOR e MUNIZ, 2009).

É importante ressaltar que houve no evento interesses conflitantes, entre países chamados em desenvolvimento e os países considerados desenvolvidos, os primeiros defendiam o crescimento a qualquer custo, enquanto que os últimos debatiam com base nas ideias do crescimento zero.

15 Clube de Roma foi uma associação informal internacional composta por empresários, acionistas, educadores e economistas, que discutiu questões econômicas e ambientais (SANT'ANA JUNIOR & MUNIZ, 2009).

Os países em desenvolvimento, liderados entre outros pelo Brasil, mantinham posição de resistência ao reconhecimento da importância da problemática ambiental e do problema da explosão demográfica (FERREIRA, 2003, p. 81), afirmavam que “os países desenvolvidos é quem deveriam pagar pela purificação do meio ambiente”.

Em 1992, a ONU realizou na cidade de Rio de Janeiro, a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento, conhecida como Eco-92, um encontro que reuniu mais de 128 chefes de Estado e teve como principal resultado a Agenda 21. Trata-se de uma lista de medidas de preservação ambiental que deveriam ser adotadas pelos países signatários da Conferência, inclusive, o Brasil¹⁶. Essas medidas apresentam claramente muito dos objetivos dos programas e projetos de responsabilidade social empresarial.

Dez anos mais tarde, em Johannesburgo, na África do Sul, a ONU realizou a Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, conhecida como Rio+10. Nesse período, o conceito de desenvolvimento sustentável foi apresentado sob os pilares do desenvolvimento econômico, desenvolvimento social e proteção ambiental. O documento seguia os mesmos princípios dos anteriores, discutia questões críticas da época: degradação ambiental, crescimento populacional, igualdade de gêneros, saúde, educação, conflitos e violência aos direitos humanos.

Com as Conferências de Estocolmo, Eco-92 e Rio+10 entre outras, ao final do século XX, tinha-se consolidado o conceito de desenvolvimento sustentável como aquele capaz de harmonizar o crescimento econômico e social sem degradar a natureza, com vistas a assegurar as necessidades das gerações futuras.

Desse modo, para o Brasil, as consequências desses acordos resultaram na mobilização de diversas ONG, agências públicas, privadas, organizações sociais e religiosas que procuraram difundir ideias de educação ambiental que levassem a alcançar o desenvolvimento sustentável, atendendo às exigências das Conferências e acordos até então realizados, inclusive, as medidas propostas na Agenda 21.

A ONU buscou desenvolver parâmetros para a definição de países considerados desenvolvidos. A partir de 1990, foi criado o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que considera três elementos fundamentais na sua base: a expectativa de vida, grau de escolaridade e alfabetização e o nível de renda *per capita*. Estes seriam as bases de referência

¹⁶ A Agenda 21 no Brasil teve uma segunda edição em 2004, no então governo de Luís Inácio Lula da Silva. O documento apresenta medidas a serem alcançadas, tais como: redução das desigualdades e de combate à pobreza, relacionando-se ações para redução das desigualdades sociais, como erradicação do analfabetismo e do trabalho infantil; e as medidas estruturantes de combate à pobreza, como a distribuição de renda (AGENDA 21 BRASILEIRA, 2004).

para o desenvolvimento sustentável que deveriam ser atingidas por países considerados em desenvolvimento, bem como aqueles signatários das Conferências Internacionais de Meio Ambiente.

Parte desta premissa a lógica do conceito de desenvolvimento embasado não apenas no crescimento econômico, mas em outras dimensões da sociedade, tais como saúde, educação e qualidade de vida; ou seja, um desenvolvimento que teria como base, uma condição ética.

Entende-se que estas Conferências apresentam-se como emissoras de normas e comportamentos esperados, como se fossem uma prática de formar um novo consenso, sobre o desenvolvimento econômico, quando apontam que não há possibilidades de êxito das medidas de ajuste econômico sem que os setores privados e públicos aplicassem as reformas exigidas pela elite empresarial internacional.

Atendendo a esses ditames, ocorreram reformas que buscaram atenuar as contradições produzidas pelo próprio modelo de desenvolvimento econômico, como é o caso da defesa de “projetos focalizados na pobreza, ou das chamadas redes de proteção social, plasmadoras de uma nova modalidade de intervenção na questão social, tanto nos países centrais quanto nos países periféricos” (MOTA, 2008, p. 84).

A noção difundida é de que a RSE das empresas, deve mostrar-se sensível ao desenvolvimento sustentável. Desse modo, Araújo (2015) enfatiza que RSE é uma forma de a empresa mostrar que não existe apenas para explorar recursos econômicos e humanos, mas, também, para contribuir com o desenvolvimento social. Seria uma espécie de prestação de contas à sociedade, seguindo os ditames das organizações multilaterais e no Brasil, do Instituto Ethos, o qual estabelece os Indicadores Ethos para Negócios Sustentáveis e Responsáveis, assessorando as empresas sobre como se tornarem éticas.

A ideia que se passa por meio dos meios propagandísticos é a de que a RSE aparece com elemento de diferenciação para as marcas, o que ocorre por meio do *marketing* da empresa que passa a se construir por meio de uma reputação referente a um conjunto de valores, os quais são vinculados por meio do ativismo social empresarial (BEGHIN, 2005).

Este momento é compreendido como o momento essencial de consolidação da ideologia do desenvolvimento sustentável, quando ideias e valores são produzidos por um grupo, nas Conferências sobre Meio Ambiente, e são interiorizados pela consciência de membros não dominantes da sociedade (CHAUÍ, 1984).

Desse modo, a noção de RSE torna-se praticável à medida que este termo apoia-se em ideias que sensibilizam parte da sociedade. Daí surge um aparato teórico ideológico capaz de

induzir parte da sociedade a acreditar que valores como solidariedade, cidadania, participação e ética, levariam à redenção dos males sociais. Haja visto o argumento de Ashley (2006), segundo o qual a RSE contemporânea estaria direcionada a cunhar um novo espírito capitalista, de crescimento econômico com crescimento social. Desse modo, de acordo com a autora “RSE surge como forma de conter o ímpeto desmedido pelo lucro empresarial socialmente autodestrutivo” (ASHLEY, 2006, p. 68). Entretanto, a realidade do desenvolvimento empresarial e social propagado não se assemelha a esse discurso.

Nesse sentido, atualmente, tem-se uma gama de ações empresariais com diferentes conotações, mas com a permanência do termo RSE. Esta variedade de definições ocorre pela apropriação do seu uso, pois depende muito da forma como a empresa age e gerencia suas ações sociais, com influência da cultura local, assim como, depende da perspectiva tematizada pelos teóricos, acadêmicos e pesquisadores que, na maioria das vezes, seguem uma lógica liberal, ou seja, aquela que vê o indivíduo como detentor de um direito natural à liberdade, pois, RSE nasceria dessa liberdade.

Observa-se que as mudanças do mundo do trabalho e as conseqüentes repercussões para os setores sociais desembocaram em conseqüências que levaram as empresas a atuarem para além dos seus muros, levando consigo a estratégia da RSE, que se efetiva por um conjunto de medidas que se articulam com um leque mais amplo de agentes sociais a difundirem conceitos, valores e crenças que imprimem a concepção de uma classe dominante sobre outras classes (SIMIONATTO e PFEIFER, 2006).

Enfaticamente, as empresas nesse quadro da globalização mostram-se interessadas em novas formas de enfrentar os problemas sociais que elas mesmas criaram, com o intuito de se legitimarem nos territórios em que atuam (BEGHIN, 2005).

Para realizar esse projeto, sem pôr em risco o processo de acumulação, as empresas privadas operam no sentido de tornar a ação estatal falsamente desnecessária (OLIVEIRA, 1999). A ideologia que permeia esse tipo de interferência tem como objetivo liberar o mercado daquilo que é percebido como amarras que dificultariam seu livre funcionamento, ou seja, livrar-se dos direitos sociais. Ocorre que política social desenvolvida por inspiração neoliberal promove interesses estratégicos, como bem assina-la Hayek (1983) o qual afirma que a liberdade individual seria enfraquecida por ações de políticas sociais, que viriam contrariar os efeitos benéficos da livre economia. Por conseguinte, Bianchetti (1996) declara que a concepção de política social para os liberais seria para promover a preguiça, tese nunca comprovada.

Dessa maneira, Santos, M. (2013, p. 23) contribui para esta análise quando demarca a força que tem a ideologia que nas condições atuais, é reforçada de uma forma que seria impossível não aceitá-la ou vivê-la. O autor coloca que “primeiro as ideias e, sobretudo, as ideologias se transformam em situações, enquanto as situações se tornam em si mesmas ‘ideias’, ‘ideias do que fazer’, ‘ideologias’ e impregnam, de volta, a ciência que santifica as ideologias e legitima as ações”. As Conferências sobre meio ambiente funcionaram como momentos normalizadores da questão ambiental, resultando num enquadramento da RSE, ditando possibilidades para o desenvolvimento econômico.

2.2 RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL NO BRASIL: da filantropia à solidariedade interessada.

2.2.1 A reforma do estado

Entende-se Estado moderno como uma realidade concreta numa relação contraditória, típica de uma sociedade cujo modo de produção é capitalista. De modo que é antes um produto da sociedade, quando essa chega a um determinado grau de desenvolvimento econômico (ENGELS, 2012, p. 184).

O Estado liberal defende a restrição das funções do Estado “à defesa da sociedade, à administração da justiça e à manutenção de certas obras e instituições não lucrativas, mas necessárias à sociedade, das quais as principais são as que servem para facilitar o comércio da nação” (VIOTTI, 1986, p. 21).

Outro modelo de estado ocorre após a segunda guerra mundial, quando passam-se a existir políticas de Bem Estar social¹⁷ em países de capitalismo desenvolvido, que apresentavam como características: o crédito estatal para produção em massa na grande indústria, investimento estatal em tecnociência, investimento estatal na infraestrutura para produção e o consumo, políticas públicas e salário indireto para a produção capitalista e a formação de força de trabalho, políticas públicas e salário indireto para o consumo em massa e ação social estatal, pleno emprego, consumo estatal e outros incentivos, direitos trabalhistas e civis para a redução da conflitividade social e a legitimação e reprodução das relações sociais (MONTAÑO e DURIGUETTO, 2011).

¹⁷ Lessa (2007) contradiz boa parte da literatura que afirma ter ocorrido um Estado de Bem Estar Social em países de capitalismo central. Este autor afirma que não há “nenhum indício de que o Estado de Bem Estar tenha promovido uma democratização das relações entre Estado e sociedade civil no sentido de aumentar a influência dos indivíduos no desenvolvimento de suas sociedades (...) que transitou de Estado de Bem Estar ao Estado neoliberal: seu conteúdo de classe permaneceu o mesmo, não se alterou em nada a sua função social. O que mudou foram as necessidades para a reprodução do capital” (LESSA, 2007, p. 285).

No Brasil, tem-se uma discussão teórica acerca da presença ou não de um Estado de Bem Estar social. Como não é objetivo aprofundar essa discussão, conclui-se a partir de Pereira (2011) que a experiência de Estado de Bem Estar brasileiro foi limitada pela dependência econômica e por ser um país colonizado. Nesse âmbito, a autora ressalta que o caso brasileiro afigura-se como um caso misto ou combinação de elementos classificados como liberais e conservadores¹⁸ “associados às práticas clientelistas, populistas, paternalistas e de patronagem política de larga tradição no país” (PEREIRA, 2011, p. 127).

O discurso que se apresentava ainda na década de 1980 no Brasil era de que a haveria uma crise no interior do Estado e que esta justificaria uma reforma administrativa.

Desse modo, a reforma atacava quatro problemas que o Estado deveria enfrentar pelas suas respectivas medidas, quais sejam: 1) o tamanho do Estado que seria resolvido por meio da delimitação da área de intervenção do Estado, através de programas de privatização, terceirização e publicização, 2) apresentava-se a necessidade de redefinição do papel regulador que ocorreria por meio da desregulação da economia e adoção dos mecanismos de mercado nas políticas estatais, 3) governança, discursava-se que a recuperação desta seria obtida com ajuste fiscal, com a adoção do modelo de administração gerencial e com a distinção entre as responsabilidades de formulação e de execução das políticas estatais, 4) governabilidade, traçava-se projetos de aperfeiçoamento dos mecanismo da democracia e do controle social (SILVA, 2003).

A reforma do Estado foi liderada pelo Ministério de Administração Federal e Reforma do Estado (MARE), no governo do então Presidente Fernando Henrique Cardoso, a partir de 1995 sob o lançamento do Projeto de Emenda Constitucional nº 173 que versava a reforma do aparelho do Estado brasileiro, sob o comando, na época, do Ministro Carlos Bresser Pereira, principal idealizador da reforma.

Nesse quadro, houve a retirada do Estado da função de executor e responsável pelos serviços sociais destinados à sociedade, pelo surgimento de organizações sociais que anunciavam comprometimento com a realização desses serviços. Houve a precarização das relações de trabalhos sob o feitiço do crescimento dos investimentos empresariais com qualificação da força de trabalho; a introdução de técnicas e métodos de gerenciamento participativo, com forte apelo ao envolvimento dos trabalhadores com as metas empresariais e

¹⁸ O modelo liberal por apresentar intervenções públicas tópicas e seletivas; conservadoras por adotar medidas autoritárias e desmobilizadoras dos conflitos sociais e, ainda, presença de esquemas universais e não contributivos de distribuição de benefícios e serviços característicos dos regimes social democratas (PEREIRA, 2011).

combinação do sistema de benefícios e serviços sociais com políticas de incentivo à produtividade do trabalho (MOTA, 2010).

Ainda segundo Mota (2010, p. 162) “determinados segmentos da sociedade, como empresas e organizações sociais apresentaram uma nova postura de comportamento no gerenciamento ou no tratamento de questões relativas ao social”.

A retirada do Estado de suas funções sociais, processo que ocorreu a partir da reforma do estado, apresenta contradições determinadas por relações internacionais. Nesse contexto, Paoli (2003, p. 378) vem afirmar que,

O governo brasileiro atende totalmente às medidas anunciadas no consenso de Washington durante a década de 1990. Isso provocou uma visível diminuição do interesse e da capacidade de regulação e um encolhimento dos gastos públicos, em um cenário de dependência da economia brasileira às organizações financeiras internacionais.

Na redefinição do papel do Estado, ele “deixa de ser responsável direto pelo desenvolvimento econômico e social (através da produção de bens e serviços) e passa à função de promotor e regulador desse desenvolvimento” (MARE, 1998, p. 9). Para Silva (2003) o aparato ideológico montado para divulgar a ‘reforma’ enfatizava a universalização do acesso aos serviços sociais

As atividades sociais não seriam exclusivas do Estado e, principalmente, no oferecimento dos serviços sociais de educação e saúde. A administração pública burocrática, que segundo Bresser Pereira se revelara eficiente ao término da crise da década de 1930, demonstrava, naquele momento, incapaz de atender as demandas dos “cidadãos clientes”, anunciando ser necessário a sua substituição por uma administração “pública gerencial” (BRASIL, 1998).

O ex-ministro Bresser Pereira, afirmava que, diante da crise do Estado brasileiro, a solução seria reconstruí-lo de forma a recuperar sua poupança pública e a melhor forma seria redefinir as formas de intervenção no econômico e no social através de contratação de organizações sociais, por meio de parcerias (MARE, 1998). Os serviços sociais e científicos seriam financiados pelo Estado e prestados por organizações não estatais chamadas de organizações sociais, por meio da denominada parceria público-privado

Um outro processo que se insere no quadro mencionado acima é o movimento em direção ao setor público não estatal, no sentido de responsabilizar-se pela execução de serviços que não envolvem exercício do poder de Estado, mas devem ser subsidiados pelo Estado, como é o caso dos serviços de educação, saúde, cultura e pesquisa científica. Chamaremos a esse processo de publicização (MARE, 1998, p. 8).

A ideia predominante dessa reforma é que surgissem ou fossem criados novos sujeitos (organizações sociais) que atuariam combatendo as desigualdades sociais, injustiças, pobreza, violência, falta de moradia, de saúde, de educação (MARE, 1998). O governo da época propugnava que essa transferência aliviaria os gastos do Estado por meio da união de setores estatal, privado e, um último, o terceiro setor.

O processo de publicização que no discurso oficial visaria aumentar a eficiência e a qualidade dos serviços sociais, na análise de Oliveira (1999, p. 56) seria um agravante de diferenças entre ricos e pobres.

Sobre o espaço público e privado podemos encontrar em Arendt (2010) uma discussão que explicaria boa parte da origem desse fenômeno. Para a autora diferentemente do que ocorrera na antiguidade clássica greco-romana, a modernidade trouxera uma inversão do que era público e do que era privado. Na antiguidade clássica, o espaço público correspondia ao estado de liberdade e igualdade nas deliberações sobre interesses coletivos comuns, enquanto que estar no espaço privado significava estar limitada às atividades econômicas necessárias a reprodução da vida. Com o advento da modernidade, o primeiro passa a ser o estado da necessidade e o segundo o espaço da liberdade.

Segundo Arendt (2010), a noção de espaço público a partir da modernidade caracteriza-se pelo esvaziamento da esfera pública e o privilégio do espaço privado, bem como o surgimento do que é social, constituindo o domínio público. Nesse espaço social haveria a perda de toda uma cadeia de elementos normatizados pela ação política. O cidadão, antes autor da ação, passaria a ser indivíduo atomizado, voltando-se, para seus interesses privados, constituindo o espaço do social.

De modo semelhante, Oliveira (1999) analisa o espaço público e privado afirmando que há “privatização do público e a publicização do privado, pois, a privatização do público é uma falsa consciência de desnecessidade do público”. Isso implica dizer que é necessário garantir serviços a quem pode pagar mesmo aqueles com a intervenção do Estado e para os indivíduos que não podem pagar e comprovem sua condição de pobreza resta a restrição e focalização do acesso a serviços (COUTINHO, A., 2008).

As parcerias seriam uma estratégia de reforma do Estado, que se apoia no processo de publicização que é a transferência de serviços de educação, saúde e outros, do Estado para as organizações sociais de um setor público, mas, não estatal, o denominado “terceiro setor”. Entretanto o discurso legítimo do MARE (1998) era de uma suposta ampliação da participação e do caráter democrático da esfera pública. Montañó (2008) interpreta o processo

de publicização como um processo ideológico mistificador de uma fragmentação das políticas sociais, assim como das lutas dos movimentos sociais.

Assim, a lógica defendida por empresas (privadas), Organizações Não Governamentais (ONG) e Fundações é a de que são elas as responsáveis pelo enfrentamento dos problemas sociais. Por conseguinte, a relação de parceria não se efetiva tão facilmente como querem seus defensores (PEREIRA, 1999; SACHS, 1999), pois, constata-se na relação das parcerias, um caráter ideológico, à medida que faz parecer apenas como um processo de transferência de função e atividades de uma esfera supostamente ineficiente e burocrática (Estado), para uma, supostamente, mais democrática e participativa e mais eficiente (terceiro setor).

Montaño (2008) desconstrói tal assertiva alegando que há um verdadeiro descaso para com a pobreza, o que cria um contingente de excluídos por meio de políticas sociais frágeis de curto alcance e, em vez de qualidade, sobressai-se a quantidade de beneficiados.

Ideologicamente, as políticas sociais advindas de parcerias, posicionam o indivíduo como sujeito da sua condição de excluído e da sua potencial mudança social, alvo dos programas sociais tanto do governo quanto das empresas, através da sua condição de não acesso aos serviços sociais básicos (nesse contexto, privatizados).

Os indivíduos são chamados a ajudar a si e a outros que se encontram em situação semelhante. Neste processo, o discurso de RSE denomina-se de “exercício da solidariedade na construção de uma nova cidadania”.

O recurso das parcerias é entendido, segundo Beghin (2005) como convergência de vários atores em torno de um projeto comum, resultando em responsabilidades compartilhadas, celebrado entre empresas e organizações sem fins lucrativos ou governamentais. Nesse sentido, concorda-se com Paoli (2003) que identifica um grave problema no processo de distribuição e compartilhamento das soluções dos problemas sociais, o fato de que, quando existem muitos responsáveis por uma coisa só, ninguém responde a contento.

Desde então, para os serviços essenciais de educação, saúde, moradia etc., passaram a configurar um perfil de “descentralização” das políticas sociais, entendidos sob a égide da reforma do Estado como democratização. Dessa forma, Montaño (2008, p. 165) enfatiza:

As políticas sociais então passaram a ser influenciadas por outros lemas: *focalização, descentralização e privatização*. Focalização ao substituir a política de acesso universal pelo acesso seletivo. Descentralização e privatização, processos que andam na maioria das vezes juntos, ao transferir suas competências (serviços urbanos, saúde, educação etc) para as coletividades locais (sociedade civil). Estes

lemas que tornam o Estado mínimo para a “questão social” são atualmente hegemônicos.

Novas características da prestação dos serviços essenciais à maioria da população brasileira, executada pelas organizações sociais são apenas fomentadas e fiscalizadas pelo Estado, através da legitimação de um aparato legislativo. Passa-se a fabricar certificados de utilidade pública e de fins filantrópicos em alta velocidade e distribui-los para as organizações sociais com vantagens de inúmeras isenções, acesso a fundos públicos, subsídios, subvenções, contratos, etc., dinâmica essa que “não sofre controle algum por parte do Estado” (MESTRINER, 2011, p. 52).

O marco do terceiro setor no Brasil foi o Programa “Comunidade Solidária” (PCS), criado em 1995 pelo Decreto Federal nº 1.366/95, presidido pela Primeira Dama do país Ruth Cardoso, no governo do então Presidente Fernando Henrique Cardoso. O mesmo foi encerrado em dezembro de 2002, sendo substituído pelo Programa Fome Zero, no governo de Luiz Inácio Lula da Silva e reforçado no atual governo de Dilma Rouseff.

O PCS se constituiu em um conjunto de ações governamentais nos três níveis, Federal, Estadual e Municipal, sendo designado pelo menos no discurso oficial para combater a pobreza, por meio de convênios com ONG, fundações e outros. Silva e Silva (2001, p. 75) afirma que “O Comunidade Solidária adota a filosofia inspirada no princípio da *solidariedade*, que é considerado o cerne de uma nova concepção de cidadania, vista adequada à uma sociedade de profunda exclusão social”.

Importa-nos mostrar que o referido programa é uma reformulação e distorção do Plano de Combate à Fome, à Miséria e pela Vida (PCFM) campanha liderada por Herbert de Souza, conhecido popularmente como Betinho, então presidente do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE), que lançou a ampla campanha nacional Ação da Cidadania, convocando os empresários a um maior engajamento e participação na promoção de melhorias nas condições de vida da população e na superação da pobreza (BEGHIN, 2005).

Desse modo, o PCS passou a desencadear ações revestidas de discursos moralizantes e sensibilizadores dos problemas sociais. A partir de então, a ideia do programa é combater a pobreza com mínimos gastos do Estado.

Na visão de Montaño (2008), programas sociais com política de redução de gastos se configuram como um verdadeiro cumprimento do dever de casa pelo Brasil, com implementação de políticas neoliberais redutoras do Estado brasileiro.

Percebe-se, no Brasil, a implementação de políticas sociais mínimas desde o governo do Presidente Itamar Franco ao Governo de Dilma Rouseff, em que são adotados programas

sociais de baixo custo de investimento para o Estado, explorando a solidariedade individual com o discurso de cidadanizar o país.

Desse modo, pode-se concluir na mesma direção de Silva (2003) que a reforma do Estado foi uma construção ideológica para mascarar a expansão do capital em áreas antes consideradas essencialmente públicas, com um processo que privilegia o mercado e que os princípios éticos são substituídos pela lei da concorrência.

2.2.2 Cidadania em questão

A noção de cidadania passou a pautar um primeiro desafio histórico, a passagem das formas recorrentemente autoritárias de governo para uma democracia alargada (PAOLI, 2003) e nesse alargamento da democracia, se construiu um ideal de emancipação social com base na cidadania.

Dagnino (1994) aponta que na contemporaneidade há uma disputa histórica pela fixação do significado do termo cidadania, e que isso exige certo cuidado em distinguir a noção de cidadania dos anos de 1980 para a cidadania forjada, a partir da década de 1990, instituída por medidas neoliberais.

A ideia de cidadania predominante em programas de ações sociais fora forjada na Reforma do Estado brasileiro, nas mudanças da administração pública gerencial, também denominada de nova administração pública, as quais alegavam orientar-se para um novo cidadão “o cidadão-usuário ou cidadão-cliente” (MARE, 1998). Ou, como diriam Paoli (2003) e Montañó (2008), políticas sociais direcionadas ao cidadão consumidor.

Para Beghin (2005), esse tipo de cidadania intensifica a reprodução tradicional da lógica da benemerência do século XIX, que agora se ancora em palavras como ética, solidariedade e participação, que se legitimam no resgate retórico da cidadania.

Explode nos meios de comunicação (empresas e Estado) o discurso da busca pelo direito à cidadania, nada mais que uma estratégia de marketing utilizada como principal objetivo das empresas (discurso emprestado do terceiro setor), que conclama a sociedade a transformar excluídos em cidadãos, dignos de direitos, assistidos por diversos programas e projetos sociais.

Uma cidadania forjada pelo discurso de RSE e pelos meios de comunicação, para mostrar à sociedade um hipotético compromisso ético e social com as condições socioambientais.

Uma estratégia do movimento empresarial se efetiva na busca por criar condições para conferir legitimidade à ordem capitalista de seus negócios, promovendo um tipo de discurso

que desloca o foco da atenção do cidadão para o consumidor, ou para um quase cidadão, fortalecendo a ideia da desnecessidade do Estado, uma vez que os critérios de justiça passariam a ser arbitrados no âmbito do mercado (BEGHIN, 2005).

O modelo de cidadania ofertado por programas advindos do terceiro setor divulga a ideia de que através da educação chega-se à cidadania. Por conseguinte, os projetos de educação geralmente têm caráter instrucionista, ou seja, uma atividade educativa de fora para dentro e de cima para baixo (DEMO, 2001)

Por conseguinte, o programa de televisão de repercussão nacional, Globo Cidadania, da Fundação Roberto Marinho é mais um exemplo que apresenta um conjunto de projetos que inspiram a superação de condições individuais, como cursos de capacitação para fazer o indivíduo se destacar no mercado de trabalho ou como formar o cidadão do futuro, ensinando crianças a cuidar da natureza (GLOBO CIDADANIA, 2014). Paoli (2003) enfatiza que nesse espaço recria-se o indivíduo como cidadão de segunda e terceira classe, dependente da caridade e da ação externa privada para a possibilidade de inclusão social, enquanto que os de primeira classe são aqueles capazes de consumir serviços de qualidade ofertados pelo mercado.

Para Paoli (2003) esses espaços retiram da arena pública a política participativa enquanto Santos, M. (2013) colabora com essa posição dizendo que é a decretação da morte da política, ou seja, de espaço conflituoso passa-se a um meio de indivíduos conformados. Desse modo, entende-se que o neoliberalismo reconhece da educação apenas sua face produtiva, por outro lado, ele esconde e teme a face política.

2.2.3 A neofilantropização da questão social

A questão social para Netto (2001) tem sua gênese na maneira com que os homens se organizaram para produzir num determinado momento histórico, o de constituição das relações sociais capitalistas, que tem continuidade na esfera de produção social. Para este autor, a questão social é a contradição da relação capital/trabalho.

Assim, questão social “condensa um conjunto de desigualdades e lutas sociais, produzidas e reproduzidas no movimento contraditório das relações sociais, alcançando a plenitude de suas expressões e matizes em tempos de capital fetiche”, pontua Iamamoto (2007, p. 156).

No caso da sociedade brasileira, Chauí (1984) demarca que é uma sociedade marcada pelo autoritarismo, pelos coronelismos, populismos, por formas políticas de apropriação da

esfera pública em função de interesses particularistas dos grupos no poder, conservando relações de tutela e clientelismos, e acentua reafirmando que esta é uma “sociedade hierarquizada, polarizada entre a carência absoluta e o privilégio absoluto” (CHAUÍ, 1984, p. 28), em que as relações sociais de desigualdades econômicas e sociais no Brasil têm um histórico de serem mantidas, por um lado, pela cumplicidade, isso acontece quando as pessoas identificam-se como iguais, por outro, pelo mando e pela obediência, quando as pessoas reconhecem-se como desiguais (CHAUÍ, 1984).

Desse modo no Brasil, dentre as expressões da questão social, estão a pobreza, a criminalidade, exclusão social e outras expressões que são problematizadas e exigidas por uma parte da sociedade ao Estado.

As políticas sociais e a formatação de padrões de proteção sociais são desdobramentos e até mesmo respostas e formas de enfrentamento em geral setorializadas e fragmentadas às expressões multifacetadas da questão social no capitalismo, cujo fundamento se encontra nas relações de exploração do capital sobre o trabalho (BEHRING e BOSCHETTI, 2011, p. 54).

As refrações da questão social no Brasil são denominadas de problemas sociais como se fossem situações problemas, pois o complexo de suas casualidades sociais são deslocados para o indivíduo, isolado, culpabilizado pelas carências humanas (IAMAMOTTO, 2007). Não é de hoje, que a ciência social burguesa atribui os males sociais à imperfeição humana, bem como a falta de recursos, ou a falhas administrativas, fato esse contestado por Marx (2010), ainda no século XIX, na Europa, quando o mesmo evidenciava que os males sociais advinham da relação capital/trabalho e que para superá-los não bastavam reformas no âmbito político do Estado, pois este não pode eliminar a contradição entre a sua função e a boa vontade da administração, uma vez que ele se posiciona na contradição entre a vida privada e a pública, entre interesses gerais e os particulares.

A pobreza no Brasil é tratada pelo Estado desde a primeira república, e pelas corporações, a partir da década de 1990, como um problema moral que deve ser atacado por meio de programas e projetos sociais de cunho moralizante, com ações de cunho filantrópico¹⁹.

¹⁹ A filantropia, inicialmente, teria sido influenciada pela Igreja Católica que, por intermédio das suas congregações religiosas e das teses trazidas pelas Encíclicas Papais faziam caridade aos pobres. As Encíclicas Papais influenciaram a origem do assistencialismo aos pobres: a *Rerum Novarum* do Papa Leão XIII de 15 de maio de 1891 e a *Quadragesimo Anno* do Papa Pio XI, de 15 de maio de 1931. O conteúdo, destes documentos, discute a forma de acumulação capitalista da época, mas sem por em questão a propriedade privada. Alegava que os ricos deveriam partilhar, em forma de doações aos pobres (IAMAMOTO e CARVALHO, 2008).

Esse fenômeno persiste desde a primeira república (1889 a 1930), passando pelo getulismo (1930 a 1945), pelo Estado Democrático Populista (1946 a 1964), pelo Estado Autoritário (1964 a 1988) até chegar ao Estado Democrático, período da filantropia democratizada (MESTRINER, 2011). Sobre a filantropia democratizada, os últimos governos utilizam os discursos de acabar com a pobreza, mas com ações que devem envolver a sociedade, responsabilizando-a pelo cuidado aos pobres.

Collor elegeu-se na década de 90 com um discurso de “defesa dos descamisados”. O governo Itamar Franco anunciou em 1993, um Plano Nacional de Combate à Fome e à Miséria. Os dois mandatos do Presidente Fernando Henrique Cardoso (1995 a 2002) foram atravessados por estratégias de combate à pobreza: a Comunidade Solidária e o Projeto Alvorada. Por fim, o recém eleito Luiz Inácio Lula da Silva lançou, em 2003, como carro-chefe de seu governo, o Programa Fome Zero (BEGHIN, 2005, p. 21).

O discurso predominante no cenário dos programas sociais de longos tempos é o de que o fenômeno da pobreza vem sendo reduzido a cada governo federal, como demonstra o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) na educação no primeiro mandato da Presidente Dilma Roussef, que passou de 0,279, em 1991, para 0,637, em 2010 (IPEA, 2013). Isto quer dizer que houve o acréscimo de 24,8%, isto é, mais pessoas acima de 18 anos estão tendo acesso à escola e completando o ensino fundamental; e de outro, houve o aumento de 0,418 no subíndice de fluxo escola. Entre 1991 e 2010, o IDH- Educação teve um aumento de 128,3%. Entretanto, as desigualdades sociais continuam vigorando, como é o caso da realidade educacional que historicamente advém de um amplo processo de desigualdades sociais que se atualizam, como demonstram os dados referentes à educação brasileira na região Nordeste de 1991 a 2010 que continua com IDH- educação abaixo da média nacional, com 0,475, em contraste com a região Sul, onde se encontram os municípios de IDHM Educação mais elevados, com 0,645 (IPEA, 2013), os quais são tomados como parâmetros de desenvolvimento educacional para o país.

Convém destacar que Fundações e ONG utilizam-se como justificativas de programas sociais de cunho filantrópico, sobretudo na área educacional, os índices de evasão e repetência escolar, prevalecendo no decorrer do programa social a quantidade de participantes, para assim, apresentarem boas estimativas de inclusão educacional.

A maioria desses programas sociais é elaborada com baixos ou sem nenhum custo, conclama-se o voluntariado a participar da execução, sendo, portanto, alvo da filantropia e da benemerência. Assim, o discurso da não lucratividade está intrinsecamente ligado à filantropia (MESTRINER, 2011).

Há um enquadramento da categoria de sem fins lucrativos conhecida na legislação brasileira como Lei das Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip), de 1999, que parece derivar da combinação entre lógica capitalista e princípio da subsidiariedade²⁰ que caracterizam as políticas públicas brasileiras (MESTRINER, 2011).

Por isso, é comum ver discursos em que a sociedade é conclamada a combater a pobreza. O apelo é realizado por meio de Institutos e Fundações empresariais que tem a função de difundir no meio empresarial, selos e prêmios que legitimam as ações sociais corporativas como selo Amigo da Criança e/ou a Lei da Empresa Cidadã²¹.

Entre as organizações que mais se destacam estão: Fundação Instituto de Desenvolvimento Empresarial e Social (FIDES), criado em 1986; a Fundação ABRINQ pelos Direitos da Criança e do Adolescente (ABRINQ), de 1990; o Comitê de Entidades no Combate à Fome e pela Vida (COEP), de 1993; o Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (GIFE), de 1995; o Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social (ETHOS), de 1998; e o Pensamento Nacional das Bases Empresariais (PNBE), de 1987. Seus discursos dizem orientar as empresas a combater a pobreza, prevalecendo a imagem de socialmente responsável.

Esse entendimento fornece subsídios para comparar a filantropia das organizações sociais de hoje com os contos de fadas, pois, a vontade dos empresários em acabar com a pobreza seria o mesmo que “o lobo adotasse a voz da vovó, o crocodilo derramasse lágrimas” (BLOCH, 2006, p. 444). Nesse sentido, em pleno século XXI, a filantropia desenvolvida por empresas brasileiras parece ter a mesma função daquela desenvolvida na Europa do século XIX: maquiadora da questão social²².

Filantropia significa amor do homem pelo próximo, e historicamente, a principal responsável pela sua disseminação foi a Igreja Católica, que lhe atribuíra o sentido de caridade (MESTRINER, 2011).

²⁰ Pretende assegurar uma tomada de decisões tão próxima quanto possível do cidadão.

²¹ O selo Empresa Cidadã foi criado em São Paulo, em 1998. É julgado por uma comissão formada por entidades como a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de São Paulo (SEBRAE) e vereadores da Câmara Municipal de São Paulo. Para que uma empresa concorra ao prêmio, deve atender alguns requisitos entre eles: não empregar mão-de-obra infantil e nem comprar produtos ou serviços de empresas que o façam; b) estar em cumprimento com as obrigações fiscais e em conformidade com a legislação vigente; c) a empresa que possuir página na Internet terá que disponibilizar seu balanço social para consulta pública pelo período mínimo de seis meses. Para concorrer ao título basta que a empresa se candidate e preencha um formulário (COUTINHO, J., 2004b).

²² Na passagem do feudalismo ao capitalismo na Europa, surgiu uma grande massa de mendigos e desesperançados advindos do campo para a cidade. A religião apareceu como única e salvadora do povo oprimido e pobre (igreja fazia doações aos pobres), inicialmente, apoiava a distribuição da riqueza entre todos, ricos e pobres (LUXEMBURGO, 2011), embora não contestasse a exploração que sofria o proletariado.

A filosofia filantrópica já aparecia no século XIX, nos países europeus de capitalismo industrial a pleno vapor, na relação entre geração de riqueza para os donos dos meios de produção da época e na geração da pobreza para os trabalhadores das fábricas, pobreza essa considerada um risco para a obtenção do lucro. Desse modo, “a filantropia tornou-se inevitável, com ares de industrial-cristão” (BLOCH, 2006, p. 51). Atualmente, no Brasil acontece uma nova filantropia, que se tornou inerente às ações das empresas para manutenção do discurso de desenvolvimento social e econômico.

A base das ações de RSE é de ordem filantrópica copiada secularmente e retraduzida no contexto brasileiro como uma refilantropização, porém com mesmos princípios de outrora. Tais ações não tem nenhum objetivo de acabar com a pobreza, mas apenas de atenuá-la com a roupagem de humanização do desenvolvimento econômico.

A dinâmica executada desde 1990 pelas empresas brasileiras denominada de responsabilidade social empresarial é classificada na visão de Beghin (2005) como neofilantropia empresarial, que seria uma espécie de nova filantropia revestida de um discurso ético. Tal discurso confere aos empresários a apropriação de valores circulantes na sociedade, como ética, solidariedade, participação e parceria, para assim, legitimar, sua ação tutelar e, de outro, o cultivo de um silêncio, que omite as verdadeiras causas de produção da exclusão social. Para Beghin (2005, p. 55) a função da neofilantropia empresarial,

Além da retórica da responsabilidade social e da solidariedade o investimento social privado contribui para descaracterizar a própria noção de cidadania: a mesma passa ser entendida como participação e, no lugar dos sujeitos de direitos, entram em cena os beneficiários ou os usuários de serviços.

A RSE tem a função de “matar dois coelhos com uma cajadada só”: primeiro omite os impactos destrutivos do seu desenvolvimento empresarial, neste caso a mineração; e segundo, mantém os sujeitos recebedores dos programas sociais, o público alvo da RSE, controlados e à deriva da boa vontade empresarial em promover determinado projeto, de perfil temporário, restrito, regional e excludente.

Paoli (2003) e Mestriner (2010) também caracterizam a RSE atual como uma redefinição da velha filantropia, pois se aproxima da noção de cidadania e acrescenta a palavra solidariedade. Esta, por sua vez, transforma-se na matriz de uma “moral ativa que dissolve a oposição entre individual e coletivo, privado e público a contraparte do dever moral seria uma obrigação ética” (BEGHIN, 2005, p. 47).

Essa utopia de RSE é entendida na visão de Paoli (2013), como conservadora porque por mais sensível que seja às desigualdades sociais, preserva ao mesmo tempo as hierarquias

desiguais que produzem a descapacitação dos cidadãos. Nesse mesmo sentido, aponta Montañó (2008, p. 198) que:

As políticas de cunho neoliberal (reestruturação do capital, flexibilização de leis trabalhistas e reforma do estado) criam uma modalidade polifórmica de respostas às necessidades individuais. Diferentes, segundo o poder aquisitivo de cada um, assim tais respostas não constituiriam direito, mas uma atividade filantrópica voluntária ou um serviço comercializável (MONTAÑO, 2008, p. 198).

As ações filantrópicas realizadas por empresas brasileiras ganham títulos de empresa cidadã, consciência social, o que na perspectiva de Montañó (2008) nada mais é do que uma nova modalidade de o capital obter isenção de impostos e subsídios seja na redução de custos ou no aumento de vendas, além de ser funcional para a manutenção da ideologia da harmonia social, para a aceitação, pela comunidade, da presença da empresa e seus impactos negativos ao meio ambiente.

Não é fortuito que, estando o Brasil na posição de signatário das Conferências Mundiais de Meio Ambiente da ONU, cultivava-se a ideia de sustentabilidade, a ideia de envolver as dimensões econômica e social no desenvolvimento econômico do país. A partir dos anos 1990 Montañó (2008, p. 150) já afirmava que

A noção de “desenvolvimento sustentado” sem quaisquer mediações encobre seu real beneficiário, o capital, e o mostra como sendo de toda a sociedade, ele elimina a contradição fundante da sociedade capitalista entre capital e trabalho; entende tal desenvolvimento como um processo natural desde que eliminadas as dificuldades: as “arcaicas” lutas de classes. Portanto, negociação e entendimento “civilizado” no lugar de lutas, parceria no lugar do enfrentamento, harmonia e engajamento no lugar dos interesses antagônicos.

Entendemos serem esses os principais resultados da prática de RSE, de caráter neofilantrópica, admite funções inerentes à reprodução da lógica desmedida de desenvolvimento econômico.

A responsabilidade social empresarial agrega-se de modo tecnicamente ao terceiro setor no Brasil, que se expandiu após o sucesso da cúpula mundial-1992 e que segundo pesquisa recente, compõe-se no total de 220 mil entidades beneficentes e prestadoras de serviços sociais diversos (PAOLI, 2003, p. 391).

Devido à repercussão de impactos ambientais denunciados por organizações sociais e diante das pressões da sociedade, sobretudo, dos atingidos diretamente pelos impactos do desenvolvimento econômico empresarial e do descumprimento pela empresa de normas ambientais, os quais veremos à frente, é que a Vale S/A utiliza-se, estrategicamente, do marketing ambiental e social para legitimar-se como empresa comprometida com os valores ambientais e éticos de responsabilidade social, aqui tratada, pela sua particular

contraditoriedade na aparente defesa do interesse público, que revela, na essência, o fortalecimento da lógica privada (SIMIONATTO e PFEIFER, 2006).

No Brasil, as empresas não fazem suas ações neofilantrópicas tirando do seu bolso, mas sim captam recursos, usando o modelo de parceiras, através das leis de incentivos direcionado pelo Estado, embora o marketing empresarial apresente a imagem de que a empresa é auto financiadora de suas ações sociais. De acordo com Mestriner (2011), a Constituição Federal de 1988 trata a filantropia como instrumento para conceder vantagens às sociedades patronais e não para garantir direitos à população.

Entretanto, as ações de RSE conferem um véu de naturalidade ao fenômeno da neofilantropia, como algo resultante de uma iniciativa de caráter espontâneo, desinteressado, como se fossem mero altruísmo.

A realidade que se tem é a de um paradoxo, nos alerta Coutinho, A. (2008, p. 189), ou seja, a situação em que as mesmas empresas que provocam os desequilíbrios sociais, culturais, ambientais, econômicos e morais se colocam hoje, por meio das fundações que criam para si, como uma das salvadoras da sociedade.

A RSE neofilantrópica passa a discursar a visibilidade dos problemas da conjuntura social, pobreza, analfabetismo, desemprego, entre outros. Na verdade, o discurso, encontra-se permeado de estratégias que conferem supostas relações junto às consequências das políticas neoliberais.

É possível inferir que atualmente, as ações sociais desenvolvidas pelos empresários, no Brasil integram as estratégias potencializadoras de hegemonia burguesa, num contexto em que a relação entre as formas mercantis e o aparato estatal, que lhe legitima e sustenta, é reconfigurada no movimento de resposta do capital às suas crises (CESAR, 2000, p. 198).

A noção de RSE faz parte das prováveis soluções para o desmantelamento realizado pela busca desenfreada por lucro de empresas, funcionando como estratégia de conter as repercussões das configurações do mercado, da ideológica ausência do Estado e da ineficaz ação do terceiro setor.

Para Neves (1994, p. 14):

Em relação as suas estratégias de dominação, o Estado embora continue a deter o uso legítimo da força, podendo por em funcionamento seu aparato repressivo para inviabilizar a organização das massas populares, vê-se compelido a utilizar cada vez mais estratégias políticas que visem à obtenção do consenso, diante da ampliação dos espaços superestruturais estreitos da democracia clássica.

Justificam-se nessa teia, os vários temas sociais abordados pelas práticas de RSE, a escolha dos projetos e a própria didática de trabalhá-los, com destaque para as principais carências dos indivíduos.

2.2.4 Solidariedade de cima para baixo

Autores como Demo (2002); Santos, M.(2013) defendem que, no contexto hegemônico do discurso do ativismo empresarial, a ideia de solidariedade coletiva ou horizontal é suprimida pela solidariedade vertical ou de cima para baixo, condição criada pela competitividade instaurada pela economia capitalista.

De acordo com Santos, M. (2013), a solidariedade horizontal preexistente refazia-se historicamente a partir de um debate interno e coletivo no território, enquanto que a solidariedade vertical, forjada por empresas, exclui o debate local e condiciona o agir do indivíduo.

A partir desse princípio, as ações sociais de empresas implantam no cotidiano os seus discursos que fazem apologia a valores de solidariedade, que cultivaria uma solidariedade local de autoajuda e ajuda mútua²³, aos quais Montañó (2008, p. 184) inclui altruísmo, compaixão, sensibilidade para com os necessitados, na valorização de iniciativas individuais em prol do bem individual.

Entende-se que o culto à solidariedade propugnada pelo discurso de RSE não é realizado por sensibilização filantrópica. No decorrer da história, Bloch (2006), ao analisar o processo de desenvolvimento do capitalismo na Europa do século XIX, afirma que nos momentos em que a exploração capitalista mais se acentuava, havia a presença de um sentimentalismo revestido de um embelezamento dos interesses econômicos e uma adjectivação eufemística da pobreza, legitimando a busca irremediável por lucro sob o manto do falso interesse pelas condições insalubres a que eram submetidos os operários.

Mais recentemente, a solidariedade cultivada no espaço de projetos neofilantrópicos, apresenta-se como se fossem uma formação do próprio grupo ou de comunidade, com o estabelecimento de ideias utópicas de uma suposta solidariedade coletiva. Contudo, para Demo (2002, p. 150), a manutenção dessa solidariedade, “no fundo, não passa de uma estratégia de formação de massa de manobra”.

Ao questionar o discurso de solidariedade, Demo (2002) enfatiza que este executa o trabalho de encobrir os efeitos do contexto de poder de uma classe sobre outra e, nesse caso, a solidariedade apresenta-se de cima para baixo. Esse fenômeno pode ser considerado grave,

²³ Os valores defendidos pelo suposto terceiro setor, as relações entre as ONG, empresas e Estado na sociedade brasileira, são apresentados de forma crítica no documentário “Quanto vale ou é por quilo” do Diretor Sérgio Bianchi, 2005.

pois neutraliza ações dos sujeitos, impossibilitando-os de sair da condição de assistidos por projetos sociais.

As ONG, em sua maioria, são carros chefe do discurso de solidariedade, utilizando-se maciçamente de discursos de ajuda mútua entre grupos, ou seja, vivem a política do cada um faz sua parte. Elas recebem fundos de governo local e estrangeiro e/ou são subsidiadas por empresas e fundações privadas, com íntima relação de trabalho com o Estado e ganham importância por meio de políticas de parcerias, que na grande maioria dos casos, mantêm o controle dos processos deflagrados enquanto avalista dos recursos econômico-monetários (PETRAS e VELTMEYER, 2000).

Na visão de Paoli (2003) a função das ONG encontra-se em mascarar as verdadeiras refrações da questão social transformando direitos sociais em capital:

O direito a educação, infância, velhice e ao próprio direito ao emprego são transformados em investimento em capital humano e colocados em um terreno puramente dependente de uma boa e confiável gestão, a do setor público não-estatal, a ideia é a de que as ONGs podem racionalizar bem os gastos públicos (PAOLI, 2003, p. 275).

Gohn (2002) contribui com tal assertiva resgatando a história das ONG, pois, a partir da década de 1970, houve um redimensionamento dos movimentos sociais e de suas lutas, até então existentes. Parte dos movimentos sociais transformou-se em ONG e as lutas, em campanhas cujo lema era e ainda é o de “promover o desenvolvimento das comunidades carentes a partir de relações baseadas em direitos e deveres da cidadania” (GOHN, 2002, p. 34).

A presença das ONG justifica-se como propagadora de temáticas como cidadania, combate à fome, acesso à educação básica, situação dos meninos e meninas de rua, de questões de gênero/mulheres, de indígenas e preservação do meio ambiente. Estas têm presença maciça na ordem do terceiro setor e apresentam uma prática direcionada a subjetividade dos sujeitos, individualizando a questão social. Petras e Veltmeyer (2000, p. 182) destacam a

[...] a capacidade das ONGs em invadir as comunidades populares e dirigir a energia para projetos de auto-ajuda, em vez de transformações sociais e a introdução de uma retórica de classe colaboracionista, como discurso de nova identidade (PETRAS e VELTMEYER, 2000, p. 182).

Acredita-se que o crescimento das ONG acabou gerando a cultura do possibilismo, subordinando neste processo a emancipação à alienação do indivíduo, ao considerar como ‘transformação’ as mudanças recorrentes do ativismo social e como dinâmica de

democratização a potencial participação dos indivíduos dentro das possibilidades (PETRAS;VELTMEYER, 2000).

Através do processo de globalização, Santos, M. (2013) destaca que a morte da solidariedade coletiva e introjeção da solidariedade individual vêm devolvendo ao homem a condição do cada um por si. Talvez a aceitação do discurso da solidariedade pelos indivíduos se deva ao medo: criação da economia que conduz ao desamparo do indivíduo.

Jamais houve na história um período em que o medo fosse tão generalizado e alcançasse todas as áreas da nossa vida: medo de desemprego, medo da fome, medo da violência, medo do outro. Tal medo se espalha e se aprofunda a partir de uma violência difusa, mas estrutural (...) (SANTOS, M., 2013, p. 58).

A solidariedade na ótica da RSE é uma solidariedade vertical, cujo epicentro é a empresa hegemônica, localmente obediente a interesses globais e, desse modo, indiferente às comunidades (SANTOS, M., 2013).

Paoli (2003) aponta que um dos meios da elite empresarial e do governo de alcançar a legitimidade para o desmanche das garantias públicas e estatais, está na adaptação da ideia de participação de novos atores na questão social, uma ideia que, tal como a demanda de cidadania, originalmente pertenceu ao campo dos movimentos sociais da década de 1980, mas que, atualmente, tem se tornado mero discurso ilustrativo de cidadania.

Ocorre que tanto as ONG quanto as Fundações e demais organizações localizadas na suposta via do terceiro setor, com seus discursos, acabam por serem falseadores das reais necessidades de transformação social, além de formadores de opinião e direcionadores das lutas, que se apresentam como simples reivindicação.

as ONG são financiadas pelo Estado e/ou contratadas por empresas, portanto, Coutinho, A. (2008, p. 39) ressalta que “não podem fazer um discurso de radicalidade contra o Estado e a lógica mercantil”, pois tanto um setor quanto o outro acenam com investimentos em projetos sociais.

2.2.5 Marketing empresarial

A importância adquirida pelos temas e ações sociais das empresas ocorre por meio de investimentos em marketing empresarial, social ou ambiental, cuja finalidade é agregar valor ao que é divulgado, seja a um produto ou a formas de pensamentos, ou a imagem da empresa.

O *marketing* empresarial age na conquista de respeito público, por parte da sociedade, de forma a neutralizar quaisquer formas de comportamento contrário. Segundo Grigato (2006, p. 10) “o *marketing* social pode melhorar a reputação de uma empresa, vinculando a sua

identidade à admiração que uma causa popular ou parceiro sem fins lucrativos eleitos como beneficiário possa suscitar”.

Desse modo, a estratégia de marketing é uma forma que a Vale, bem como outras empresas, encontram para dar visibilidade ao exigido pelos órgãos de meio ambiente para assim mostrar que se enquadram nas normas de preservação do meio ambiente, além de acrescentar-lhe valor social, apresentando um sedutor *glamour* na proposta de RSE.

A forma de acompanhamento das ações das empresas é a realização de um relatório denominado de Balanço Social (BS) que visa retratar um conjunto de informações sobre atividades referentes à relação capital/trabalho, dirigidas às partes interessadas, ou seja, aos *stakeholders*²⁴ que são funcionários, parceiros, comunidades, entre outros envolvidos diretamente com a empresa (REIS e MEDEIROS, 2007).

Ocorre que a transparência de suas atividades não é obrigatória por lei governamental, simplesmente, uma norma criada pelo FIDES²⁵, juntamente com o IBASE. O BS é uma norma copiada de países como a França e reforçada, em 1997, pelas então Deputadas Federais Maria da Conceição Tavares, Marta Suplicy e Sandra Starling, que apresentaram o Projeto de Lei nº 3.116 defendendo a ideia do Balanço Social como obrigatório a todas as empresas com mais de 100 empregados. Como resultado, o PL foi arquivado sem ser aprovado (REIS & MEDEIROS, 2007). Caso essa lei fosse aprovada, conclui-se que cairia o véu do discurso de RSE, pois, as empresas não as seguiriam, mas as praticariam de várias formas.

De fato, não há fiscalização alguma por parte do governo. O que existe concretamente é a criação de selos, certificados criados pelas próprias empresas, o que lhes confere legitimidade ao construir uma imagem ética na sociedade (PAOLI, 2003).

Inclusive, o selo Balanço Social é uma ideia legitimada pelo IBASE, a ser conferido anualmente a todas as empresas que seguem o modelo de BS do referido Instituto (REIS e MEDEIROS, 2007).

No que se refere ao desenvolvimento de práticas destinadas a promover o ativismo empresarial, pode-se destacar a concessão de prêmio e selos, os prêmios PNBE de cidadania²⁶; o prêmio Ethos de Jornalismo, o prêmio Ethos Valor, concedidos pelo Instituto

²⁴ Termo da Economia utilizado para designar o “público estratégico”, alvo da empresa.

²⁵ No término dos anos de 1980 o FIDES elaborou o primeiro modelo de Balanço Social a ser seguido por várias empresas brasileiras no decorrer da década de 1990 (REIS & MEDEIROS, 2007).

²⁶ O Prêmio PNBE de Cidadania é concedido por jovens líderes empresariais paulistas. O prêmio afirma reconhecer pessoas e entidades que têm lutado por um país socialmente justo, realizando trabalhos sobre cidadania e eficiência no Brasil (PNBE, 2015).

Ethos e o selo Empresa Amiga da Criança, atribuído pela Fundação ABRINQ à empresas que realizam ações sociais para a promoção e defesa dos direitos das crianças e adolescentes.

Essas formas de organização têm, no contexto geral, a motivação no ativismo social empresarial, que serve para ratificar que há compatibilidade entre rentabilidade econômica e neofilantropia empresarial, uma vez que são as próprias empresas que se organizam para promover esse tipo de prática.

Conforme aponta Ashley (2006), há uma necessidade de uma efetiva rede de negócios que incorpore o conceito de responsabilidade social em todas as transações dos *stakeholders* associados a essa rede de negócios, ou seja, precisa-se manter a ideia de empresa socialmente responsável.

Segue o mesmo caminho a certificação *AccountAbility* 1000 (AA 1000) que agrega princípios de responsabilização, relevância e inclusão. A empresa é avaliada segundo critérios de relacionamento com a comunidade de entorno. A *International Organization for Standardization* (ISO) 14000 privilegia a preservação do meio ambiente no processo produtivo (MELO NETO e FROES, 2001).

A Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) é o órgão responsável pela normatização técnica no País e fornece a base necessária ao desenvolvimento tecnológico brasileiro. É uma entidade privada, sem fins lucrativos e membro fundador da *International Organization for Standardization* (ISO). A norma brasileira (NBR) 16001, publicada em 2012, de responsabilidade social refere-se ao sistema da gestão que

Estabelece os requisitos mínimos relativos a um sistema de gestão da responsabilidade social, permitindo que a organização formule e implemente uma política e objetivos que levem em conta seus compromissos com: a) a responsabilização; b) a transparência; c) o comportamento ético; d) o respeito pelos interesses das partes interessadas; e) o atendimento aos requisitos legais e outros requisitos subscritos pela organização; f) o respeito às normas internacionais de comportamento; g) o respeito aos direitos humanos; e h) a promoção do desenvolvimento sustentável (ABNT, 2014).

Os elementos destacados fazem do *marketing* empresarial uma ação estratégica fundamental para manutenção da ideia de que RSE geraria impactos positivos. Entretanto, esta estratégia cumpre a função de obscurecer a realidade contraditória gerada pelos mantenedores deste marketing, as empresas.

3 A RESPONSABILIDADE SOCIAL DA VALE

Aborda-se o contexto social e econômico da Vale traçando uma breve descrição de aspectos históricos da empresa, elegendo como fundamental entender como a empresa atua, demonstrando a atividade do complexo da mineração e as ações de RSE, sobretudo, no Maranhão.

Elege-se mostrar a visão que as organizações sociais Rede Justiça nos Trilhos e Movimento dos Atingidos pela Vale perfazem das atividades da Vale. Compreende-se que a análise da RSE da Vale faz parte do debate sobre conflitos ambientais, pois envolve grupos sociais com diferentes interesses na apropriação da natureza (ACSELRAD, 2009).

3.1 CONFIGURAÇÕES DA MINERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA VALE

As origens mais remotas da Vale datam de 1901 e a fundação da Companhia Estrada de Ferro Vitória a Minas (CEFVM), fora inaugurada oficialmente em treze de maio de 1904. Já em 1909, é criada a *Brazilian Hematite Syndicate*, de capital britânico. “Os ingleses compraram todas as terras onde estavam as reservas conhecidas de minério de ferro em Minas Gerais, estimadas em 2 bilhões de toneladas” (GODEIRO, 2007, p. 10).

Em 1940, o Presidente Getúlio Vargas firma um acordo com os Estados Unidos e a Inglaterra no contexto da segunda guerra mundial. O acordo resumia-se na divisão de atribuições e, entre elas, o Brasil seria o fornecedor de minério de ferro para a indústria de armamentos para o grupo dos aliados²⁷, grupo de países, que saiu vitorioso da Segunda Guerra Mundial.

Na época, atuava no Brasil, a empresa de capital inglês, *Itabira Iron Ore Company*, que já vinha explorando o minério de ferro do estado de Minas Gerais. Contudo, a partir desse acordo, a empresa foi encampada pelo governo Vargas e surgiu a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), em 1942. Em contrapartida, a Inglaterra recebera uma indenização e os Estados Unidos concederam empréstimos e garantia de tecnologia para montar a mineradora Vale e a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) (GODEIRO, 2007).

²⁷ China, França, Grã-Bretanha, União Soviética e EUA formavam o bloco dos Aliados, enquanto que Alemanha, Japão e Itália formavam as Potências do Eixo (ARAÚJO, 1956).

A Vale²⁸ foi criada pelo Decreto nº 4.352, de 1º de junho de 1942, pelo governo Getúlio Vargas. Inicialmente a Vale S/A tinha origem estatal de sociedade de economia mista, responsável, já nessa época, por 80% da exportação de ferro do país. Através do Decreto nº 77.608, no ano de 1974, a empresa recebeu concessão para construir e explorar a Estrada de Ferro Carajás, com 870 km, entre Parauapebas (PA) e São Luís (MA). Anos depois, passou a exportar minério de ferro pelo Porto do Itaqui, na capital São Luís, no Maranhão.

No contexto de 1980, após a descoberta das imensas jazidas minerais no Pará, a mineradora deslocou o eixo da exploração do minério no Brasil, passando a se apoiar nos sistemas Norte e Sul²⁹. A ferrovia Carajás fazia o transporte de todo o minério extraído nas jazidas de Carajás até o mar em São Luís (MA).

Nesse mesmo período registram-se outros programas de desenvolvimento regional como a Hidrelétrica de Tucuruí e a Rodovia Transamazônica que faziam parte do desenvolvimento econômico do Brasil. Nota-se que, com o crescimento e desenvolvimento regional, foram sendo gerados alguns problemas econômicos e sociais. Como ressalta Durans (2008, p. 267), “vários conflitos foram gerados acarretando conflitos socioeconômicos para as famílias atingidas ao longo do corredor da ferrovia”. Segundo Pantoja (2012, p. 8):

Alguns dos efeitos causados por grandes projetos industriais são bem conhecidos como economias de enclave (que captaram recursos da região pelos centros hegemônicos), controle territorial empresarial (seja privado ou estatal), formação de novas territorialidades a partir do (re) ordenamento do território (ainda que o espaço transformado não seja objeto explícito do planejamento), além de uma notável assimetria de poder, que ata as mãos das forças sociais locais, restando clientelismo político pelo lado do governo local e das forças sociais que dificilmente chegam a espaços públicos, de outro.

A partir das consequências supracitadas percebem-se os impactos que os grandes projetos industriais e de infraestrutura desde cedo causavam às populações diretamente ligadas a esses empreendimentos

Ressalta-se que em 1987, foi elaborado o Plano Diretor da Estrada de Ferro Carajás, cujo texto apresentava medidas de minimização dos impactos da mineração às comunidades à beira da Estrada de Ferro Carajás, bem como a superação das condições sociais de pobreza da região (SEPLAN, 1987). Entretanto, o que se tem observado é a sobrevivência, até hoje, de um discurso de desenvolvimento para todos, sem que de fato isso ocorra.

²⁸ A partir de 2007, a CVRD passou a ter o nome fantasia de Vale. Desse modo, utiliza-se no corpo deste trabalho.

²⁹ A partir da década de 1980, o minério exportado pela Vale passou a incluir também a produção de Carajás escoada pelo Terminal Marítimo de Ponta da Madeira. Desde então, o Sistema Norte ganhou participação crescente no suprimento do mercado externo, preservando-se as reservas de Itabira em Minas Gerais (Sistema Sul) para o abastecimento preferencial do parque siderúrgico brasileiro.

Isto posto, ainda que se elaborem projetos que objetivem mitigar efeitos de grandes empreendimentos, ou que se planeje erradicar a pobreza, não há resultados que comprovem tal efetividade.

Em 1995, no então governo de Fernando Henrique Cardoso, a Vale foi privatizada sob a justificativa de que seria funcional à redução da dívida externa pública brasileira. Entretanto, o valor pelo qual a empresa foi vendida não correspondeu ao pagamento dos juros de dois meses da dívida vigente (AIAV, 2014; ZAGALLO, 2010).

Outro importante elemento que legitimou o discurso de ineficiência do Estado, sobretudo na dimensão econômica, foi o processo de privatizações de empresas estatais na década de 1990. Esta foi uma das frentes de maior impacto das medidas neoliberais no Brasil. Coutinho (2008) revela que, na política de privatização, o Estado foi adjetivado de ineficiente, burocrático, corrupto, clientelista, sem que se revelassem as raízes desses atributos.

O discurso dessa época, de que o Estado brasileiro passava por uma crise administrativa já foi desmascarado, pois, segundo Durans (2008), se tratava de uma crise internacional e as medidas privatistas eram o cumprimento do receituário neoliberal pelo Estado brasileiro. O capital requisitou a saída do Estado de suas funções produtivas acarretando no processo de desestatização pública.

As consequências da privatização da Vale foram a baixa de salários e demissão em massa de trabalhadores da Vale. A partir dessa flexibilização de relações trabalhistas a empresa passou a funcionar num sistema de terceirização de serviço por outras empresas. A mineradora passou para o controle da iniciativa privada com 41,37% das suas ações ordinárias (com direito a voto) vendidas por 3,3 bilhões para o Consórcio Brasil formado pela Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), a Bradespar (Bradesco Participações) e o fundo de investimento do Banco do Brasil.

Outros acionistas eram minoritários e parte dos recursos utilizados para a compra dessas ações foi obtido por meio de empréstimos junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) (MINEIRO, 2014).

Atualmente, a Vale é uma empresa de capital aberto, ou seja, capital social formado por ações, com presença mundial e ações negociadas nas bolsas de São Paulo, Nova York, Hong Kong, Paris e Madri, com negócios em todos os continentes. Sua sede mundial fica no Rio de Janeiro.

A relação do Estado brasileiro com a Vale foi (quando estatal) e ainda é, de apoio financeiro e político às ações da empresa. O Estado oferece suporte político direcionando a economia brasileira para as demandas do mercado internacional, bem como “promove a

legitimação da empresa diante da sociedade brasileira como uma empresa promotora do desenvolvimento nacional” (FAUSTINO & FURTADO, 2013, p. 32).

O regime de trabalho da empresa, segundo Durans (2008, p. 270) incorpora o toyotismo, modelo japonês de produção, cuja avaliação pressupõe a participação de todos no processo de trabalho, além de destacar um suposto bem estar dos trabalhadores, conforme é enfatizado pela empresa.

Nas empresas modernas, todos patrões e empregados sabem que para poderem atuar de forma competitiva e conquistar o seu lugar no mercado precisam se ver como parceiros numa espécie de modelo “ganha-ganha”. O importante é atingir as metas individuais e corporativas, pois todos são beneficiados. Nesse sentido é fundamental que exista um clima positivo de bem-estar e satisfação. Assim, o trabalho rende mais e todos se comprometem com o sucesso da empresa, que é também o sucesso de cada um. Nesse sentido, tendo em vista o grande número de empregados, a empresa procura manter um canal harmônico, buscando sempre conciliação. Isto ocorre através da gestão de clima organizacional. Na qual busca estar permanente presente nas diversas áreas de atuação dos empregados (VALE, 2014a).

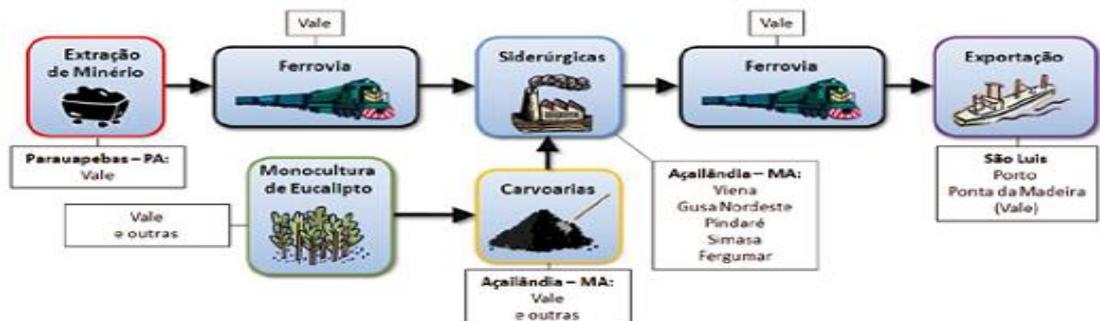
A Vale propaga a ideia de que seus empregados, incluindo os terceirizados, são parte da empresa, com participação na divisão de lucros anualmente, o que implica na disseminação da ideia de que todos (trabalhadores) são responsáveis pelo sucesso da empresa, realizando desse modo a mistificação da exploração

No Brasil, a empresa possui algumas filiais, fazendo-se presente nos estados de Minas Gerais, Espírito Santo, Pará, Maranhão, Ceará, Bahia, Goiás, Mato Grosso do Sul, São Paulo, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Sergipe, Rio de Janeiro e Distrito Federal (VALE, 2014a).

A mineração é a mais importante atividade da Vale, embora a empresa também seja proprietária das ferrovias Vitória Minas, Carajás e da ferrovia Centro Atlântica. Essas ferrovias transportam produtos da indústria do aço, produtos agrícolas como soja, açúcar e fertilizantes e possuem trens de passageiros (GODEIRO, 2007).

Para a produção de minério, a Vale utiliza um sistema integrado composto por minas, ferrovias, usinas de pelotização e terminais marítimos para escoação do minério, como mostra a figura 1.

Figura 1 – A cadeia da mineração e da siderúrgica do complexo norte de mineração da Vale



Entretanto tais atividades apresentam-se contraditórias: por um lado insere o país no atual modelo de desenvolvimento econômico global competitivo e, por outro, é uma atividade geradora de impactos negativos nas localidades onde há atividade de mineração.

Compreende-se que a empresa, assim como a sua suposta responsabilidade social, ocupa posição de destaque no cenário dos “conflitos ambientais relativos a interesses e estratégias diferenciadas de apropriação e aproveitamento da natureza na era da globalização econômica ecológica” (ACSEIRAD, 2009, p. 18). Isto posto, a empresa insere-se nas tensões do processo de reprodução do modelo de desenvolvimento econômico³⁰.

Segundo Acseirad (2009) conflitos ambientais decorrem da natureza da interação entre práticas sociais distribuídas geograficamente

Envolvendo grupos sociais com modos diferenciados de apropriação, uso e significação do território, tendo origem quando pelo menos um dos grupos tem a continuidade das formas sociais de apropriação do meio, ameaçada por impactos indesejáveis, transmitidos pelo solo, água, ar ou sistemas vivos, decorrentes do exercício das práticas de outros grupos (ACSEIRAD, 2009, p. 18).

Conforme apontam pesquisas sobre equidade ambiental (ALMEIDA, 2010; ACSEIRAD, 2009), as vítimas dos impactos indesejados pertenceriam a setores populares, de menor renda e com menor acesso aos processos decisórios.

A partir da breve exposição da atividade empresarial da Vale, nota-se que há uma realidade que não é mostrada pela mesma: sob a égide de um discurso do desenvolvimento para todos, como contraponto, há um legado de impactos socioambientais destruidores de modos de vida de comunidades onde a empresa opera.

Conforme Faustino e Furtado (2013, p. 19), segundo a avaliação dos movimentos sociais locais, “o Programa Grande Carajás³¹ foi implementado mediante o convencimento político da população sob o discurso do ‘desenvolvimento’ e da produção verticalizada, que trariam emprego e riqueza”.

O discurso de outrora atualiza-se nos dias atuais, pois vende-se uma imagem de natureza farta que pode ser explorada sem nenhum limite; a natureza passa, então, a ser vista

³⁰ Acseirad (2009) trata o modelo de desenvolvimento econômico, como um conjunto formado por três elementos: o bloco social hegemônico, regime de acumulação e modo de regulação. O primeiro enfatiza os interesses de grupos sociais dominantes e subordinados que se faz reconhecer no processo; o regime de acumulação é a transformação das normas de produção, de distribuição da renda e uso social do produto, e o modo de regulação é o conjunto de normas que ajustam permanentemente a lógica do regime de acumulação.

³¹ O Programa Grande Carajás foi instituído pelo governo Federal na década de 1980. O principal objetivo do Programa era beneficiar empresas que viessem a se instalar na região do Programa, que incluía parte do territórios dos estados do Pará, Maranhão e Tocantins (CARNEIRO, 2010).

como recursos naturais comercializáveis com o discurso de que isto atenuaria a pobreza. Para Pantoja (2010, p. 17)

O desenvolvimento regional também era uma das esperanças de resultado do projeto, a partir da crença de que, com a expansão do produto interno e da base tributável da economia regional, o poder público manejaria maiores somas de recursos e poderia oferecer soluções aos problemas econômicos e sociais vivenciados pela população daquela região.

Desse modo, o discurso do desenvolvimento social, que tenta convencer as comunidades afetadas pela mineração de que todos irão crescer com o desenvolvimento econômico, tem sido o recurso mais utilizado através do marketing do Estado e de empresas mineradoras.

Segundo a crítica de Coelho (2014), esse tipo de desenvolvimento não passa de um ‘discurso do desenvolvimento pela mineração’ (DDM). Esse discurso consiste na retórica da criação de empregos e da captação de renda por meio dos impostos. Por meio do DDM, a mineração aparece como desenvolvimento de toda a sociedade, discurso que exclui as classes sociais do debate, quando na verdade um só grupo se beneficia dos lucros da mineração, a elite empresarial. Entretanto, o discurso aparece se colocando como solução para a pobreza da localidade onde se quer empreender o negócio da mineração ou, nesse caso, por onde passa a Estrada de Ferro Carajás.

A Vale (2014c) alega ter uma participação na economia brasileira de 99,9% entre os anos de 2008 a 2012 apresentando um superávit gerado, entre 2008-2012, de 120,3 bilhões. A produção de minério de ferro faz parte do modelo de exportação de recursos naturais que podem ser minerais ou agrícolas, as denominadas *commodities*³². Essa atividade tem incentivo do Estado brasileiro que investe em exportação de minério de ferro, petróleo, gás, soja, laranja etc.

Segundo a Vale (2014), o Brasil está entre os 10 países com maior investimento em exploração mineral no mundo, mas sua participação no total ainda é inferior a 5%. De acordo com esse argumento o Plano Nacional de Mineração (PNM) elaborado pelo Ministério de Minas e Energia (MME) prevê o crescimento de até cinco vezes da produção mineral até 2030. Este é um investimento público e privado da ordem de US\$ 350 bilhões em pesquisa mineral, mineração, transformação mineral e infraestrutura logística (VALE, 2014c).

O Brasil é o segundo maior produtor de Minério de Ferro do mundo conforme o *U.S. Geological Survey e a UNCTAD* (Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o

³² São mercadorias de baixo valor agregado, ou mercadorias primárias, que não sofrem alterações, como exemplo, existem as commodities agrícola que são frutas, legumes e commodity mineral podem ser minério, alumínio etc.

Desenvolvimento). De acordo com o IBRAM (2015), as maiores empresas produtoras no Brasil são: Vale com 84,52%, CSN com 5,45%, Samarco com 6,29%, MMX com 2,03% e Usiminas com 1,71% e os principais estados produtores no Brasil são: Minas Gerais (67%), Pará (29,3%) e outros (3,7%).

Os maiores compradores de minério de ferro brasileiro são China, Rússia e Índia. Devido às políticas de consumo interno destes países, a mineração é uma atividade estratégica na política econômica do Brasil. Em 2013, a *commoditie* campeã em exportação foi o minério de ferro (IBRAM, 2015).

Registra-se também que nos últimos dois governos federais (governo Lula e governo Dilma), “a mineração foi alavancada através do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 1-2008-2010 e PAC 2 -2011-2014)” (FAUSTINA E FURTADO, 2013, p. 31).

A mineração brasileira cresceu rapidamente nos últimos dez anos, tendo sua participação no Produto Interno Bruto (PIB) passado de 1,1% no período 1991-2001 para 2,9% em 2002-2012 (VALE, 2014c). Observa-se um crescimento de mais de 100% quanto à produção dessa atividade.

Sobre esta atividade, o Estado brasileiro arrecada o Imposto de Renda de Pessoa Jurídica (IRPJ), o Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal de Comunicação (ICMS). Quanto aos encargos sociais, aos mecanismos de captura destinados ao financiamento da seguridade social, a participação brasileira nos lucros é instituída por meio da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL). A mineradora Vale

Tem isenção fiscal no PIS/CONFINS e ICMS; a exportação de produtos minerais é isenta da arrecadação do ICMS graças a Lei Kandir, que desonera os produtos destinados à exportação do ICMS. A exportação de minerais também goza de isenções fiscais no PIS/COFINS (COELHO, 2014, p. 77).

Os *royalties*³³ da mineração ou Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM) são de 2% do lucro líquido das mineradoras, no caso do minério de ferro. Coelho (2014) considera os impostos incidentes sobre a mineração de baixa repercussão e muito ínfimos frente aos impactos negativos gerados por essa atividade.

Os *royalties* pagos no Brasil pela Vale são dos mais baixos do mundo e a sua cadeia produtiva de mineração não parece deixar benefícios para municípios e regiões, embora seja este o seu discurso oficial. Zagallo (2010), analisando relatórios oficiais da Vale, confirmados pelo Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), demonstra que a Vale pagou, em

³³ Imposto pago por mineradoras presente na legislação de exploração de minas e petróleo nacional (POLÍTICA ENERGÉTICA NACIONAL, 2014).

2008, apenas 0,6% de sua receita total aos municípios mineradores como *royalties* (AIAV, 2014), quando ela deveria repassar 65% da CFEM que incide sobre a receita líquida ao município produtor natural de minério de ferro.

A Vale “se nega a aumentar o pagamento dos *royalties* e faz um arremedo de investimentos sociais nas comunidades, como se estivesse realizando uma obra de caridade com os municípios” (AIAV, 2014, p. 37). A empresa nem mesmo quer acatar as obrigações jurídicas, pagando devidamente o imposto, mas propaga a ideia de que o faz com responsabilidade social.

Os recursos naturais deveriam ser repartidos por toda a sociedade, entretanto, o rumo que se tem analisado é que seguem alimentando unicamente o lucro dos acionistas da Vale, envelopados por um falacioso marketing de que o processo de mineração traria “impactos positivos”, alegando que cumpre com as obrigações tarifárias, discursando que há “um aumento da arrecadação pública” (VALE, 2014a).

Analisando essa situação, Santos, R. (2011) traz uma reflexão sobre em que medida a arrecadação de impostos tem contribuído para as populações afetadas pelo desenvolvimento da mineração, uma vez que essa atividade é geradora de conflitos nessas regiões. O autor sugere a criação de um fundo social e comunitário da mineração no Brasil, o que seria uma forma compensatória direta para os diretamente afetados pelo sistema da mineração, uma vez que os impostos não têm uma especificidade para com essas demandas.

O fundo social, de outro modo, prefigura um mecanismo institucional adicional de captura de rendas minerais, fundado em uma perspectiva de justiça intergeracional, assim como no reconhecimento dos impactos socioeconômicos negativos induzidos pela atividade extrativa mineral e suas redes de produção (SANTOS, R., 2011, p. 85).

Entretanto, a ideia de fundo social da mineração existia quando a empresa ainda era uma estatal. Zagallo (2010, p. 09) relembra que a Vale “destinava 8% (oito por cento) do seu lucro líquido em ações que estimulasse o desenvolvimento das comunidades onde a empresa desenvolvia suas operações”. A partir do momento em que o Brasil modificou sua legislação tributária, desonerou os produtos de exportação, causando redução relativa na arrecadação de impostos para os municípios por onde a empresa opera. Assim, compreende-se que a criação de um fundo social de mineração no Brasil não basta, caso não se questione a forma social de como as riquezas estão sendo produzidas.

Dessa forma, os impactos gerados pela atividade mineradora é um tema fértil de debates e críticas frente o desenvolvimento da mineração. Coelho (2014), em pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase), demonstra

evidentes impactos negativos da mineração, como a concentração de renda, já que a extração mineral beneficia pequenos grupos de empresários, aparecendo impacto positivo apenas para a Balança Comercial.

A Vale, quando apresenta seus Estudos de Impactos Ambientais (EIA) e Relatórios de Impacto Ambientais (RIMA), divulga como impactos positivos de alguns de seus empreendimentos (duplicação da Estada de Ferro Carajás, abertura de minas) a criação de empregos na cadeia mineradora, bem como, apresenta uma série de impactos socioeconômicos que seriam positivos para parte das comunidades assim como para o Brasil. Dessa forma, divulga impactos referentes ao “aumento do número de empregos associados à cadeia produtiva da mineração, aumento da contratação de produtos e serviços” (VALE, 2014b, p. 21).

Referindo-se à geração de empregos, a empresa divulga que dada a abrangência de sua produção, estima-se que a mineração tenha gerado, no Brasil, 2,2 milhões de empregos diretos para 2013 (VALE, 2014c). Esse é um tipo de dado que serve para convencer a sociedade de que o modelo de mineração da Vale está acima de qualquer outra questão. Segundo Coelho (2014) entende-se que tal discurso pode ser contestado, pois tipos de propaganda semelhantes são práticas advindas de mineradoras situadas em solo nacional,

A criação de empregos na mineração, que frequentemente aparece nos discursos das mineradoras como principal efeito da mineração, é na verdade extremamente limitada e, quando comparada com outras atividades econômicas, mostra um lado negativo. A atividade mineradora não é intensiva em mão de obra, sua produção é bastante automatizada e mecanizada fazendo com que os investimentos em capital, especialmente em maquinário e equipamentos, não sejam acompanhados na mesma proporção por investimentos em trabalho (COELHO, 2014, p. 25).

A Vale é uma das mineradoras com grande número de conflitos socioambientais pelo mundo. Segundo dados de Coelho (2014, p. 25) “a Vale fica em quinto lugar, atrás apenas de quatro empresas petrolíferas e a mineração é a atividade econômica que mais gera conflitos no mundo.”

Os impactos gerados pela mineração e subsidiárias da Vale são: poluição sonora em aérea com explosões das minas, assoreamentos e contaminação de rios, superexploração do trabalho na cadeia produtiva do minério de ferro e do aço, reassentamento de populações residentes próximas às minas, destruição e inviabilização de formas de produção tradicional.

Tais impactos vêm gerando inúmeras denúncias de comunidades cortadas pela Estrada de Ferro Carajás, alegando que a Vale viola uma série de normas estabelecidas por leis, embora ela propague através de seus relatórios de sustentabilidades, a imagem de uma empresa ética para com o social e a natureza.

3.1.1 A Vale no Maranhão

O Maranhão tem o segundo pior IDH no país. Este indicador é utilizado pela ONU para analisar a qualidade de vida de uma determinada população e utiliza como critérios, grau de escolaridade, renda e expectativa de vida. Pesquisa do IBGE mostra que a expectativa de vida dos maranhenses é a menor do Brasil e a mortalidade infantil a maior do país (MARANHÃO HOJE, 2014).

A atuação econômica da Vale no estado do Maranhão ocorre por meio da Estrada de Ferro Carajás, com uma logística que liga a região do Sudeste do Pará até o Porto de Ponta da Madeira, no município de São Luís, Maranhão, conhecido como sistema Norte (CARNEIRO, 2010).

Todos os dias, são transportados aproximadamente 576 mil toneladas do melhor minério de ferro do mundo (as rochas encontradas em Carajás são formadas, em média, por 67% de teor de minério de ferro, o teor mais alto do planeta), em mais de 300 vagões do trem da Vale pela Estrada de Ferro Carajás que corta 23 municípios maranhenses.

O trem passa diariamente por territórios formados por unidades de conservação, áreas de proteção permanente, sítios arqueológicos, territórios quilombolas e terras indígenas. “Mais de cem povoados são atravessados pela ferrovia e esses povoados apresentam grupos sociais diversos como, camponeses, quebradeiras de coco babaçu e ribeirinhos” (SILVA, 2011, p. 10).

Durante o percurso feito pelo trem de carga da Vale, muitas comunidades são impactadas. Podemos citar como exemplo desses impactos, a ação das empresas guseiras³⁴ no município de Açailândia que utilizam o ferro extraído da Vale. A poluição gerada por estas guseiras compromete a saúde dos moradores da cidade, principalmente do bairro Piquiá de Baixo³⁵.

Desde o fim da década de 1980, a população residente de Piquiá de Baixo indica que tem sua condição de saúde severamente prejudicada pelas mudanças ambientais ocasionadas pela alta emissão de poluentes gerados pelas guseiras, algumas localizadas a menos de um quilômetro das casas mais próximas, como demonstrado na imagem 1.

³⁴ A partir de 1988, empresas guseiras instalaram-se em Açailândia-MA. Sua função é transformar o minério, matéria-prima para a produção de aço através da produção de ferro-gusa. Nesse processo é utilizado carvão vegetal que produz alto teor de poluição (CARNEIRO; CARVALHO, 2014).

³⁵ É um dos primeiros bairros de Açailândia, formado nos anos de 1970. Ao final dos anos de 1980, instalaram-se frente a este bairro cinco siderúrgicas operando com catorze altos fornos. Hoje Piquiá de Baixo abriga ao redor de 320 famílias e sua população está estimada em cerca de 1.200 pessoas (FIDH, 2011, p. 11).

Imagem 1 - Bairro Piquiá de Baixo



Fonte: FIDH, 2014.

A poluição do bairro foi constatada durante a entrevista realizada na residência do gestor da Escola Darcy Ribeiro, Claudio Silva, que mora próximo do complexo das empresas. No decorrer de sua fala, apontava para os móveis de sua casa e reclamava da quantidade de poeira que se acumulava.

A Vale vem fazendo “vista grossa” aos impactos causados pelo crescimento da produção, não mostra como a cadeia da mineração provoca severos danos aos territórios e aos modos de vida de populações camponesas, tradicionais e povos indígenas, nem tenta amenizá-los, encarando-os com descaso.

Recentemente, a Vale deu início ao Projeto Ferro Carajás S11D, maior investimento da empresa que consiste em aumentar a extração de minério de ferro em 90 milhões de toneladas métricas por ano, o que implica na duplicação da ferrovia para escoamento da produção. Segundo Milanez (2011), o aumento de produção de minério só vem duplicar os impactos ambientais e sociais nas localidades atingidas por essa expansão.

Essa discussão demonstra que o crescimento econômico da Vale se realiza paralelamente aos seus impactos negativos nas dimensões ambientais, sociais e culturais, daí nasce o discurso de responsabilidade social da Vale.

Assim, a Vale passa a desenvolver uma série de “investimentos sociais”; alegando tomar como referência a ideia de sustentabilidade, legitimando o discurso da responsabilidade

social empresarial, que vem se tornando um poderoso artifício de relacionamento entre a empresa e as populações impactadas por sua atuação.

Por isso, pode-se afirmar que a empresa age estrategicamente, utilizando-se de inúmeros mecanismos jurídicos para realizar as chamadas parcerias entre prefeituras, ONGs e voluntários, o que a empresa chama de Parceria Social Público-Privada (PSPP),

Uma lógica de investimento social voluntário que une esforços, recursos e conhecimento da sociedade civil, governos, empresas e comunidades em torno de uma agenda comum. Por meio da construção de alianças intersetoriais estratégicas, a PSPP estabelece uma governança integrada e constitui um pacto de cooperação para o desenvolvimento territorial, articulando ações e programas de desenvolvimento econômico e social estruturantes e de longo prazo (VALE, 2014a, p. 53).

A partir dessa estrutura são encampadas as ações sociais da empresa, portanto, a sua responsabilidade social é entendida como uma ação estratégica que afirma contribuir para o desenvolvimento territorial articulado a programas de desenvolvimento econômico e social que se afirmam “de longo prazo”.

3.2 DO CANTO DE SEREIA AO PRESENTE DE GREGO: a prática de responsabilidade social da Vale no Maranhão.

Um de seus expedientes de maior impacto na consolidação dessa imagem é a Fundação Vale. Um dos artifícios mais utilizados pela empresa é mostrar que as pessoas seriam a riqueza do local onde ela se instala ou local que passa a Estrada de Ferro, de modo que o que ocorre de fato é a tentativa de ocultar impactos negativos gerados pela mesma.

Contudo, a Fundação Vale não é o único recurso de expansão midiática das ações sociais da empresa. A Vale apresenta uma cadeia de suporte (Fundação Vale, código de ética, relatórios de sustentabilidades) quanto à manutenção de uma imagem socialmente responsável, diante dos impactos gerados pelo processo de seu desenvolvimento econômico.

A divulgação da suposta responsabilidade social empresarial da Vale é verificável em vários meios midiáticos, inclusive, os que são criados pela empresa com finalidade de propagandear suas ações sociais, como podemos ver na figura 2.

Figura 2- sítio eletrônico da Fundação Vale



Fonte: Vale, 2014b.

Os expedientes da Vale responsáveis por difundir responsabilidade social como canto da sereia e ofertar programas sociais como presente de grego às comunidades diretamente afetadas por seus impactos são: 1) a exposição de Relatórios Anuais sobre sua atuação nas áreas, econômica, social e ambiental que apresenta como objetivo transparecer as ações da empresa a nível mundial; 2) a Fundação Vale que é a responsável por mediar a relação entre empresa e comunidade, além de gestora das ações sociais da Vale; 3) o Código de Ética permeado por valores que afirmam seguir à risca, a empresa e seus fornecedores e o conjunto de parcerias que a empresa realiza para promoção de suas ações sociais.

A partir desses expedientes e por meio de suas ações, produz-se e tenta-se manter uma ideologia na qual as ideias do grupo empresarial dominante se tornam as ideias de toda a sociedade (MARX, 2007). Ou seja, há interesses divergentes entre grupo de empresários e comunidades impactadas. Estas geralmente impactadas de forma negativa em virtude da atividade econômica empresarial são levadas a acreditar que é gerado desenvolvimento econômico e social e que estes estejam para todos. De modo que a RSE atuaria como um amortecedor dos impactos. A ideia é a de que a empresa causaria danos negativos às comunidades, e a RSE causaria resultados sociais positivos para as mesmas. Na visão de Demo (2010) tudo isso se resume em engodo.

A Vale apresenta um conjunto de argumentos mobilizados pelo discurso do desenvolvimento pela mineração, que apresenta um desenvolvimento econômico de um grupo como se fosse o crescimento da sociedade inteira, além de omitir os impactos desastrosos à natureza e às comunidades ligadas à cadeia produtiva do minério de ferro (COELHO, 2014).

Em contraponto a essa realidade, grupos sociais atingidos pela busca por lucro da Vale, sistematicamente, tem divulgados efeitos que não são mostrados pela empresa, mídia, nem pelo Estado, um lado obscuro que não é revelado à sociedade, senão, por meio de movimentos e organizações sociais que aspiram limites ao crescimento desenfreado da empresa. De acordo com os grupos sociais atingidos pela empresa:

Desde 2010, a Articulação Internacional dos Atingidos pela Vale vem compartilhando experiências e formulando estratégias de ação coletivas frente ao poder público e à própria empresa em defesa do meio ambiente, dos trabalhadores e das comunidades atingidas. Este Relatório de Insustentabilidade da Vale 2012 resulta do acúmulo de experiências, relatos, denúncias e estudos que, através de alguns casos emblemáticos, mostram impactos socioambientais e as irregularidades cometidas nas suas operações. O documento é um trabalho coletivo que dá voz àqueles que são diretamente atingidos pela Vale (AIAV, 2014, p. 3).

Movimentos e organizações sociais (MST, Rede Justiça nos Trilhos, Forum Carajás e outros), sobretudo, os compostos por comunidades diretamente atingidas pela empresa, vêm questionando o desenvolvimento econômico, social e político que a empresa divulga em seus discursos. Portanto, a forma de produzir minério que vem sendo realizada pela empresa diz respeito à extração de riquezas locais e o enraizamento de problemas sociais que a Vale tenta amenizar com suas ações sociais ditas de responsabilidade social empresarial, em que a empresa enfatiza: “O foco principal da Fundação Vale é a educação, instrumento de transformação social e de exercício pleno da cidadania” (VALE, 2014a).

A cidadania cultivada nesse cenário é a de indivíduos “como receptores homogeneizados pela sua carência” (PAOLI, 2013, p. 402). Esse tipo de ação social empresarial acaba descapacitando o cidadão ao ativismo político e o recria numa esfera conformista. Estas são ações de cunho fatalista porque retiram das pessoas a visão crítica e coletiva das disparidades sociais vividas pelos grupos mais vulneráveis social e economicamente.

No início de 2014, a multinacional lançou um *slogan* apontando mudanças na estrutura gerencial da empresa: “Vale. Para um mundo com novos valores”, acenando, assim, contribuir para uma mudança na forma de extrair minério (VALE, 2014a). Entretanto, tal ação não passa de uma estratégia ideológica inserida no que Santos, M. (2013, p. 61) analisa como “papeis dominantes, legitimados pela ideologia e pela prática da competitividade, são a mentira com nome de segredo da marca; o engodo, com o nome de *marketing*; a dissimulação e o cinismo com os nomes de tática e estratégia”. A percepção que o movimento dos Atingidos pela Vale tem a respeito da mesma é que a empresa tem como objetivo maior

Lucrarem em primeiro lugar. Extrair o máximo de recursos naturais, com os menores custos possíveis. Derrotar a qualquer custo entraves às operações: meio ambiente, legislações trabalhistas e direitos humanos. Privatizar os ganhos,

socializar os prejuízos. Expandir mercados com principal arma: o poder econômico e político (AIAV, 2012, p. 3).

Uma das temáticas de responsabilidade social da Vale, retratada no seu Relatório de Sustentabilidade, bem como, no seu código de ética é a “comunidade” através do qual a empresa insiste em afirmar como ações “respeitar e compreender as comunidades próximas às nossas operações e projetos, incluindo sua diversidade cultural” (VALE, 2014a, p. 16). De acordo com a figura 3.

Figura 3 - sítio eletrônico da Vale



Fonte: VALE, 2014a

O tratamento que a empresa oferece às comunidades onde opera perfaz um caminho distinto do que ela divulga, pois o que mais se tem encontrado ao longo da Estrada de Ferro Carajás é pobreza, matéria de descaso tanto do Estado, quanto da empresa. Mas é o principal artifício de discurso que a Vale diz combater, como segue a imagem 2 abaixo.

Imagem 2: contradições do desenvolvimento econômico da Vale



Fonte: Faustino & Furtado, 2013

Para omitir informação semelhante à supracitada, o Relatório de Sustentabilidade torna-se uma estratégia. Este é uma norma das diretrizes da *Global Reporting Initiative* (GRI). Trata-se de um padrão adotado internacionalmente, em sintonia com os princípios do Pacto Global e do Conselho Internacional de Mineração e Metais (ICMM), iniciativas internacionais das quais a Vale é signatária. (VALE, 2014a). Esses relatórios servem para responder a avaliações negativas do mercado sobre suas operações; entretanto, tais documentos vêm omitindo uma série de impactos negativos às comunidades cortadas pela Estrada de Ferro Carajás.

A empresa não informa as emissões de poluentes nas suas unidades operacionais, assim como não informa as doenças e mortes causadas nas comunidades decorrentes desse processo. A Vale também não informa que foi autuada dezenas de vezes por órgãos de controle ambiental, como o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (IBAMA) que até 2010, autuou a Vale em 56 vezes por violações à legislação ambiental (ZAGALLO, 2010).

Nessa ótica, organizações sociais de apoio às comunidades atingidas pela Vale têm realizado um trabalho de exigir, junto ao poder público, a reparação desses impactos às populações afetadas. Segundo o Movimento dos Atingidos pela Vale os impactos mais comuns no corredor Carajás são

Além dos atropelamentos, 16 comunidades são impactadas por trepidação e rachaduras nas casas, poluição sonora, danos às estradas vicinais, interdição de roças, aumento da prostituição e vulnerabilidade social, além de remoções compulsórias de famílias ou apropriação de parcela de seus lotes. No novo projeto de duplicação da ferrovia, a Vale prevê a remoção de 1.168 “pontos de interferência”: cercas, casas, quintais, plantações e povoados inteiros (AIAV, 2012, p. 6).

Organizações sociais como a Federação Internacional de Direitos Humanos (FIDH, 2014) e a Plataforma Brasileira de Direitos Humanos Econômicos Sociais Culturais e Ambientais (DHESCA) têm investigado as denúncias das comunidades afetadas e tem produzido relatórios que revelam os sérios desrespeitos da empresa às comunidades.

As atividades da Vale causam acentuados impactos sobre os territórios e as populações que os habitam, gerando altíssimos custos sociais e passivos ambientais que são raramente divulgados nos documentos oficiais da empresa. Desmatamento, deslocamento de populações, destruição de modelos tradicionais de subsistência, poluição atmosférica, intervenções em mananciais de abastecimento público, contaminação de cursos d’água são atividades que acompanham o percurso da Vale desde a exploração dos minérios, passando pela transformação e pelo transporte de seus produtos até os mercados finais. Esses impactos podem ser observados claramente ao longo da Estrada de Ferro de Carajás, no Pará e Maranhão e no crescimento acelerado das guseiras em Piquiá, na construção do porto de Pecém no Ceará, nas minas que são exploradas em Minas Gerais e na siderúrgica que vem sendo construída no Rio de Janeiro, entre outros (AIAV, 2014, p. 27).

Para mascarar os problemas causados, a Vale investe na propaganda de seus projetos sociais mostrando o cumprimento de uma hipotética sustentabilidade que só reforça e oculta os impactos negativos causados pelo avanço do desenvolvimento econômico da mineração. Propaga a ideia de preocupação com os problemas ambientais e sociais aumentando a difusão de suas ações ditas éticas.

Entendemos que a Fundação Vale age essencialmente para a propagação do discurso do “desenvolvimento social das comunidades” (VALE, 2014a), construindo a imagem da boa convivência entre a empresa e comunidade. Portanto, um aparelho funcional e legitimador na formação de um consenso entre as comunidades, para que não intervenham no processo de mineração, mesmo na presença de impactos negativos.

3.2.1 A Fundação Vale

A Fundação Vale, criada na década de 1970, é um dos meios que a empresa usa para desconsiderar os problemas sobre os diretamente impactados. Trata-se do braço social da Vale, responsável pela mediação entre empresa e comunidades, passando a atuar de maneira intensiva, nos últimos anos em diversos municípios ao longo da Estrada de Ferro Carajás.

Em 1998, depois de privatizada, a Vale designou a Fundação Vale para atuar como seu agente social em comunidades localizadas nas áreas em que a empresa operava. Desde 1998, desenvolve projetos sociais em parceria com o poder público, ONG, entidades da sociedade civil e iniciativa privada, nos campos da educação, cultura, economia local e voluntariado, como mostra a figura 4, trabalhando no convencimento de que é uma empresa socialmente responsável.

Figura 4- modelo de atuação da Vale



Fonte: Vale, 2014b

A base de sustentação do modelo de ação da Fundação refere-se a setores em que apresenta o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal- IDH-M, como referencial, vendendo a proposta de que a empresa atingiria com sua RSE impactos positivos para elevação do IDH no Maranhão.

A Fundação Vale carrega consigo a carga ideológica presente do terceiro setor, utilizando-se massivamente de projetos que utilizam voluntariado como moeda de troca entre a neofilantropia e a produção de valores maquiadores da imagem da Vale,

A Fundação Vale tem como função apoiar a construção do legado positivo que pretende deixar nos territórios onde estamos presentes. Ao cumprir esse papel, contribui para o desenvolvimento local e para a melhoria da qualidade de vida das comunidades por meio de ações e programas sociais voluntários, resultando em uma aplicação eficaz e qualificada dos nossos investimentos sociais (VALE, 2014a, p. 53).

O discurso proferido pela Fundação Vale assemelha-se a um “canto de sereia” dirigido à sociedade e, sobretudo, para as comunidades diretamente afetadas pela mineração, atuando na sedução e no convencimento de que a Vale se preocupa e atuaria em favor dos atingidos por seus impactos, ocultando uma série de impactos desastrosos. Esse tipo de conduta,

Envolve um tipo de poder mais sutil e talvez numa escala menor que qualquer outro: uma presença nos múltiplos níveis da sociedade e um lugar nas diversas conversações, as quais permitem que um conjunto de vozes seja ouvido e um conjunto de interesses passe a ser levados seriamente em consideração em quase todos os lugares. Isto é poder como presença discursiva (HIMMELSTEIN *apud* ALVES, 2002, p. 10).

A Fundação Vale mostra-se preocupada em contribuir para o desenvolvimento integrado econômico, ambiental e social dos territórios em que a Vale atua e diz “fortalecer o capital social das comunidades e respeitar as identidades culturais” (VALE, 2014b). Este é um exemplo de discurso empresarial que se assemelha a noção de responsabilidade social empresarial defendido por Ashley (2006) que traz uma perspectiva cultural.

Uma determinada localidade é que determinaria as ações, padrões, normas e regras de RSE, o comportamento ético e moral do público é que apontaria o que é justo, correto e bom para o meio em que se vive. Segundo as informações até agora apontadas do Programa Ação Educação, a noção de responsabilidade social empresarial ética e moral está longe da noção desenvolvida pela Vale.

Nota-se que a partir das práticas da Fundação Vale e, principalmente, a partir das diversas notícias da grande mídia local sobre a atuação da Fundação no interior do Estado, a mesma tem buscado agir como uma mediadora entre o poder público local e a população, através de captação de recursos externos. Sejam do Governo Federal ou mesmo dos Fundos que os municípios têm direito e não conseguem acessar, como no caso do Fundo para o

Desenvolvimento Regional com Recursos da Desestatização (FRD) e do Fundo Garantidor de Habitação (FGH).

Desta forma, a baixa capacidade de investimento dos municípios com os quais a Fundação se relaciona passa a ser um ativo da Fundação, que passa a mediar o acesso e, assim, controlar uma série de recursos (inclusive públicos) aos quais as prefeituras têm direito (PANTOJA, 2011, p. 70).

A parceria entre Vale, ONG e poder público tem clara função ideológica de encobrir o fundamento, os impactos do processo de produção de minério, que além gerar lucros para pequenos grupos de empresários, ainda produz notáveis impactos negativos a diversas populações.

De tempos em tempos a Fundação Vale prioriza áreas sociais que bem lhe convém, como é o caso dos projetos e programas que se destacam na área da educação, que diz ser com base no princípio do desenvolvimento social sustentável. Os eixos são:

- **Educação de Jovens e Adultos:** apresenta o objetivo de contribuir para erradicação do analfabetismo. O programa é realizado em municípios do Maranhão (Açailândia, Alto Alegre do Pindaré, Bom Jesus das Selvas, Santa Rita, São Luís, São Pedro da Água Branca), Pará (Ourilândia do Norte e Parauapebas) e Minas Gerais (Itabira e São Gonçalo do Rio Abaixo) (VALE, 2014b);
- **Educação para as Relações Étnico-Raciais:** salienta contribuir para a execução das leis 10.639/03 e 11.645/08, que estabelecem a obrigatoriedade de incluir estudos sobre a história e cultura afro-brasileira e indígena nos currículos em parceria com a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) (VALE, 2014b);
- **Casa do Aprender:** apresenta como objetivo valorizar os saberes comunitários, de forma a facilitar a aprendizagem e o acesso à cultura e a produção de conhecimento. Este projeto funciona em parceria entre a Fundação Vale e as Secretarias Municipais de Educação dos municípios de Barões de Cocais, Itabira, Rio Piracicaba e São Gonçalo do Rio Abaixo, em Minas Gerais; Ourilândia do Norte e Parauapebas, no Pará; e São Pedro da Água Branca, no Maranhão (VALE, 2014b);
- **Rodas de Conversas:** visaria incentivar a leitura e a contação de histórias nas escolas da rede pública dos estados do Maranhão, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais e Rio de Janeiro;
- **Formação Continuada:** este eixo é resumido no Programa Ação Educação, divide-se em três ações: formação de professores da rede pública, formação de equipes de secretaria municipais e formação de gestores de escolas públicas. Os locais onde são executados são: Minas Gerais (Barão de Cocais, Itabira, Rio Piracicaba e São Gonçalo

do Rio Abaixo), Pará (Parauapebas), Mato Grosso do Sul (Ladário) e no Maranhão (Bom Jesus das Selvas, Açailândia e São Pedro da Água Branca) (VALE, 2014b). Este último eixo constitui-se objeto de análise no quarto capítulo.

Sobre a exposição dos objetivos apregoados dos referidos programas, acentua-se uma função puramente ideológica, que consiste na ocultação da desigualdade social no acesso ao conhecimento, tornando a ideia de que, para cada público do programa, haverá igualdade de oportunidades.

Questiona-se a relevância desses projetos, sobretudo o denominado Ação Educação para as comunidades impactadas pelo processo de logística da mineração da Vale. Ao observar as relatorias da Federação Internacional de Direitos Humanos de 2013 (FIDH, 2014) e Plataforma DHESCA (2014) sobre os impactos das ações da empresa nesses territórios, não aparecem projetos de ações de responsabilidade social da Vale que ataquem os impactos decorrentes das atividades da empresa.

Compreendemos que os atuais projetos apresentam-se descontextualizados da realidade, ou seja, não aparecem projetos relacionados aos impactos deixados pelas atividades do complexo da mineração. Contudo, o discurso da empresa insiste em afirmar que oferece serviços educacionais de acordo com as demandas das comunidades.

A Fundação Vale afirma que seu modo de atuação tem como base “o conhecimento da realidade local, obtido por meio do diálogo com as comunidades e demais *stakeholders* e pelo diagnóstico socioeconômico dos territórios” (VALE, 2014a, p. 54). Isto seria determinante para apontar as prioridades de ação para o desenvolvimento pessoal e social das comunidades, mas na prática cotidiana aparece como um mero discurso distante da realidade.

Foi possível perceber esse distanciamento em entrevistas realizadas com os ex-participantes do Programa Ação Educação nos municípios Açailândia e Bom Jesus das Selvas, quando questionados sobre o porquê dos referidos projetos funcionarem em seus municípios, a resposta demonstra ausência de qualquer tipo de diagnóstico realizado pela empresa na realidade do público alvo do Programa.

Em Açailândia, segundo o conhecimento do gestor do Centro de Ensino José Cesário da Silva, que fez todo o curso, ao ser questionado sobre a origem do projeto Formação de Gestores aponta que “a Vale ofertou pra cinco escolas modelo, ela pediu preferência por escolas próximas da rodovia, as mais próximas possíveis da rodovia e os nossos alunos são do entorno da rodovia” (Célio Rodrigues, entrevista em 29/07/2014).

Em Bom Jesus das Selvas os motivos que levaram a Fundação Vale à realização do Programa e ser instalado parecem bem mais obscuros para os participantes da Formação de Secretaria:

Eu não sei. Acho que entrou um novo gestor, uma nova Secretaria. E tudo deles é embasado em pesquisa. Viram os índices municipais, índice de analfabetismo, como tá a aprendizagem dos nossos alunos. Não sabemos o motivo do por que a Fundação Vale implantou esse projeto de formação de Secretaria, mas para nós foi muito importante, mão na roda mesmo (Valéria Bogéa, entrevista em 07/10/2014).

Diante dos pontos obscuros do Programa Ação Educação compreende-se que o mesmo é executado sem transparência quanto ao que levou a Vale a implantá-lo naquelas comunidades, o que nos permite questionar a natureza do relacionamento entre empresa e comunidade, pois o diagnóstico que diz ser realizado pela empresa, não é de conhecimento dos participantes do Programa.

Desse modo, conclui-se que cada vez mais uma máquina de propaganda é que decide a necessidade de conhecimento e quais devem ser as ofertas de projetos e programas sociais para aquelas comunidades. Pois a regra do Programa Ação Educação é a de que um corpo técnico constituído pelas parcerias deve conduzir o processo de identificação das carências a partir de um diagnóstico das comunidades. Posteriormente, disponibiliza-se o conhecimento para que os membros dessas comunidades possam suprir suas necessidades presentes e futuras, dando prosseguimento ao legado deixado pelo Programa.

Ocorre que, nesse cenário, os saberes dos beneficiados são incorporados às estratégias traçadas pelo saber técnico imposto que se encarrega de neutralizar qualquer possível divergência que comprometa o processo empresarial.

3.2.2 Código de Ética da Vale

O Código de Ética da Vale é outro instrumento de legitimidade conferida ao discurso da empresa, pois proclama o apologético compromisso com responsabilidade social corporativa, declarando atuar de forma “consciente e responsável sob os aspectos socioeconômico e ambiental de suas atividades” e afirma contribuir para o desenvolvimento das comunidades em que atua, inclusive incentivando “o exercício da cidadania” (VALE, 2014d, p. 4).

A Vale adotou um código de conduta ética que, segundo a própria empresa, deve ser seguido pelos trabalhadores da Vale e também por suas subsidiárias e fornecedoras.

Diante do aparato ideológico e propagandístico da Vale e das eminentes contradições geradas pelo seu modelo de desenvolvimento econômico, questiona-se que contribuição a

Vale tem deixado para o desenvolvimento local e para a melhoria de qualidade de vida das comunidades diante do seu Código de Ética.

No ramo da RSE, a ética é entendida, de acordo com Cherques (2003), como obrigação de dar resposta por parte da conduta da empresa. Compreenderia o dever de empresas em relação à sociedade. Ademais, seria o que tornaria a empresa possível de sanção, de castigo, reprovação e culpa por seus atos.

Ocorre que no interior das empresas, acionistas e trabalhadores, na tentativa de cumprir o estabelecido pelo Código de Ética, teriam que ter responsabilidade moral, entretanto, as empresas como pessoas jurídicas são entes amorais, pois o que define uma empresa é a busca do próprio interesse econômico. Portanto, considerar que empresas realizem o desejado no código de ética é uma hipocrisia.

Desse modo, entende-se que a responsabilidade social a Vale é uma ação organizada na defesa de interesses que ela oculta atrás de máscaras do socialmente responsável descrito no seu Código de Ética, para com a natureza e as comunidades com que se relaciona.

A natureza do Código de Ética da Vale parece ter origem no discurso do neofilantromismo, designado por Beghin (2005, p. 54) como “uma nova forma de exercer a filantropia, fazendo exigências morais de uma nova sociabilidade ou contratualidade, baseada na responsabilidade e na ética”.

Ações que seguem diretrizes do voluntariado, solidarismo, cultivando ajuda e ajuda mútua. A ideia é desenvolver esses valores diante da destruição de hábitos e dinâmicas das comunidades afetadas pela empresa. Uma tentativa de “tapar o sol com a peneira,” em que a empresa divulga ações forjadas pela Fundação Vale, de construção de valores que agem como neutralizadores de possíveis conflitos entre as comunidades e a Vale. A hipotética construção de “valores” defendidos pela empresa corresponde a:

Lucro para os (acionistas privados). Atitude arrogante, falhas são constantemente omitidas. Legislação frequentemente ignorada e desrespeitada, por vezes mudada de modo a atender seus interesses. Organização e disciplina imposta aos trabalhadores de forma autoritária. Respeito e ética em segundo plano na hora de viabilizar negócios com suborno e intimidação de líderes comunitários, sindicais e atores públicos (AIAV, 2012, p. 5).

O desenvolvimento propagado pelo discurso da Vale tem uma visão simplista, denominado de desenvolvimento de comunidade, pois o dissocia do conjunto (COUTINHO, 2012), momento que acarreta na naturalização das relações de desigualdade econômica e social. Por isso, os projetos sociais da empresa trazem como propósito reduzir as mazelas da pobreza, dizendo criar valores que supostamente lhes faltariam, tais como características sociais, culturais, psicológicas e políticas. Tal assertiva conduz a uma fatalista interpretação

de cunho desenvolvimentista, responsabilizando o indivíduo pelo acesso ou não a bens sociais coletivos.

Por isso a empresa diz investir em ações na área da educação, porque propaga a ideia de que graças à formação educacional é possível vencer na vida, dependendo do esforço pessoal.

Desse modo, a empresa não age de forma ética socialmente, pois não responde e nem assume a responsabilidade de danos causados por conta dos impactos de seus empreendimentos. Por isso sua responsabilidade social posiciona-se no plano do discurso, uma forma de refilantropização empresarial.

A legitimidade desse discurso toma forma e concretude porque em contexto no qual se somam políticas sociais estatais burocratizadas e investimento público negligenciado em sua qualidade, apresentar a ideia de eficiência na resolução de condições muito carentes é um argumento de peso diante da opinião pública, e tende a expandir-se muito além do âmbito local no qual a ação de assistência é feita segundo as escolhas privadas das entidades filantrópicas (PAOLI, 2003, p. 390).

A mineradora aproveita-se da situação de carência de serviços sociais das comunidades em torno da Estrada de Ferro Carajás ofertando, via parceria público-privada, ações de “responsabilidade social” para legitimar seu processo de desenvolvimento da mineração.

O diferencial da nova filantropia empresarial, no caso da Vale, é que a responsabilidade social não é produto de sensibilidade social, nem uma visão romântica da realidade das comunidades, ou do público-alvo que recebe o “presente de grego” da empresa (no caso os projetos sociais). Contudo, ao fazer tal ação, a Vale acumula vantagens ao seu capital, tentando substituir a imagem de poluidora por uma de sustentável; isentando seu capital de impostos estatais, conseguindo subsídios, melhorando seu *marketing* social e comercial. Não é fortuito que a mineradora encontra-se listada, pelo quarto ano consecutivo, “no Índice de Sustentabilidade Empresarial da Bolsa de Valores de São Paulo (ISE/Bovespa), com vigência até 2014” (VALE, 2014a).

No último dia 26 de janeiro de 2012, pela votação de mais de 25 mil pessoas, a Vale venceu o *Public Eye Awards* de pior empresa do mundo (AIAV, 2014). O prêmio é organizado pelas Organização Não-Governamentais, Declaração de Berna e Amigos da Terra, esta última sendo substituída, recentemente, pelo Greenpeace. O *Public Eye Awards* promove um contraponto crítico à reunião anual do Fórum Econômico Mundial com o objetivo de mostrar como as consequências socioambientais prejudicam as populações e os territórios. A indicação da Vale partiu da iniciativa da Articulação Internacional dos Atingidos pela Vale,

representada pela Rede Justiça Nos Trilhos e as Organizações Não Governamentais *Amazon Watch e International Rivers*.

Participaram da votação 88 mil pessoas ao redor do mundo. A Vale “conseguiu” ficar à frente da japonesa Tokyo Electric Power Company (TEPCO), responsável pelos graves acidentes nucleares de Fukushima, em 2011 (AIAV, 2014).

Compreende-se que as ações de responsabilidade social da Vale compõem o reordenamento da forma como a empresa produz minério, tenta perfazer um caminho de afirmação de “poder social sobre as comunidades em que a empresa atua o que equivale a deslocar parcela dessas comunidades para o campo de seus interesses” (PAOLI, 2003, p. 394), um momento que é silenciado pela intenção e intensificado pela falsa formação de uma nova consciência empresarial, com os adjetivos pilares do terceiro setor: cidadania, solidariedade e ética

Nas palavras de Santos, M. (2013, p. 67) as empresas são atores globais que não tem preocupações éticas, nem finalísticas e que “no mundo da competitividade, ou se é cada vez mais individualista, ou se desaparece. Isto requer da empresa que ela funcione sem nenhum altruísmo”.

A partir dessa configuração, admite-se, que o que a empresa tem de apresentar em última instância são seus lucros. Assim, a noção de responsabilidade social desfaz-se no ar e por mais que se tente incorporar o discurso no momento decisório dos acionistas, a suposta ética social e ambiental não interfere nem disputa com a prática de desenvolvimento econômico da empresa.

Portanto, a Vale não é uma grande empresa somente porque auferir altos lucros para seus acionistas crescendo economicamente dia a dia, soma-se a este valor, o discurso de responsabilidade social e ambiental bem organizado no texto dos seus expedientes.

3.2.3 COMEFC: estratégias de cooptação

Outro elemento que ratifica a presença de impactos negativos da empresa nos municípios do Maranhão se deu em 2011, quando 23 municípios diretamente afetados pela empresa cortados pela Estrada de Ferro Carajás criaram o Consórcio dos Municípios da Estrada de Ferro Carajás (COMEFC), cujo objetivo central seria fazer a Vale reparar, via indenização, danos ambientais e sociais causados pela empresa. Nesse âmbito, o dinheiro seria revestido em benfeitorias para os afetados pela Vale.

O COMEFC ganhou espaço a partir de audiências públicas realizadas nos municípios atravessados pela Estrada de Ferro Carajás. Municípios como Bom Jesus das Selvas e Açailândia fazem parte do consórcio que é presidido pela prefeita de Bom Jesus das Selvas, Cristiane Damião. Entretanto observa-se, recentemente, que de início o COMEFC contestava as ações da Vale, nos dias atuais, aparece como parceiro das atividades desenvolvidas pela empresa.

Nesse sentido abordamos iniciativas em que o COMEFC aparece apoiando a Fundação Vale, como é o caso do pacto assinado entre Vale, o Comitê Estadual de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente e o COMEFC, que pretende enfrentar a violência contra crianças e adolescentes no Maranhão.

A imagem da Presidenta do COMEFC também Prefeita de Bom Jesus das Selvas, na imagem 3 está situada à direita é recorrentemente atrelada às ações sociais da empresa

Imagem 3 - Encontro de parceiros



Fonte: Vale, 2014b

O município de Bom Jesus das Selvas foi contemplado, em 2014, com a doação de uma ambulância realizada pela Vale. Segundo notícia vinculada no site da entidade, “A sensibilização da empresa em doar um equipamento de tanta importância nos deixa muito feliz, afirmou a prefeita” (COMEFC, 2014). Percebe-se no discurso do COMEFC a aceitação da neofilantropia da RSE da Vale.

Em entrevista realizada com o Secretário de Educação do município de Bom Jesus das Selvas, Edvam Barros revelou que qualquer projeto social que a secretaria solicitasse da Fundação Vale, deveria ser primeiro submetido ao COMEFC

Hoje há uma nova realidade, por que a nossa prefeita é a presidente do COMEFC, então toda e qualquer questão a ser pedida à Vale tem que ser pedida via COMEFC. Por exemplo, nos tínhamos um projeto aqui chamado EJA-PRO, terminou ano passado, teve duração de três anos e aí fomos pedir novamente. Aí tudo é via consórcio, pelo menos, prá esse nós pedimos à Fundação Vale, eles mandaram uma resposta que deveria ser solicitado via COMEFC, a Prefeita deveria pedir via COMEFC (Edvam Barros, entrevista em 07/10/2014).

Portanto, partimos da constatação de que a empresa se utiliza de vários expedientes que atuam no encobrimento dos efeitos de seu desenvolvimento, assim como atua na despolíticação dos agentes da comunidade. Para tanto, a empresa se aproveita das ações sociais denominadas responsabilidade social investindo maciçamente em *marketing* empresarial.

Sobre a despolíticação das comunidades verifica-se através de Santos, M. (2013, p. 67) que essa é uma ação “política da empresa que equivale à decretação da morte da política”. Para este autor, a política por definição supõe uma visão de conjunto, não da forma como as empresas dirigem suas ações sociais, selecionando o público alvo e excluindo outros.

3. 2. 4 Relatório e Balanço Social da Vale

Outra discussão que não pode ser deixada de lado refere-se ao modo de transparência dos lucros e supostos investimentos em áreas de recuperação ambiental e projetos sociais divulgados pela Vale. A empresa anuncia anualmente um Balanço Social de sua atividades, entretanto, esses relatórios divulgados não recebe fiscalização do Estado sobre os valores divulgados, nem obrigatoriedade por parte do Estado de aprovar seu Balanço Social da empresa (REIS & MEDEIROS, 2007).

A Vale divulgou que obteve, em 2013, o equivalente a US\$ 4,5 bilhões distribuídos entre seus acionistas e que os recursos aplicados na área socioambiental chegaram a aproximadamente US\$ 1,3 bilhão, com quase 79% destinados a iniciativas ambientais e 21%, a ações sociais (VALE, 2014a), conforme a figura 5.

Figura 5: demonstrativo de investimentos sociais.



Fonte: VALE, 2014a

Entretanto, a empresa não divulga que parte dos investimentos em ações sociais são obtidos por meio de parcerias, captação de recursos do Estado e trabalho voluntariado. Ademais, esses 1,3 bilhão são pulverizados a todas as partes do mundo onde a Vale atua.

Muitos dos recursos que a Vale investe em projetos sociais de responsabilidade social provêm de recursos destinados do setor público, ou na forma de captação de recurso estatal, como por exemplo, no seu projeto Estação Conhecimento, no município de Arari. A Vale se beneficia da lei do incentivo ao Esporte que garante isenção de 1% do Imposto de Renda da pessoa jurídica da empresa e 6% dos empregados. A Fundação Vale faz a captação do recurso via Ministério do Esporte e canaliza para esse projeto na forma de leis de incentivos fiscais.

O Estado é o primeiro a reconhecer essas organizações como aporte de investimentos, recursos, emprego e prosperidade, quando se sabe que predominantemente, o que elas dizem gastar com o social não equivale a milésimos do que usufruem na relação com o Estado (isenção e sonegação de impostos, água e energia barata, entrada e incentivo a exportação) se se considera o exército de reserva de mão de obra a sua disposição, especialmente no Nordeste, para onde tem deslocado, pelas benesses dos Estados e o aval da miséria em que vivem os trabalhadores (MONTAÑO, 2008, p. 222).

Mas, em sua propaganda, aparecem apenas os valores dispensados pela Vale à Fundação. Segundo o Relatório da Vale (VALE, 2014a, p. 54), “em 2013, a diferença entre o valor doado pela Vale para sua Fundação foi de US\$ 35,9 milhões, e o total aplicado pela Fundação Vale, de US\$ 26,9 milhões, resultou em formação de caixa pela Fundação Vale de US\$ 9 milhões”.

Tais informações são divulgadas por meio de um Balanço Social que funciona como uma forma de controle social do mercado que visaria buscar expor as formas como a empresa trata seus *stakeholders*, mas, de fato, a divulgação desse documento serve para pintar a imagem desejada pela empresa de ética para com o meio ambiente e responsável socialmente.

O Balanço Social da Vale funciona como uma estratégia de omitir informações sobre seu desenvolvimento econômico, escamoteando a realidade dos impactos gerados pela mineradora. Estrategicamente, as informações dos valores auferidos pela empresa são organizadas de modo a induzir pessoas a acreditarem que a empresa investe em ações sociais, quando, o que ocorre é que os valores auferidos “concentram-se em um setor financeiro do mercado e pelas mineradoras, enquanto que os danos são distribuídos para os trabalhadores rurais, pequenos agricultores, quilombolas e indígenas” (COELHO, 2014, p. 70).

4. O PROGRAMA AÇÃO EDUCAÇÃO: ricos discursos e miseráveis efeitos

O Programa Ação Educação é uma ação de RSE da Vale, desse modo discute-se a concepção de educação do Programa apresentando sua estrutura e funcionamento nos municípios de Açailândia e Bom Jesus das Selvas. Compreendendo os efeitos deixados pelo Programa aos participantes, bem como a propagação de valores no contexto da educação na lógica capitalista.

4.1 PROGRAMA AÇÃO EDUCAÇÃO NA LÓGICA DO CAPITAL E A EDUCAÇÃO COMO REDENTORA DA QUESTÃO SOCIAL

No Brasil, a partir da década de 1990, a resposta aos problemas sociais advém das reformas do aparelho gestor, visando atender aos ditames dos organismos internacionais, bem como, aos interesses mercadológicos mundiais. Os setores da educação e das questões relacionadas ao meio ambiente sofreram intervenções mundiais com largas consequências para o Brasil.

No setor da educação pública ocorreram mudanças determinadas como flexibilização, focalização e privatização (COUTINHO, 2012). Foi a partir desse contexto que, educação e pobreza passaram a ser pensadas em conjunto, pois, os organismos internacionais como Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI) passaram a disseminar a ideia de que a educação seria a resolução da pobreza para os países periféricos.

A este respeito, é interessante demonstrar que semelhante ao que ocorreu com a questão ambiental na década de 1990, a ONU organizou várias conferências mundiais a fim de mostrar aos países de capitalismo periférico que seria a educação a saída para solução das consequências do desenvolvimento econômico e que o problema da poluição mundial resolver-se-ia, caso, esses países praticassem um desenvolvimento econômico limitado, ou seja, que não agredisse a natureza e elegessem programas educacionais como carro chefe dos seus governos.

Do mesmo modo, em uma Conferência do Banco Mundial sobre o Desenvolvimento na América Latina e Caribe, Juan Luis Londoño, o diretor da área de recurso humanos do Banco Mundial, na década de 1990, associava educação à pobreza, concentração de renda e ausência de democracia ao pouco investimento em capital humano (STEFFAN, 1999).

Outro marco na disseminação das diretrizes educacionais para os países considerados emergentes ocorreu em 1990 em Jomtien, na Tailândia, com a Conferência Mundial de Educação Para Todos. Nesta, a educação foi alçada à condição de redentora dos males da

pobreza e do desemprego e os países signatários desta conferência, entre eles o Brasil, acordaram em estabelecer metas para a democratização da educação no país, acreditando que a educação fosse acabar com os problemas sociais e passasse a gerar emprego a todos.

Durante essa reunião os problemas referentes ao quadro educacional mundial foram apresentados no documento intitulado “Declaração Mundial sobre Educação Para Todos, Satisfação das Necessidades Básicas de Aprendizagem”, no qual o discurso revelava que os países da América Latina teriam que se reorganizar para universalizar a educação básica, inclusive o Brasil (DUBLANTE, 2009).

A preocupação central com a educação, no cenário exposto, teve por norte as reuniões patrocinadas pelos Organismos Internacionais, como Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Banco Mundial (BIRD), Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), Comissão Econômica para América Latina (CEPAL), Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), Organização Mundial do Comércio (OMC) e Fundo Monetário Internacional (FMI) (ERICEIRA; ROXO; BULHÃO, 2009), que definem as metas educacionais a serem atingidas pelo Brasil.

Dentre algumas metas, destacam-se “universalizar o acesso à educação e promover a equidade; concentrar a atenção na aprendizagem; ampliar os meios e o raio de ação da educação básica; propiciar um ambiente adequado à aprendizagem; fortalecer alianças” (UNICEF, 2014).

Observa-se que as metas educacionais a serem alcançadas pelo Brasil são traçadas por organismos internacionais que definem objetivos universais para serem cumpridos numa realidade particular. Nesse sentido, a ONU construiu um referencial mundial que atestasse o nível de desenvolvimento de um país, criando a ideia de que o elemento chave seria a educação.

Desse modo, a ONU criou instrumentos de aferição de desenvolvimento econômico e equalização de renda denominados de Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Por meio de um cálculo que considera, entre outros fatores, a correlação entre o número de pessoas matriculadas em escolas secundárias com idade entre 15 a 18 anos e o número de pessoas que estavam no mercado de trabalho, resultando uma média que serviria para classificar a nação como desenvolvida ou subdesenvolvida. Esse mecanismo alimenta desde a década de 1990 o discurso sobre a eficácia da educação como instrumento de desenvolvimento econômico, distribuição de renda e equalização social (FRIGOTTO, 1999a).

O próprio Banco Mundial, desde a década de 1960, passa a definir princípios e diretrizes de sua política de crédito e de assistência à educação brasileira (FONSECA, 1995).

Em nível local, Coutinho (2008) relata os acordos firmados entre o Banco Mundial e o Estado do Maranhão à partir dos anos de 1990, que visavam financiar e planejar políticas educacionais, como projeto Nordeste e ações do FUNDESCOLA³⁶ e a capacitar gestores, técnicos e professores das escolas públicas.

O problema do Banco Mundial em conceder empréstimos para o setor educacional brasileiro, com nome de ajuda, consiste em dicotomizar a educação brasileira, pois, “por um lado, proporciona o capital humano que é indispensável para o capital global e, por outro, afeta o menos possível seus lucros, auferindo um alto coeficiente de custo-benefício” (STEFFAN, 1999, p. 123).

Entretanto, embora essas organizações multilaterais anunciem cotidianamente avanços na oferta de educação de qualidade para jovens, crianças e adultos, tem-se uma situação contrária na realidade, pois o Estado, ao se modernizar, torna-se restrito para as demandas sociais e passa a cumprir a função de assegurar a sobrevivência do empresariado no mercado competitivo, atendendo às orientações dos organismos internacionais, ficando impedido de aumentar os investimentos na educação (COUTINHO, A., 2008).

Na visão de Gentili (1998), o movimento de transferência da educação da esfera pública e política para a esfera do mercado produz uma dinâmica negativa, como condição de direito social e a transforma em uma possibilidade de consumo individual, variável segundo as condições dos consumidores: quem tem paga, quem não tem, espera pela boa vontade das ações sociais filantrópicas ou de ações sociais de responsabilidade social empresarial. Esse é o exercício da cidadania produzida pelo modelo neoliberal.

A reforma da educação brasileira na década de 1990, priorizou a educação básica, que não deixava de receber influência das organizações internacionais, a saber do Banco Mundial, cujo discurso caracteriza-se por

Aumentar a capacidade produtiva das sociedades e suas instituições políticas, econômicas e científicas e contribuir para reduzir a pobreza, acrescentando o valor e a eficiência ao trabalho dos pobres e mitigando as consequências da pobreza nas questões vinculadas à população, saúde e nutrição (BANCO MUNDIAL *apud* CARDOZO, 2009, p. 187).

Nota-se o velho discurso de que a educação, por si só, é capaz de promover o desenvolvimento, evitar a marginalidade, promover ascensão social, evitar a destruição do meio ambiente (curso de educação ambiental oferecidos por empresas ou ONG) e contribuir para a erradicação da pobreza (COUTINHO, 2008).

³⁶ Fundo de Desenvolvimento da Escola voltado para a gestão das escolas fundamentais das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste (Coutinho, 2008).

A lógica educacional brasileira seja pública, privada ou filantrópica segue princípios internacionais, a partir de demandas apresentadas, principalmente, por organizações empresariais regionais, como da Federação de Indústrias de São Paulo (FIESP).

A FIESP também aponta para a necessidade da formação de capital humano diante da flexibilização da produção. Para tanto, encaminha propostas como utilização dos recursos da educação, diminuição da evasão escolar como medidas a serem alcançadas pelos órgãos educacionais. Isto não deixa a menor dúvida de que o objetivo é dotar a escola de uma lógica produtiva e que os critérios de qualidade da educação derivam das necessidades do capital (CARVALHO, 1999, p. 54).

Toda ênfase dada à educação é operacionalizada na lógica da ideologia da teoria do capital humano que visa “qualificar o indivíduo” para o trabalho. No caso dos programas sociais de cunho filantrópico, o indivíduo é alçado à condição de “beneficiário” de ações empresariais para adentrar na lógica concorrencial do mercado, ou pelo menos pensar-se como concorrente no mercado de trabalho.

Portanto, o perfil das políticas educacionais brasileiras segue o receituário neoliberal, de disseminação da teoria do capital humano como suposta “panaceia da solução” das desigualdades entre os indivíduos. A teoria do capital humano é uma perspectiva de educação adotada por organismos internacionais, na década de 1960, que concebe o investimento econômico individual como produtor de capacidade de trabalho, ou seja, quanto mais tempo de educação mais preparado o indivíduo está para ser admitido pelo mercado de trabalho.

Do ponto de vista macroeconômico, investir em capital humano é garantir aumento de produtividade, já a nível micro, constitui-se como fator explicativo de diferenças individuais de produtividade e de renda (FRIGOTTO, 1999a). Aumentar a produtividade significa aumentar a exploração, pois a exploração capitalista está cada vez mais alicerçada na mais-valia relativa (produtividade do trabalho, investimento tecnológico) do que na mais-valia absoluta (extensão da jornada de trabalho).

Para que programas educacionais pareçam ocorrer de forma homogênea, a empresa, através de seu ativismo social e do marketing empresarial, acumula legitimidade de uma empresa eticamente responsável para com o social, elegendo como mais importante a educação (BEGHIN, 2005).

Entretanto, para Carvalho (1999, p. 21),

A imprecisão conceitual e a ausência de historicidade, presentes no discurso das empresas decorrem de situações concretas em que são geradas. Se em seu discurso apontam para a necessidade de um sistema escolar que realmente dê a todos condições mínimas de educação (ponto consensual), as ações que propõem para sua construção e o significado que atribuem aos conceitos que permeiam suas falas deixam muitas dúvidas sobre os reais interesses e objetivos a serem alcançados (ponto de dissenso total).

Embora ações sociais de empresas privadas sejam predominantes na realidade, brasileira há sobre elas muitas críticas por conta da fragilidade com que são implementadas, pelo seu caráter residual, efêmero e um discurso que dá margem para questionamentos daquilo que é propagado e/ou realizado de fato.

Imputar à pouca escolaridade brasileira a responsabilidade pelos problemas sociais induz ao processo de criação de expectativas de que a educação seja solução para a resolução da questão social. Contudo, a linearidade desse discurso é incoerente com as leis gerais da acumulação e com a distribuição de riqueza produzida no país (CARVALHO, 1999). A partir da configuração desse cenário

Passou-se a presenciar a realização de projetos alternativos de educação preventiva pelas ONGs, voltados para cidadãos em situação de risco, com nome de educação popular, educação solidária, educação cidadã, realizada nos mais diversos espaços, geralmente alternativos (igrejas, circos, associações, barracões, clubes, sindicatos, espaços construídos pelas ONGs ou escolinhas construídas pelos moradores) (COUTINHO, 2008, p. 349).

A realidade está permeada por discursos de educação de diferentes matizes. Entretanto, concordamos com Montaño (2008), que analisa esse processo como projetos que consolidam dois tipos de educação e cidadania: uma que pode ser adquirida no mercado (lógica privada), formando cidadãos de primeira classe (PAOLI, 2003); e o tipo de “educação para todos”, com um teor precário, focalizante, de perfil filantrópico, destinados aos pobres, sujeitos de uma cidadania de segunda e terceira classe.

Para além da retórica da responsabilidade social, o investimento privado contribui para descaracterizar a própria noção de cidadania, a mesma passa a ser entendida como participação, e no lugar dos sujeitos de direitos, entram em cena os beneficiários (BEGHIN, 2005, p. 55).

No Brasil ainda predomina dentro do campo filantrópico o que Gentili (1998) chama de filantropia pedagógica, que faz com que as corporações operem de forma enérgica em quantidade de projetos sociais na beneficência privada.

Por um lado a sociedade reconhece a importância e a profundidade da crise educacional e as condições de exclusão escolar na qual se encontram grandes segmentos da população. Por outro o progressivo abandono da responsabilidade do Estado nesse campo, torna a filantropia bem vista e valorizada pelos consumidores (GENTILI, 1998, p. 85).

Entretanto, segundo Gentili (1998), Demo (2002) e Coutinho (2008), as corporações estão mais preocupadas com a lucratividade da neofilantropia, que em pagar impostos ou criar condições de trabalho que sejam sociais e dignas para as maiorias. E ainda versa outro tipo de argumento, acoplado ao da neofilantropia empresarial no campo educacional, o qual enfatiza que as organizações empresariais deveriam investir em educação, assim evitando efeitos

desagregadores de seus objetivos pela busca do lucro. A ideia defendida é a de que se as corporações não vierem a realizar filantropia, mais tarde, terão que pagar em impostos ou viverão numa sociedade perigosa e ameaçadora aos seus projetos empresariais (GENTILI, 1998).

Esse é o cenário em que se solidifica a retórica acerca das políticas sociais, com ampliação do espaço para ações do terceiro setor, do empresariado e das organizações internacionais no âmbito das políticas educacionais de um suposto controle social da pobreza (COUTINHO, 2012).

A partir desse contexto seleciona-se uma série de parcerias entre Estado e terceiro setor, na intenção de ofertar a educação básica aos brasileiros. Coutinho (2008, p. 245) apresenta um conjunto de algumas parcerias a nível nacional:

Doações individuais, Criança Esperança (Rede Globo/UNICEF); Dedicção do tempo livre para o voluntariado em escolas públicas, comunitárias ou do terceiro setor, Amigos da Escola, por exemplo; Programas do “Comunidade Solidária” (programa de voluntariado com apoio do governo e do empresariado); Recursos oriundos de empresas doadoras ou fundações de filantropia empresarial: Natura, Abrink, Nestlé, Boticário, Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (GIFE); Parcerias com organismos internacionais (ONU, Banco Mundial, BID, Fundação Kellogg, Fundação Rockefeller, Sousa Cruz que fazem empréstimos a governos e doações a ONGs nacionais e regionais).

Aparentemente parece que as parcerias resolverão os problemas que dizem atacar. Contudo, de forma focalizada e passageira, essas propostas não alcançam seus objetivos propostos, nem resolvem as questões da realidade local. As propostas de ações sociais educacionais limitam-se no espaço e ideologicamente induzem a sociedade a acreditar numa hipotética boa vontade empresarial.

O discurso do Estado, dos organismos internacionais, de empresários e das ONGs nos anos 90 foi competente em reconhecer que a educação era a alternativa para a erradicação da pobreza, para alavancar o desenvolvimento, para garantir a cidadania participativa, para fomentar a empregabilidade, para evitar o trabalho infantil, para controlar a violência e para preservar o meio ambiente, *porém* pouco se materializou em ações qualitativas (COUTINHO, 2008, p. 234).

O que mais se materializou foram ações que privilegiavam o lado quantitativo da intenção de massificação das ações educacionais. Entretanto, quanto à ideia de alavancar a educação brasileira, é impossível não concordar com Demo (2001) quando analisa e critica políticas educacionais como segmentadas e de cunho assistencialista, que nada promovem de cidadania politizada.

Por isso, não é de se estranhar que programas sociais de educação orientam-se por uma fórmula de ajustes econômicos e passem a ofertar bens sociais de forma focalizada e

restrita, numa relação custo-benefício e, preferencialmente, sob a condição de filantropia (COUTINHO, 2012).

Nesse sentido o Programa Ação Educação encaixa-se na neofilantropia empresarial, uma ação social propugnada pela Vale S/A, executável pela Fundação Vale em parcerias com outras organizações sociais.

O próprio Fundo Nacional de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF) legitima ações sociais dessa natureza, quando admite a execução de tarefas educacionais pela via da descentralização, por ONG e fundações empresariais, por meio de parcerias, como consta no Art. 213 da Constituição Federal de 1988, segundo as quais “os recursos públicos serão destinados às escolas públicas, podendo ser dirigidos a escolas comunitárias, confessionais ou filantrópicas, definidas em lei, desde que comprove finalidade não lucrativa” (BRASIL, 2007).

Dessa maneira atualiza-se o movimento de passagem da educação como direito, para uma condição de benefício, caridade, com função de tutelar o público alvo do Programa. Essa ação justifica-se pela retórica da ausência do Estado na oferta de serviços educacionais (COUTINHO, 2009).

O Programa Ação Educação faz parte do trato que o terceiro setor dá para educação, que ocorre por meio de políticas segmentadas de caráter seletivo que se efetivam de forma focalizada. Nesse intento, a educação é um direito que se transforma em benefício a ser adquirido no âmbito privado ou mendigado na benevolência da Fundação Vale.

O que se apresenta para sociedade é uma aparência de que os programas empreendidos pelas organizações empresariais são de qualidade, quando de fato são priorizadas apenas metas quantitativas no cumprimento das exigências dos órgãos multilaterais, mas com o discurso da boa aprendizagem.

Aprender deixa de ser meta prioritária, priorizando-se simples frequência; não se promove o lado crítico da educação, apenas eficiência; sobretudo, ocorre redução de aprendizagem à instrução bancária no contexto reprodutivo mais frontal (DEMO, 2001, p. 61).

Demo (2001) afirma que em programas educacionais de cunho filantrópico, embora afirmem trabalhar uma metodologia de teor crítico, no cotidiano dos programas, o que se passa aos destinatários é uma instrução técnica, de como o indivíduo deve se portar, em que o instrutor deposita o conhecimento no aluno³⁷ (destinatário do programa), gerando um

³⁷ Por isso denominada por Paulo Freire (1981) de educação bancária.

indivíduo desprovido de seus próprios pensamentos, sem questionar sua realidade (FREIRE, 1981).

A prioridade exigida das políticas educacionais gestadas pelo terceiro setor são programas que apresentem eficácia, eficiência, efetividade, tática e estratégia, como princípios e forma de avaliar os projetos (CARVALHO, BLANES, 2009). Princípios que respondem à lógica ditada pelo setor produtivo.

No terceiro setor, a oferta da política de educação acontece, principalmente, através do marketing social, notadamente persuasivo como ferramenta para captação de recursos³⁸. Para Montaña (2008, p.131), “os discursos têm ares de convencimento, dão dica de como encontrar doadores em potencial, como traçar perfis e interesses desses doadores, ou seja, qual o melhor marketing para pedir ajuda aos pobres”.

O marketing utilizado pelo terceiro setor atua sobre a sociedade, conforme nos alerta Fávero (1983 p. 21-22):

A propaganda comercial desempenha a particular tarefa de padronizar as atitudes, introduzir hábitos novos, reflexos condicionantes e conceitos estranhos na mentalidade do povo, submetido com isso a um processo de estúpida massificação. Tão eficiente e sutil é o funcionamento desse processo, cuidadosamente planejado segundo técnicas e leis da psicologia que nos vendem, além de bens de consumo, *slogans* políticos, ideias, gostos artísticos, hábitos e atitudes.

A partir dessa lógica, o terceiro setor executa as políticas educacionais e o Estado, frente essa configuração, se efetiva como um regulador das ações de responsabilidade social das empresas, assim como a função do MEC é a de mero fomentador.

O papel do MEC não é fazer, mas estimular outros a fazerem. É também não atrapalhar o que os outros estão fazendo. Ele existe basicamente, para fomentar, coordenar e articular as ações. É assim que deve atuar em relação ao Plano Decenal, um processo que se constrói e reconstrói permanentemente, tendo como referência a sociedade brasileira e em última instância, a realidade da sala de aula (BRASIL *apud* COUTINHO, 2008, p. 241).

O Estado atua de forma restrita na oferta de políticas educacionais, agindo de forma secundária concebe ao empresariado a legalidade na oferta de uma política educacional de abordagem individual e solidarista. Na realidade “a ideia de Estado mínimo significa o Estado máximo a serviço dos interesses do capital” (FRIGOTTO, 1995, p. 59).

Condição congênere é abordada por Santos, M. (2013) sobre a atuação do Estado brasileiro na contemporaneidade. O autor explica que o Estado acaba por ter menos recursos para tudo que é social, sobretudo, no caso das privatizações, pois não é “o Estado que se ausente ou se torne menor, ele apenas se omite quanto ao interesse das populações e se torna

³⁸ O marketing social e empresarial para políticas educacionais e de combate à pobreza tem forte expressão no documentário “Quanto vale ou é por quilo” do diretor Sergio Bianchi.

mais forte, mais ágil, mais presente, ao serviço da economia dominante” (SANTOS, M., 2013, p. 66).

Observa-se uma forte adequação e aceitação pela sociedade do discurso neofilantrópico advindo de empresas porque o Estado parece ineficaz. Dessa maneira o discurso hegemônico proferido pelas políticas neoliberais, apresenta o Estado interventor irresponsável porque criou uma falsa ideia de “escola pública para todos”, paternalista, e não realizou o que planejava.

Para as empresas, acentua Gentili (1998), o Estado deveria cultivar o componente cultural que daria sustento à competição, ao êxito ou ao fracasso, fundados em critérios meritocráticos, alimentando o cultivo da ética individualista que reconheça o valor do esforço, da tarefa árdua, do amor ao dinheiro e ao progresso material.

Nessa perspectiva, o individualismo é exacerbado pelas políticas desenvolvidas no terceiro setor na aparente distinção do indivíduo, no que se refere a ter potencialmente a capacidade de escolha e escolher,

Por um lado, é possível ocorrer uma falsa liberdade de escolha visto que o usuário pode não dispor de serviços que atendam as suas necessidades ou que estejam próximo de sua residência, ou, ainda, não dispor de elementos informativos e formativos que balizem a sua decisão (LE GRAND e BALL apud SILVA, 2008, p. 7).

Santos, M. (2013, p. 47) acrescenta que na sociedade atual “o individualismo surge a partir da competitividade, que é transportada da maneira como as empresas batalham uma com as outras para o plano da vida social e individual”, as quais constroem o outro, como oponente, problemático, perdedor ou um obstáculo.

A atuação social da Vale anuncia suas justificativas pelas características de cada localidade, dizendo respeitar as suas especificidades e aspectos culturais, considerando as políticas públicas vigentes e as ações sociais locais dos setores público e privado e da sociedade civil (VALE, 2014a, p. 48). De fato, se o discurso empresarial fosse uma realidade, como evidencia Ashley (2006), que aponta responsabilidade social empresarial como uma questão ética e cultural, não haveria tantos focos de reivindicações sociais por parte das comunidades com quem a Vale opera, assim como não haveria pesquisas de cunho questionadores do discurso de RSE.

Entretanto, infelizmente, a realidade é outra. Enquanto a Vale diz investir na área de educação nas comunidades por onde atua com projetos que se dizem demandados pelas comunidades, esquece-se de corrigir problemas causados pela própria empresa, como os mencionados pelas relatoras Faustino e Furtado, (2013, p. 85-86):

Nas comunidades urbanas e rurais, o acesso à educação surgiu como uma problemática central dos efeitos da EFC e do projeto de sua duplicação. A poluição sonora decorrente da passagem do trem e da buzina, que obrigam os professores a paralisarem as aulas constantemente durante o dia, e a ausência do direito de ir e vir, que, muitas vezes, impossibilita o acesso físico às escolas.

Como exemplo desses impactos, tem-se o barulho provocado pela buzina que obriga a interrupção das aulas nas escolas localizadas proximamente aos trilhos, pois sua passagem dura em torno de 05 minutos. Percebe-se que os impactos das atividades ligadas a mineração nos municípios à margem da EFC são muitos e podemos auferir que tais impactos deveriam ser reparados pela Vale, entretanto a empresa se nega a atuar diretamente nesses problemas dificultando a vida dos moradores dessas localidades.

4.2. CARACTERIZAÇÃO DO PROGRAMA AÇÃO EDUCAÇÃO

O Programa Ação Educação desenvolvido pela Vale é organizado em três esferas da educação: formação de professores; formação de gestores escolares; e formação de equipes de Secretarias Municipais de Educação.

Neste trabalho, destacam-se as esferas que tratam da formação de gestores e de equipes de Secretarias de Educação com foco na gestão, pois de acordo com os enunciados educacionais do Estado e de ações sociais de RSE, a gestão de escolas é entendida como aquela capaz de impactar o desempenho dos alunos e do sistema educacional, além de propugnar a ideologia gerencial fomentada pelo terceiro setor como a forma de resolver os problemas sociais (LÉLIS & SILVA, 2010).

A importância da temática formação e gestão educacional apresenta grande repercussão nas políticas educacionais, desde a reforma educacional na década de 1990, que instituiu o Plano Decenal de Educação (PDE), até os dias atuais. Esta tônica vem se consagrando como orientadora de debates e projetos implementados por diretrizes educacionais, contemplando, entre outras medidas, o que aponta Castro (2009, p. 65),

A modernização da gestão como fator fundamental para a consecução dos objetivos da escola. O novo modelo gerencial busca estabelecer uma cultura organizacional firmada nos princípios de *gestão estratégica* e do *controle de qualidade* orientada para a racionalização, eficiência e eficácia (grifo meu).

As mesmas diretrizes ditadas pelo mercado de trabalho passaram a ser admitidas no setor educacional, que exigiriam a presença de uma gestão estratégica e de controle de qualidade da produção, competência, gerenciamento etc.

Em conformidade com essas medidas, a Política Educacional Brasileira, a partir da aprovação da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) nº 9.394/96, adotou a noção de competência, que passou a reorientar o trabalho pedagógico. O próprio Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) referencia suas avaliações em prol das competências adquiridas pelos alunos e demais integrantes da escola.

Para que o Programa Ação Educação seja implementado nos municípios, a Fundação Vale e a prefeitura municipal, assinam um Protocolo de Intenções definindo a parceria e os mecanismos capazes de melhorar a eficiência e a eficácia dos processos das administrações públicas, de modo que a Fundação disponibiliza apoio operacional e institucional na elaboração de projetos para auxiliar os governos municipais a reduzir despesas, melhorar a gestão de recursos e captar recursos nas esferas federal e estaduais (VALE, 2014).

As principais ações do Programa são orientadas pelo Plano de Ações Articuladas³⁹ (PAR), uma ferramenta do Ministério da Educação que possibilita diagnosticar a situação escolar municipal, apresentando objetivos de identificar ações prioritárias entre os mais de 50 indicadores medidos e elaborar planos de ação e melhoria. Portanto, o principal objetivo do Programa Ação Educação consiste na:

Formação de equipes das secretarias de educação e gestores escolares que tem como objetivo o desenvolvimento de competências e habilidades profissionais voltadas ao funcionamento sistêmico da rede e ao compromisso de todos com a qualidade da educação (VALE, 2014).

O Programa assenta-se nos discursos proferidos pelos órgãos públicos de educação e no discurso apologético da qualidade da educação a todos, percebe-se uma diretriz ideológica que revela a filiação do Programa Ação Educação à tendência meritocrática, pois aparecem mecanismos “gerenciais adotados por empresas, por meio de programas de Controle de Qualidade Total” (CQT) (LÉLIS & SILVA, 2010, p. 74).

As formações do Programa Ação Educação tiveram em média 90 horas de duração e atingiram mais de 85 técnicos das secretarias municipais de Minas Gerais (Barão de Cocais, Itabira, São Gonçalo do Rio Abaixo), Maranhão (Bom Jesus das Selvas e São Pedro da Água Branca), Pará (Ourilândia do Norte e Parauapebas) e Mato Grosso do Sul (Ladário) (VALE, 2014b).

A Fundação Vale apresenta Custos com Programas, Projetos Sociais e Patrocínios/Parcerias Institucionais (Segregação e alocação não auditados). O valor total dos

³⁹ O PAR, apresentado pelo Ministério da Educação em abril de 2007, colocou à disposição dos estados, dos municípios e do Distrito Federal, instrumentos de avaliação e implementação de políticas de melhoria da qualidade da educação, sobretudo da educação básica pública (BRASIL, 2015).

custos com programas realizados no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 na área educacional podem ser demonstrados na tabela abaixo

Tabela1- Investimento em programas sociais em educação

EDUCAÇÃO/CIDADANIA	2012 (VALORES EM R\$)	2011(VALORES EM R\$)
Ação Educação	10.395	4.859
Ação Saúde	-	3.414
Vale Juventude	-	3.005
Escola que Vale	1.224	2.896
Novas Alianças	-	2.711
Rede que Vale	912	2.512
Vale Alfabetizar	590	1.263
Teletrem	46	214

Fonte: Balanço Fundação Vale (2014e).

A empresa alega que o Programa Ação Educação foi ação de maior investimento em 2012, parece ser um compromisso da Vale, contudo, esse Programa não é permanente nas localidades onde funciona, assim como não há fiscalização por parte do Estado, além de ser restrito à segmentos selecionados pela empresa, o que faz do Programa uma ação instrumental e assistencialista.

A Fundação Vale elege o Programa Ação Educação como componente do compromisso todos pela educação, pois o referido programa se empenharia em fazer com que seu público alvo atingisse os indicadores educacionais de avaliação do Ministério da Educação.

O Compromisso Todos Pela Educação é uma reunião de entidades da esfera privada, pública e sociedade civil que apresenta o objetivo de acompanhar a melhoria da educação básica, definindo metas e monitorando o desempenho das redes de educação em torno de índices econométricos de desempenho dos alunos em avaliações nacionais.

O Brasil só será verdadeiramente independente quando todos os seus cidadãos tiverem acesso a uma Educação de qualidade. Partindo dessa ideia, representantes da sociedade civil, da iniciativa privada, organizações sociais e gestores públicos se uniram no movimento Todos Pela Educação: uma aliança que tem como objetivo garantir Educação Básica de qualidade para todos os brasileiros até 2022, bicentenário da Independência do País (BRASIL, 2014).

O Estado remete à sociedade a responsabilização pela oferta de educação básica. Tal discurso situa-se de acordo com Frigotto (1999), em uma imposição das novas formas de sociabilidade capitalista, estabelecendo assim um novo padrão de acumulação no contexto da reorganização da economia mundial. Nesse mesma direção, Del Pino (2002, p. 77) aponta estudos em que a “inserção dos países dependentes ao processo de globalização e de reestruturação produtiva sob uma nova base científica e tecnológica discursam depender da

educação básica, de formação profissional, qualificação e requalificação”. A importância que tem esse ideário construído internacionalmente é o motor de ações dos órgãos governamentais e setores empresariais locais.

Essa lógica discursiva prepara o caminho para a ideologia empresarial, em que empresas são apresentadas como salvadoras dos locais onde operam, com seus lucrativos negócios e com a Vale não é diferente.

A Fundação Vale contrata uma empresa consultora, da área empresarial ou educacional, e oferece serviços educacionais às comunidades, monitora a execução do Programa e, a partir disso, propaga a realização de serviços na área de educação. De acordo com a Fundação Vale:

Nosso foco está na melhoria da qualidade da Educação Básica e na valorização de práticas de inclusão e diversidade. Atuamos com diversas instituições para a realização dos projetos, entre elas Ação Educativa, Alfabetização Solidária (AlfaSol), Comunidade Educativa Cedac, Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades (CEERT) e Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) (VALE, 2104d).

Desse modo compreende-se que no campo educacional ocorre uma dinâmica filantrópica. Gentili (1998) argumenta que é nesse campo que a nova forma de filantropia empresarial costura a ideia da caridade católica, de que quem tem mais tem a obrigação de ajudar quem tem menos, levando à falsa solidariedade responsável dos empresários que, segundo Gentili (1998, p. 82), “acaba se tornando um apelo moral que justifica e legitima um compromisso dos homens de negócios com os problemas educacionais do país”.

O ideário do Programa Ação Educação é o mesmo de programas de pouca efetividade do Estado e do setor privado, pois não altera a estrutura desigual do acesso a educação. Desde 1995, o então presidente Fernando Henrique Cardoso já apelava para que as pessoas com mais recursos, as empresas grandes e pequenas assumissem uma escola como forma de pensar no futuro do Brasil. Era o discurso da política do cada um faz a sua parte (GENTILI, 1988) e, mais recentemente, há um montante de campanhas sociais na mídia brasileira que incentivam as pessoas a responsabilizar-se pela questão educacional, como demonstra a própria Vale.

A imagem 4 demonstra o quanto o voluntariado da Vale compõe um encarte propagandístico em que apresenta a união do Programa Ação Educação e o projeto Voluntários Vale, que resultou na ação Engenheiros da Escola, cujo objetivo seria realizar o levantamento da infraestrutura física de escolas de Cidelândia, Anajatuba e Santa Rita (MA), durante três fins de semana do mês de novembro de 2010. Os profissionais envolvidos na ação fazem parte do programa Voluntários Vale, que foi iniciado em 2004 e conta atualmente

com uma rede de mais de 3.400 empregados da mineradora, além de seus familiares e amigos (VALE, 2014).

Imagem 4- Propaganda do voluntariado da Vale



Fonte: VALE, 2014

O caráter ideológico do Programa Ação Educação consiste em uma pedagogia baseada em elementos culturais que ocultam a significação social e política da educação. Na análise de Charlot (1986, p. 30) esse tipo de “pedagogia camufla ideologicamente a realidade econômica, social e política da educação por trás de considerações culturais, espirituais e morais”.

Tanto o Programa Ação Educação como os demais projetos sociais de Vale fazem o Estado parecer omissos quanto aos investimentos em políticas públicas, tecendo a ideia de que os recursos existem e que não há condições dos governos municipais de captar os recursos. Criando a ideia de que são governos relativamente novos e despreparados, conclui a Vale.

4.3. FORMAÇÃO DE GESTORES DE ESCOLA EM AÇAILÂNDIA

Açailândia é um município do estado do Maranhão com aproximadamente 104.047 mil habitantes, apresentando o terceiro maior Produto Interno Bruto (PIB) do estado e IDH-M de 0,672 até 2010 (IBGE, 2014). A cidade é um importante pólo agroindustrial e sua principal fonte de renda concentra-se na exportação de ferro gusa que é gerada por cinco indústrias

siderúrgicas instaladas no município. Também dispõe, no seu território, de uma gama de estabelecimentos comerciais, incluindo os mais diversos ramos do comércio e serviços, além de possuir o maior rebanho bovino do Estado.

Como mencionado anteriormente, no município, encontram-se 05 (cinco) empresas siderúrgicas ou denominadas guseiras: Viena Siderúrgica (capital próprio, em operação desde 1988), Simasa e Pindaré (Grupo Queiróz-Galvão, desde 1993), Gusa Nordeste (Grupo Ferroeste, desde 1993), Fergumar (Grupo Aterpa, desde 1996) (BOSSI, 2014). Estas siderúrgicas compram o minério da Vale e exportam pela Estrada de Ferro Carajás.

Em Açailândia cruzam-se duas importantes ferrovias, a Estrada de Ferro Carajás, que une Parauapebas no Pará com o porto de Itaquí em São Luís e a ferrovia Norte-Sul com 720 Km de trilhos até Palmas no Tocantins. Ambas estão cedidas em concessão à mineradora Vale e garantem o escoamento de mercadorias (BOSSI, 2014).

Segundo Pantoja (2011), em 2009, o programa da Fundação Vale de maior destaque e impacto sobre as políticas públicas em Açailândia foi o Programa Ação Educação, de curta duração e funcionamento estabelecido pela Vale.

Em Açailândia, o objeto desta pesquisa, o Programa Ação Educação funcionou de 2012 a 2013, ocorreu por meio da formação de gestores de escolas estaduais de ensino médio, em regime de parcerias com Secretária Estadual de Educação (Unidade regional de Educação), uma ONG denominada PROJECTA e Vale.

O Programa foi estruturado em 16 (dezesesseis) encontros ou jornadas realizados no Hotel cinco estrelas Santa Maria, localizado no centro de Açailândia. O público alvo do programa eram gestores de escolas estaduais e funcionários da Unidade Regional Estadual de Educação de Açailândia, que representa a Secretaria Estadual de Educação.

Quatro escolas estaduais, localizadas no município, foram escolhidas para participar do Programa: Centro de Ensino Médio Darci Ribeiro, Centro de Ensino José Cesário, Centro de Ensino Maria Isabel Cafeteira e Centro de Ensino Joviana Farias.

A ideia que permeia esse Programa é a de que a educação passaria por uma crise, que poderia ser superada com a qualificação dos sujeitos envolvidos no processo educacional, com destaque para capacitação de gestores.

Programas como Ação Educação são justificados, segundo Coutinho, A. (2008), pelo discurso da crise educacional, que vem desde a década de 1990, no qual a ONU alertava para altos índices de reprovação escolar e sem acesso ao ensino básico, sofridos por países da América Latina. De acordo com as justificativas utilizadas pela própria ONU,

Mais de 100 milhões de crianças não tem acesso ao ensino primário; mais de 960 milhões de adultos analfabetos; mais de um terço de adultos no mundo sem acesso ao conhecimento impresso e às tecnologias e ainda mais de cem milhões de crianças e um número incontável de adultos que não conseguem concluir o ensino básico (DUPLANTE, 2009, p. 77).

Essa ideia faz parte da perspectiva neoliberal, discurso hegemônico de que a educação é permeada por uma crise que seria de ordem técnica, que deveria ser respondida de modo a buscar a *eficácia, eficiência e a produtividade* e que o monopólio do Estado na oferta da educação pública, conduziria a uma inevitável ineficácia competitiva da escola (GENTILI, 1998). Na realidade, os gestores passam a concorrer entre si, na captação de mais recursos para suas escolas.

A competitividade, na visão de Santos, M. (2013), é um processo de perversidade em que o outro, seja empresa, instituição ou indivíduo, aparece como obstáculo à realização dos fins de cada um e deve ser removido. Sob esta ótica, há a morte da política, uma vez que a condução das decisões políticas passa a ser atributo das grandes empresas.

Disto decorre a prerrogativa de que a questão central de melhorar a educação, não está em aumentar o orçamento educacional, mas em gastá-lo melhor, construindo a ideia de que

Não faltam mais trabalhadores na educação, mas “docentes mais bem formados e capacitados”; que não faz falta construir mais escolas, mas “fazer um uso mais racional do espaço escolar”; que não faltam mais alunos, mas “alunos mais responsáveis e comprometidos com o estudo” (GENTILI, 1998, p. 19).

Essa ideologia é disseminada pelo Programa Ação Educação e assimilada pelos participantes que transferem para si ou para o Estado a responsabilidades pelas falhas do cotidiano escolar, como demonstra a fala do gestor do Centro Darcy Ribeiro obre pontos negativos do Programa Ação Educação

A única coisa negativa que eu acho que estava acontecendo é por nós não ter prédio próprio, isso impossibilitava da gente realizar certas ações, que o programa exigia um espaço maior. Pois, em um mesmo prédio funcionam duas instituições uma escola do estado e outra do município (Claudio Silva, entrevista em 28/07/2014).

A partir da fala do gestor percebe-se que a falta de prédio próprio passa despercebido, isso atrapalhava as atividades do Programa, mas, em nenhum momento se discutia essa problemática. Aqui consiste, fundamentalmente, o caráter ideológico do Programa Ação Educação, pois, compreende-se que há uma separação entre a educação proposta pelo Programa da realidade social, que se efetiva a partir de uma transformação sutil dos problemas da educação em problemas autônomos. Essa dinâmica deve mascarar, as desigualdades sociais, tais como são encontradas notadamente na divisão social do trabalho (CHARLOT, 1986).

Sob esta ótica percebe-se que há o funcionamento ideológico de uma pedagogia que justifique as desigualdades sociais, sem admitir que as desigualdades econômicas e sociais resultem das estruturas sociais (CHARLOT, 1986).

A partir de programas semelhantes ao Ação Educação, o Estado neoliberal promete fazer uma revolução educacional realizando as devidas reformas administrativas, elegendo o mercado como um executor eficaz na produção da educação de qualidade, por isso contratam consultorias no ramo mercadológico para superar a “crise educacional”.

Segundo informações do Gestor da Escola Darcy Ribeiro, Açailândia fora “escolhida para sediar o Programa Ação Educação pelo fato da cidade ser no Maranhão, sede escritório da Vale” (Claudio Silva, entrevista em 28/07/2014). Não podemos deixar de mencionar que Açailândia é um dos municípios mais afetados pelos impactos negativos do processo de desenvolvimento econômico da Vale.

Em 2013, foram registrados impactos da estrada de Ferro Carajás nos bairros de Novo Oriente, Francisco Romão, João do Vale, Planalto I, Planalto II e Agro Planalto e no bairro Vila Ildemar. Conforme Faustino e Furtado (2013, p. 63), os maiores impactos são:

Atropelamento de animais domésticos e de criação, trepidação e rachaduras nas casas, plantio de eucalipto destinado ao polo siderúrgico, que afeta a agricultura familiar, aterramento de poços pelas vibrações causadas pela passagem do trem, poluição sonora, fenômeno “meninos do trem” crianças e adolescentes que realizam viagens clandestinas no trem de passageiros ou nos vagões de minérios, atropelamentos de pessoas. Influência promocional nos conteúdos e na didática das escolas nos assentamentos através do programa Educação que Vale, financiamento dos conselhos tutelares por parte da Vale, nesse caso é que Vale financia o Fundo Municipal da Infância e do Adolescente, com dinheiro que deduz dos impostos.

Esses são alguns problemas causados pela ação da Vale no município, impactos negativos causados pelas guseiras e pela Estrada de Ferro Carajás, de modo que a empresa tenta ainda criar uma imagem de socialmente responsável.

Outro elemento de importante destaque citado pelos gestores diz respeito à jornada do curso de formação de gestores, pois havia um dever de casa para que os gestores executassem em suas escolas, atividade essa denominada de agenda de campo, uma espécie de cumprimento de metas estabelecido nas jornadas.

Segundo a fala de uns dos entrevistados, “Quando saímos das jornadas, tinha a jornada de campo, onde a gente tinha que executar na escola o que a gente aprendeu. Fazíamos formação com os professores da escola, formação com os pais e com alunos” (Célio Rodrigues, entrevista em 28/07/2014).

Estes, por sua vez, tinham metas a cumprir no período de dois meses, tempo estipulado para retornar à formação do curso.

Cada aluno tinha sua meta a ser atingida mensalmente, eu como gestor tinha uma meta, o professor também tinha a sua meta, quando chegava ao final de dois meses, fazíamos um levantamento de quem tinha atingindo e não tinha atingido suas metas, fazíamos uma exposição tudo em gráficos, porque a base de dados pra eles é em gráficos. Quando voltávamos pra jornada tínhamos que dar o retorno de como foi feito e como conduzimos (Claudio Silva, entrevista, em 28/07/2014).

A forma de premiar os que conseguiam alcançar as metas, antes estabelecidas nas jornadas, ocorria por meio da premiação pelo sistema de reconhecimento Bravo, o mesmo utilizado em empresas para premiar o colaborador do mês, ou seja, o trabalhador que mais auferir lucro para a empresa ganha um certificado de reconhecimento do seu trabalho.

Nesse caso, o sistema Bravo premiava os melhores da Escola, com premiação para “melhor professor, aquele que agisse além do normal, mostrando-se inovador e criativo, que daria tudo que tivesse para garantir que seus alunos aprendessem; melhor aluno, melhor técnico, melhor serviços gerais e assim por diante” (ANEXO A).

Percebe-se que a relação dos professores com o Programa acontecia de forma indireta. Estes recebiam formação dos gestores, como relata o gestor da Escola Darcy Ribeiro “reuníamos os professores à noite, que era o horário de funcionamento da escola, dávamos o retorno do que a gente aprendia na jornada e traçar o que a gente ia desenvolver dentro do programa” (Claudio Silva, entrevista em 28/08/2014).

Os gestores funcionavam como multiplicadores do conhecimento, ao perguntar aos gestores Claudio Silva e Célio Rodrigues como se dava a aceitação do Programa pelos professores nessas formações, Célio Rodrigues relata que:

O professor era um caso muito complicado. Na verdade o mais complicado de todos era o professor, porque assim, vou te falar, o professor já tá cansado com a ideia de que tudo é imposto e aí volta e meia, tinha reclamação de professor nesse sentido. Mas, nessa escola aqui, conseguimos envolver 90% dos professores, dividimos a sala entre os professores, fazíamos a formação antes, professor assumia a responsabilidade, quer dizer tinha professor que fazia corpo mole, mas 90% participaram (Célio Rodrigues, entrevista em 29/07/2014).

O gestor Claudio Silva, da Escola Darcy Ribeiro, faz um relato semelhante: “durante o programa houve falha em envolver mais pessoas, ou no professor em aceitar o novo” (Claudio Silva, entrevista em 28/07/2014).

A ideia difundida pelo Programa nas subjetividades dos gestores é a de que a escola funcionaria mal porque as pessoas não reconhecem o valor do conhecimento e investem pouco em seu capital humano, os professores trabalham mal porque não se atualizam e os alunos fazem de conta que estudam (GENTILI, 1998).

Na tentativa de compreender a relação do professor com o Programa, procurou-se conversar com um professor que tivesse participado das formações realizadas pelos gestores internamente nas suas escolas. Indicado pelo gestor Claudio Silva, o professor Milton Teixeira aceitou passar algumas informações a respeito dos seus sentimentos com relação a proposta do Programa Ação Educação. O professor era do Centro de Ensino José Cesário, escola dirigida pelo gestor Célio Rodrigues. O professor Milton falou um pouco da sua participação nesse programa, relatando que

Nesse momento eu não sei precisar o nome desse projeto, o que já é uma prova de que eu participava de uma coisa que eu não tinha conhecimento específico, isso já é uma coisa extremamente negativa. Então, dentro da parte que me toca como professor, nós recebemos alguns materiais que nos foram repassados pela coordenação pedagógica, são fichas com orientações específicas, e todas essas fichas têm um roteiro e uma metodologia a ser aplicada. Daí, a atividade que envolve o professor seria pegar essas fichas e fazer um trabalho mais diretamente com os alunos e, junto com os alunos, o professor iria construir algumas metas e essas metas buscavam reduzir o índice de repetência, melhorar a questão do índice de aprovação, tentar evitar a questão da evasão escolar, alguns aspectos nesse sentido (professor Milton, entrevista em 29/07/2014).

A relação entre professor e o Programa era indireta, aos professores cabia apenas mobilizar-se para alcance das metas. O professor, não muito diferentemente dos gestores, mostra-se desinformado sobre questões relativas ao Programa. Nesse sentido, o professor faz uma série de críticas

A primeira crítica é: se é uma ação específica para os gestores e vai envolver os alunos e professores, então, tanto os professores quanto os alunos deveriam participar de igual forma quanto os gestores. A gente entende que se é um projeto em que alguém vai capacitar os gestores para serem multiplicadores, na maioria das vezes a gente entra no projeto sem conhecer a fundo, detalhes que foram repassados para o gestor. Então, nesse aspecto, avalio que o projeto foi muito falho. Depois, quando esse projeto chega às escolas é um projeto que ele tá preocupado em ser executado, mas é uma falha, porque não há um núcleo permanente (professor Milton, entrevista em 29/07/2014).

De acordo com descrição do Programa pelos seus ex-participantes, pontua-se que eram utilizados na sua metodologia mecanismos de treinamento, avaliação, controle, medição, disciplinamento e estímulo à produtividade. Equiparando-o a uma organização empresarial. Entretanto, o gestor Célio Rodrigues informa que o Programa se utilizava do método Paulo Freire: “Baseado em Paulo Freire, falavam o tempo todo em Paulo Freire⁴⁰” (Célio Rodrigues,

⁴⁰ O método Paulo Freire é um método de alfabetização de jovens e adultos desenvolvido por Paulo Freire quando era diretor do Departamento de Extensões Culturais na Universidade de Recife. Foram alfabetizados 300 cortadores de cana em 40 horas, na cidade de Angicos, RN. O método consiste em estimular a alfabetização/educação dos adultos mediante a discussão de suas experiências de vida entre si, através de tema/palavras geradoras da realidade dos (as) alunos (as). Com base na Educação Popular, constitui-se em uma práxis dialética, uma proposta teórica e prática em que se realiza uma metodologia pedagógica e didática pautada em princípios de participação, no diálogo, na percepção da diversidade de saberes e em como tais ações, propiciam uma nova dinâmica de aprendizagem para os sujeitos que a compõem (BRANDÃO, 1995).

entrevista em 29/07/2014). Bem como, a Vale propaga em seus documentos oficiais ideias do educador Paulo Freire: “educação não transforma o mundo. Educação muda pessoas. Pessoas transformam o mundo” (VALE, 2014). O Programa apresenta que sua filosofia fundamenta-se no método Paulo Freire e a metodologia nos “Arranjos de Desenvolvimento da Educação” (VALE, 2015), na qual um grupo de municípios com proximidade geográfica e características socioeconômicas semelhantes busca trocar experiências e solucionar conjuntamente dificuldades na área da educação, entretanto o que ocorre de fato é uma tecnificação da educação valorizando temas de uma educação com base em números e metas a serem alcançados sem a participação de alunos, professores e demais agentes sociais da escola que não participaram de todo o processo.

O modelo metodológico adotado pelo Programa Ação Educação para escola parece emblemático à medida que sintetiza a tendência das políticas neoliberais, qual seja a de replicar no campo pedagógico experiências formativas ou organizacionais próprias do campo empresarial, usando o discurso da educação popular.

Esse é um ponto que, na perspectiva de Demo (2002) e de Montañó (2008), é um tipo de farsa, um engodo, que munido de conteúdo ilusório tenta seduzir os educadores de que suas ideias também são as ideias dos representantes da Vale, nesse caso transmitidas pela consultoria Projecta e a Fundação Vale.

Percebe-se como a retórica neoliberal utilizando o discurso de superação da suposta crise educacional, com valores de autonomia e gestão eficaz, ocorre por meio do estabelecimento de mecanismos de controle de qualidade no interior das escolas. O Programa Ação Educação em Açailândia é um fato concreto dessa assertiva.

O Programa verifica o alcance das metas através do sistema denominado CAPTAR, uma espécie de pesquisa de percepção aplicada aos alunos, professores, serviços gerais e outros agentes que compõem a escola. Segundo os gestores, eram entregues fichas que mediam as Metas de Aprendizagem e Metas Operacionais da escola. Estes referenciais resultariam na percepção sobre a Escola (ANEXO B).

A ideologia da necessidade da formação é trabalhada minuciosamente, fazendo os gestores pensarem que precisam cotidianamente se reatualizar no campo do conhecimento pedagógico. Nesse sentido, os gestores informam que ao final do curso “formação de gestores” o Programa garantia um certificado de especialização em Gestão Educacional. Aquele que quisesse adquiri-lo, bastava que fizesse um artigo final e receberia o certificado de especialista em Gestão Educacional, através da Faculdade Pitágoras.

Observando a grade curricular de uma especialização da rede privada em Gestão Educacional do Instituto Educacional São Francisco em São Luís (IESF, 2015), constata-se que várias disciplinas requerem o direcionamento de diferentes profissionais da educação para ministrar as disciplinas. No caso em estudo, apenas uma pessoa, assumia todos os encontros e todo o conteúdo do curso. Em Açailândia, o gestor do Centro de Ensino José Cesário relata que:

A Vale entrava com uma pessoa que era a formadora, contratou uma empresa chamada PROJECTA, muito conceituada. Essa pessoa vinha de Minas Gerais, todos os meses, não falhou um dia, no início houve uma mudança, mas depois ficou uma pessoa só. O nome dela era até Raquel, muito competente, todos os encontros era ela, a gente aprendeu muito com ela (Célio Rodrigues, entrevista dia 29/07/2014).

O primeiro passo após o conhecimento da participação da consultoria PROJECTA, de Belo Horizonte, na formação dos gestores em Açailândia foi realizar uma busca na rede mundial de computadores na internet, entretanto, não foi possível encontrar seu endereço eletrônico.

Outro elemento que chamou atenção foi que a Vale justifica oferecer formação profissional na área da educação com base na LDB (Lei nº 9394/96). Assim, a empresa faz um recorte de um trecho da lei “a formação continuada é um direito de todos os profissionais de educação, como previsto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) e em concordância com o Plano Nacional da Educação (PNE)” (VALE, 2014b).

Um direito conquistado e agora mendigado, com consequências individualistas, moralizantes, disciplinadoras do ser social (DEMO, 2002). A formação continuada é um direito que deve ser respeitado, afirma o professor criticando o Programa Ação Educação:

Como é um projeto que diz respeito à gestão, é até uma contradição ao que determina a LDB 9.394/96. Ela trata especificamente, dá muita ênfase a gestão democrática, e aí quando eu vejo esse projeto me pergunto: como é que nós estamos fazendo uma gestão democrática se eles tiram a grande maioria dos envolvidos no processo? Aí, então, de imediato o projeto já perde todo seu sentido de ser (Professor Milton, entrevista em 29/07/2014).

Um dos problemas do Programa é que as metas eram impostas aos professores sem nem mesmo eles terem participado do curso de formação.

Os gestores demonstram a relação que o município tem com a Vale. Os dois identificaram que a mesma tem lucrativos negócios na cidade e fortes impactos negativos. Ressalta-se que a empresa não faz o que deveria fazer, nem cumpre de fato o que anuncia fazer, com seus projetos passageiros.

A Vale aproveita muito da situação do município. O sentido de investimento eu não vejo. Essa ação foi uma coisa que aconteceu esporádica, acabou e pronto, ela devia estar acompanhando pra vê se realmente isso vai virar uma política, não sei como, com quem. Mas, se ela conseguiu vir pra dentro da escola, então acho que tem como

ela fazer esse acompanhamento, devia permanecer dentro da escola, investir mais nesse sentido (Célio Rodrigues, entrevista em 29/07/2014).

Essa é uma característica básica de ações de responsabilidade social empresarial, de caráter esporádico, excludente, pontual, factual e com frágil compromisso com as causas que diz abraçar.

Na verdade, eu não me surpreendi quando vieram com esse projeto educacional. Quando eu era professor, ela já tinha uns projetos de reciclagem, porém, eu acho que há muito que fazer, pois ela faz muito pouco, por estar aqui conosco, no nosso bairro. A gente não percebe nenhum benefício social diretamente ligado à estrutura do bairro, como saneamento, ou mesmo a questão do meio ambiente, que é um descaso (Claudio Silva, entrevista em 28/07/2014).

Embora apareça na fala dos entrevistados o conhecimento dos impactos gerados pela empresa, apresenta-se uma dependência das ações sociais da empresa. Ou seja, por mais que a Vale acumule em Açailândia impactos negativos por conta da logística da mineração, os indivíduos alvo da RSE da empresa são limitados a pensarem para além da ação social da empresa. O foco dos ex-participantes do Ação Educação concentra-se na esperança da Vale dar continuidade permanente ao Programa. Mantendo-se a condição de dependentes da empresa.

A formação de gestores é um treinamento de ‘faz de conta’, um presente de grego que por fora parece um lindo presente, mas por dentro tem inúmeros objetivos, que por um lado são fragilizadores das relações sociais locais, de conquistas de direitos, além de suprimir a permanência da luta por melhores condições no trato da educação, assim como da totalidade da vida social (outros setores sociais); por outro, seus objetivos são funcionais à reprodução e manutenção da subalternidade das comunidades em que a Vale opera e onde ela escolhe “presentear” com seus programas.

4.4. FORMAÇÃO DE SECRETARIA DE EDUCAÇÃO EM BOM JESUS DAS SELVAS

O município de Bom Jesus das Selvas é considerado jovem, pois emancipou-se em 1994, localiza-se à margem da BR-222 com população estimada, em 2014, de 32.133 mil habitantes, apresenta IDH-M de 0,558, abaixo na media nacional (IBGE, 2014).

Em Bom Jesus das Selvas, um de seus povoados, Nova Vida, é cortado pela Estrada de Ferro Carajás. Esta comunidade sofre vários impactos em decorrência da passagem do trem da Vale: a dificuldade de travessia de um lado para o outro da ferrovia, atropelamentos de animais silvestres e de criação, interdição do campo de futebol da comunidade (FAUSTINO & FURTADO, 2013). Mas, ainda assim, a Vale se prontifica, de forma efêmera, a implantar

suas ações sociais descontextualizadas da realidade do município. Como é o caso do Programa Ação Educação.

O Programa Ação Educação funciona em Bom Jesus das Selvas desde 2013, com previsão para terminar no final de 2014, entretanto, segundo o Secretário de Educação Edvan Barros, o Programa ainda não fora finalizado, pois o encontro que o finalizaria em 2014, foi transferido para o ano de 2015 e até o momento ainda não se tem informação de que tenha sido realizado.

O referido Programa funciona em parceria com o Centro de Educação e Documentação para Ação Comunitária que, a partir de 2010, passou a se chamar Comunidade Educativa (CEDAC, 2014).

O Programa é direcionado ao corpo de funcionários da Secretaria Municipal de Educação, técnicos administrativos, coordenadores pedagógicos e o Secretário de Educação. Segundo a coordenadora pedagógica da Secretaria de Educação, Valéria Bogéa, em 2013, foram realizados 04 (quatro) encontros. Já em 2014 a Fundação Vale informou que seriam apenas um encontro no primeiro semestre e outro no segundo, este último fora transferido para 2015.

Conforme a Vale (2014b) “o curso de Formação é direcionado a secretários municipais de Educação, técnicos das secretarias nas áreas pedagógica, administrativa, financeira, de planejamento e de acompanhamento aos gestores escolares”.

À luz de Frigotto (1995), podemos afirmar que o tipo de formação profissional designado a trabalhadores no contexto da reestruturação do capital, incluindo profissionais da área de educação e, sobretudo, da escola pública, não passa de uma característica típica da investida do capitalismo para implantação de critérios empresariais de *eficiência*, de *qualidade total* e de *competitividade* em áreas incompatíveis com o mercado, como a educação.

Dessa forma, o Programa Ação Educação aparece como o solucionador dos problemas da educação de Bom Jesus das Selvas, que são mostrados como se fossem de ordem administrativa, e o Programa Ação Educação surgiria com o objetivo de resolvê-los, como se a equipe da Secretaria de Educação fosse ineficaz e incapaz de atingi-los ou, o que é ainda mais negativo, a equipe municipal parece ser um problema.

Na perspectiva de Santos, M. (2013), o individualismo surge a partir da necessidade de competir e é legitimado por uma ideologia largamente aceita e difundida, de modo que novos valores são criados em todos os planos, uma nova ética pervasiva e operacional em face dos

mecanismos de globalização. A ideia que se projeta é a de que os beneficiados pelo Programa estavam isolados e sem conhecimento, conforme suas falas:

Hoje, fazemos reuniões quinzenalmente, quais metas foram atingidas, trabalho mais integrado, de parceria. Outra coisa que despertou: um plano de ação bem desenvolvido, nós não tínhamos isso, hoje, todos sabem as metas que devem ser atingidas através do plano de ação geral da Secretaria. Eu sei que a ajuda foi tremenda (Valéria Bogéa, entrevista em 07/10/2014).

No entanto, o que transparece é que a equipe passa a exercer um trabalho semelhante ao trabalho de uma empresa no ramo concorrencial do mercado, tendo indicativos de metas a serem alcançadas no interior do sistema educacional, assim sendo, a formação dos funcionários é reduzida a uma questão técnica, sendo esta uma das operações centrais das políticas neoliberais.

Os problemas educacionais não são tratados como questões políticas em torno de distribuição desigual de recursos materiais e simbólicos e de poder, mas como questões técnicas de eficácia/ineficiência na gerência e na administração de recursos humanos e materiais (SILVA, 1995, p. 18).

Este é outro ponto chave do Programa Ação Educação que faz parecer que as dificuldades do cotidiano escolar ocorram por falta de produtividade e esforço por parte dos administradores educacionais, pois, na perspectiva do Programa, a Secretaria usava métodos atrasados e ineficientes. Nesse sentido, tudo se reduz a uma questão de melhor gestão e administração e de reforma de métodos de ensino. Como deixa transparecer no relato da coordenadora pedagógica:

Esse projeto abriu nossos olhares, a experiência que não tínhamos em funcionamento de secretaria, eles conseguiram abrir um leque de informação pra gente, porque tudo que a Fundação Vale faz é muito atualizado, eles sempre têm os olhares voltados para as melhores escolas do país, melhor estrutura de organização de secretaria do país. Pra nós foi bom, despertaram em nosso trabalho, o trabalho em parceria que é necessário, onde a secretaria deva fazer várias reuniões anuais, para todos os setores saberem como tá funcionando os outros, interligado. Antes, não sabíamos que era assim. Daí, percebemos que é muito importante ter esse tipo de contato, onde cada um sabe de tudo que acontece na secretaria (Valéria Bogéa, entrevista em 07/10/2014).

Compreende-se que o discurso do Programa traz em si uma carga de cientificidade de perfil ideológico extraordinário que seduz os participantes do Programa.

Os setores internos da Secretaria de Educação passam a funcionar como meros fiscalizadores das suas próprias ações no alcance de metas descontextualizadas com a realidade do município. Como se vê, atacam apenas problemas de ordem técnica.

A fala acima nos revela o quanto é difícil ir de encontro a esta prática que só precariza ainda mais as políticas de educação. Assim, concordamos com Silva (1995, p. 20), quando enfatiza que

As escolas públicas não estão no estado de crise porque gerenciam mal seus recursos, elas não têm os recursos que deveriam ter porque a população a que servem está colocada numa posição subordinada em relação às relações dominantes de poder. Seus métodos podem até ser inadequados, mas isso não pode ser discutido fora de um contexto de falta total de recursos e de poder.

Aspecto relevante do Programa diz respeito aos motivos pelos quais a Fundação Vale executou a formação de secretaria no município de Bom Jesus das Selvas, segundo a Vale (2014),

A baixa qualidade da educação no Brasil ainda é um dos principais limitadores do desenvolvimento e da melhoria da qualidade de vida no país. Altos índices de repetência e abandono escolar são aspectos de um problema generalizado no sistema educacional do país (VALE, 2014).

Entende-se que a escolha do município para sediar seu Programa justifica-se por motivos generalizáveis como o IDH do município ou a nota que a secretaria de educação municipal obteve no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) bem como por ser uma área impactada, constituindo-se como uma técnica de anestesiamento de possíveis conflitos locais.

Como podemos ver, o diagnóstico é realizado com base em indicadores gerais, perdendo de vista os problemas locais, de modo que a ideologia dominante do Programa funda-se na matematização da existência, carregando consigo uma crescente sedução pelos números, um uso mágico das estatísticas (SANTOS, M., 2013). Tal situação exerce o poder de santificar as ideologias e legitimar as ações, uma ciência cada vez mais redutora e reduzida da realidade social.

Parece que muitas das questões referentes ao Programa são obscuras para os participantes, ou seja, para o público alvo não são repassadas informações básicas sobre a execução e implementação do Programa, como demonstra mais um relato da coordenadora pedagógica sobre as demandas que levaram a Fundação Vale a reduzir a carga horária do Programa. Além disso, percebe-se uma defesa espartana das ações da Fundação Vale pela coordenadora pedagógica: “eles não falaram prá gente, porque eles são muito discretos, assim, quando eles vêm fazer as formações só dão informações pertinentes, não informam nada administrativo” (Valéria Bogéa, entrevista em 07/10/2014).

Esta é a prática e o discurso produzidos concretamente na realidade educacional de Bom Jesus das Selvas que faz a Fundação Vale igualar-se como uma instituição educacional e que se preocupa com as condições educacionais locais, quando concretamente, nem transparência e respeito ao programa ela dá de fato.

No aspecto das parcerias em Bom Jesus das Selvas, a ONG parceira foi o CEDAC, financiado pela Fundação Vale, contratado para realizar uma espécie de plano de trabalho

para que a rede municipal de educação se adequasse aos indicadores do PAR. Segundo assertiva da coordenadora pedagógica “O CEDAC é que realiza a formação, dá toda a orientação para que os técnicos trabalhem de forma correta. Realizam um trabalho de verificação, eles vêem o que tá certo e o que tá errado (Valéria Bogéa, entrevista 07/08/2014).

Na concepção de Montañó (2008), muitas ONGs vendem seus serviços para o Estado ou para Fundações Empresariais tendo como consequência a profissionalização dessas entidades. Desse modo, ressalta-se a incoerência de denominá-las como “não governamentais” ou “sem fins lucrativos”, uma vez que competem seus serviços via mercado.

Desse modo, no plano ideológico, a responsabilidade social do Estado para com o coletivo é transferida para o plano individual dentro de projetos de desenvolvimento social, como o Ação Educação. Não se percebe políticas de emprego nem de renda, mas há a transferência “de competências ou habilidades no campo cognitivo, técnico, de gestão e atitudes para se tornarem competitivos e empregáveis” (FRIGOTO, 1999a, p. 29).

Os serviços prestados pelo CEDAC seguem o modelo de racionalização de mão de obra pois, semelhante ao Ação Educação em Açailândia, apenas uma pessoa fazia todo o trabalho de formação da equipe de secretaria: “Quem vinha dar as capacitações era apenas uma pessoa. Durante todo o curso em Bom Jesus das Selvas, foi Mara Parize, ela é do CEDAC, que tem parceria com a Fundação Vale” (Valéria Bogéa, entrevista em 07/10/2014).

A partir desta fala, interpreta-se que na visão do Programa, apenas uma pessoa é suficientemente capaz de oferecer um curso de formação de secretaria, um profissional polivalente, capaz de identificar e resolver os problemas educacionais. Entretanto, na visão de Gentili (1998) não passa de intelectuais funcionais às políticas neoliberais que se dizem aptos a resolver a suposta crise educacional brasileira, que dispõem do saber instrumental necessário para alavancar as reformas educacionais. Por isso, a necessidade de

Consultar técnicos e especialistas em currículo, avaliação, em formação de professores, especialistas em tomadas de decisão com escassez de recursos, sabichões reformadores do Estado, intelectuais competentes em redução de gasto público, doutores em eficiência e produtividade (GENTILI, 1998, p. 26).

As orientações emanadas desses profissionais, ideologicamente certos de que o problema da educação está na administração e na gestão escolar, faz do Programa Ação Educação parte da lógica do modelo de educação pautado na reprodução das relações capital/trabalho de acumulação flexível, cuja proposta constitui-se de formação profissional que dê conta de desenvolver um conjunto de habilidades, que diz promover habilidades de gestão e qualidades básicas de ensinar e pensar (CARVALHO, 1999).

Entretanto, Frigotto (1999a) assinala que é ingênuo acreditar ser possível corrigir as distorções da educação em função da exigência da qualidade total e da qualificação de professores e gestores. Desse modo, o Ação Educação é completamente assimilado pela equipe da Secretaria Municipal de Educação, que passa a ter uma visão notadamente marcada pela busca de resultados quantitativos ligados aos índices de avaliação nas provas nacionais do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB).

A partir da análise realizada até aqui, pode-se constatar que o Programa Ação Educação configura-se como um presente de grego, programa de responsabilização dos gestores (Açailândia) e da equipe de secretaria (Bom Jesus das Selvas) pelo sucesso e fracassos dos resultados de suas ações no cotidiano escolar.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na intenção de responder às questões que impulsionaram a realização deste trabalho, conclui-se que a construção da responsabilidade social da Vale ocorre a partir de pilares ideológicos falseadores da realidade, pois, a Vale, por conta da sua atividade econômica principal ser a mineração, geradora de inúmeros conflitos socioambientais em comunidades onde a empresa atua, divulga cotidianamente um conjunto de ideias legitimadoras do seu desenvolvimento econômico.

O caminho percorrido para a análise da RSE da Vale não ocorreu unicamente pela busca desse conceito divulgado pelo marketing empresarial da Vale, que seria de uma relação harmoniosa. Buscamos compreender concretamente, a partir de um levante coletivo constituído por pessoas afetadas diretamente pelos impactos negativos gerados pela empresa e movimentos sociais, como esses grupos conceituam a RSE da Vale, uma vez que parte desse público são os destinatários das ações de RSE da empresa.

Compreende-se, que no intento da empresa tentar amenizar os impactos negativos do desenvolvimento econômico da mineração, sem limites, às comunidades cortadas pela Estrada de Ferro Carajás, a empresa emprega um aparato organizacional capaz de projetar uma imagem de empresa que não condiz com a Vale que age na realidade dessas comunidades.

São apresentados alguns expedientes propagadores de valores referentes à RSE da Vale: a Fundação Vale; o Código de Ética da empresa; Relatório de sustentabilidade e o COMEFC, responsáveis por difundir “responsabilidade social” como “canto da sereia”, de caráter mistificador e ofertar programas sociais como “presente de grego” destruidores de valores sociais das comunidades diretamente afetadas pelos impactos da busca irremediável por lucro da Vale.

A empresa se utiliza de valores sociais de forte impacto na sociedade brasileira, desvirtua o significado de solidariedade: pois boa parte dos programas sociais da Vale ocorrem por meio do voluntariado entre os próprios indivíduos da comunidade, ou seja, o marketing empresarial da empresa induz as comunidades a se alto solidarizarem. Mas, visto de outra perspectiva (DEMO, 2002; PAOLI, 2003; SANTOS, M., 2013), tal solidariedade submete os destinatários de ações sociais à submissão, funcional ao projeto de desenvolvimento das políticas neoliberais, uma solidariedade arquitetada por uma elite empresarial destinada aos receptores de ações sociais.

Outro apelo propagado pela RSE da Vale é a construção da suposta cidadania, pois para a Vale, o fato de o indivíduo ter acesso a seus programas sociais, já estar-se-ia exercendo a cidadania. Tal cidadania com projeção de subalternidade, sem elementos que inserem a política coletiva, a crítica à realidade de desigualdades econômica, social, política e cultural engendradas pelo modelo de desenvolvimento econômico da Vale. Modelo de cidadania diferente daquele cultivado nos anos de 1980 no Brasil pelo movimento de redemocratização do país, que se pautava na luta cotidiana por demandas reais via Estado. A atual cidadania espera pela caridade do empresariado, cidadania de terceira classe (PAOLI, 2003).

O Estado brasileiro, desde 1990, passa por um cenário de redefinição do seu papel pelos efeitos perversos da reestruturação produtiva, gerando, assim, uma omissão frente à garantia de direitos sociais e uma forte presença dos projetos do capital transnacional. Com as inovações ocorrentes no mercado de trabalho, o Estado brasileiro passa para a lógica do empresariado em virtude da importância do mercado enquanto articulador e regulador da vida social. Desse modo, verifica-se a omissão do Estado frente aos impactos destrutivos produzidos pela Vale e, como podemos ver, faz parte do cotidiano da empresa violar direitos humanos das comunidades em que a empresa atua. O Estado frente a essas violações não apresenta punição significativa à empresa.

A respeito dos efeitos produzidos pelo Programa Ação Educação na perspectiva dos destinatários, de Açailândia, diretamente os gestores e indiretamente os professores e Bom Jesus das Selvas, a equipe de Secretaria de Educação, entre técnicos e o Secretário de Educação, compreendeu-se que é expediente disseminador de valores alçados na educação na lógica do capital, ou seja, na competitividade, no individualismo, na culpabilização pela improdutividade em relação à captação de recursos escolares e nos problemas do cotidiano escolar.

A Vale incorpora a visão de mundo capitalista que deve ser inculcada via programas de educação, gerando um consenso entre consumidores e comunidades locais. Trata-se de uma internalização pelos indivíduos das boas normas, enquanto que a violência com que se desenvolve a mineração da Vale é relegada a um segundo plano.

Tais valores são produtores de uma separação em uma situação em que aos participantes do Programa é omitida a relação entre a educação e a realidade social, pois os problemas da educação são transformados em problemas individuais.

A análise referente ao Programa Ação Educação remete-se a uma pedagogia com efeito de poder engendrada a partir de um discurso que tem como principal difusor o Banco Mundial ao nível global, empresas e Estado brasileiro ao nível local. O Banco Mundial apresenta-se

com “linguagem de ‘ajuda ao desenvolvimento’, na verdade é claro efeito de poder, pois esconde, a pretexto de ajuda, dura política neoliberal de marginalização crescente das populações pretensamente ajudadas” (DEMO, 2002, p. 33).

Os efeitos desse Programa aos Gestores de Açailândia e equipe de Secretaria de Educação de Bom Jesus das Selvas são geradores de uma certa acomodação, pois, em primeira instância, não se questiona a origem do Programa, até porque se o fizerem é possível que a Vale retire o Programa antes de começar, fazendo valer o dito popular: cavalo dado não se olha os dentes. Por isso, o Programa Ação Educação é interpretado aqui como, em primeira instância, canto de sereia, divulgado de forma encantadora e, em segunda, uma dádiva de grego, por fora seduz, mas, internamente contem efeitos de dominação, efeitos de poder. Segundo Demo (2002, p. 34) esse processo gera efeitos devastadores para os destinatários, pois “em vez de apostar na emancipação, acomoda-se na ajuda externa, nas recomendações do próprio algoz, na boa vontade da causa principal da marginalização”.

A pedagogia realizada pelo Programa Ação Educação pode ser interpretada à luz do que Acselrad e Bezerra (2010, p. 189) chamam de “feitiçaria capitalista, que é o mecanismo pelo qual o capitalismo paralisa e captura os atores sociais”. Nos termos da RSE da Vale, organiza-se um processo em que são difundidas ações sociais ‘normalizadoras’ de comportamento individual. A ideia vendida pelo Programa é a de que a formação pedagógica deixará todos os participantes ao nível de competir no mercado da educação, pois, assim relata Valéria Bogéa “os técnicos que ministram os cursos de formação também trabalham para as melhores escolas privadas do país” (Valeria Bogéa, entrevista realizada em 07/10/2014).

O indivíduo é enfeitado pela ideia normalizadora, ou seja, ele é disciplinado pela norma. Para Acselrad e Bezerra (2010, p. 189),

A norma como princípio da comparação, é acionada para ativar a competição entre os trabalhadores. A normalização é a prática que faz com que um código se torne comum a todos, o que implica uma reforma do entendimento, uma pedagogia da definição do que é necessário.

Percebeu-se que a ‘pedagogia do necessário’ faz-se presente desde o início do Programa, introjetando nos indivíduos a obrigatoriedade concedida a respeitar o Programa e tê-lo como o salvacionista da situação educacional.

Os impactos desejados pela ação social, por um lado, parecem limitar-se ao término do Programa, que é passageiro, sem continuidade, o que impede os gestores, no caso de Açailândia, de continuarem com o cumprimento das metas estabelecidas pela formação de gestores. Isto justifica o desejo dos gestores na permanência do Programa.

Contudo, os resultados e efeitos do Programa é a desarticulação por parte dos destinatários do Programa, quanto ao debate político de reivindicação de escolas públicas de qualidade, de questionar os impactos negativos realizados pelo desenvolvimento econômico da Vale em seus municípios. Questionar o próprio desenvolvimento econômico atual de exportação de *commodities*, em que riquezas são extraídas do solo nacional e não se vê desenvolvimento social, aquele propagado pelo Estado e pela mineradora.

Conclui-se que o Programa Ação Educação age ideologicamente sobre os destinatários do Programa porque apresentam os problemas sociais isolados da realidade local justificando de fato as desigualdades e dominação de classe que reinam nessa realidade social e que a performance ideológica encontra-se dos conteúdos trabalhados pelo Programa até o modo de relação da Vale com os municípios receptores do Ação Educação.

É lamentável que a educação nacional, seja pública, privada ou neofilantrópica esteja orientada por organismos econômicos mundiais, liderados pelo Banco Mundial e o FMI, assim como é demagógico estes órgãos sustentarem que a miséria latino americana é resultado da educação deficiente, especificamente no Brasil, e que investir em educação acabaria com a pobreza.

Esse discurso esconde determinantes de igual ou maior importância na origem da pobreza de parte dos países latino americanos, como “a dívida externa, a corrupção das elites, o protecionismo dos países ricos, que lhe tira dez vezes mais do que lhes dá em termos de ajuda” (STEFFAN, 1999, p. 120).

Conclui-se que o modelo de responsabilidade social empresarial da Vale não chega a atender nem mesmo a noção de RSE propagada por Ashley (2006), aquela que tem como matriz a cultura local, pois, o Programa Ação Educação não alcança os objetivos prepostos, nem ocorre o que o marketing da Vale propaga.

O Programa Ação Educação reafirma-se no cenário da filantropia pedagógica, ou da neofilantropia, apresentando um tratamento moral à questão social brasileira, que diz agir no controle da exclusão social por meio de ações restritas, efêmeras e focalizadoras, porque atinge pequenos grupos sociais. O acesso do indivíduo a esse Programa é definido não por meio de garantia de direitos, mas por intermédio de critérios particularizados por uma elite empresarial.

A dinâmica do Programa Ação Educação assemelha-se ao canto de sereia porque faz uma propaganda falsa daquilo que de fato ocorre na realidade no contexto de realização do Programa. Entre alguns fatores destacam-se o sistema de parcerias, de ações de ONG como a CEDAC, PROJECTA e a Fundação Vale, nítida ação ideológica que não promove uma

educação de qualidade, mas, de quantidade e não resolve o problema da pobreza, mas contribue para acentuá-la, culpabilizando os destinatários do Programa pelos problemas educacionais.

O Programa Ação Educação assemelha-se a presente de grego por conter, em sua estrutura de funcionamento, objetivos implícitos, os quais operam na lógica da reprodução do modelo de desenvolvimento econômico da Vale, quais sejam: despolitização do indivíduo que perfaz o público alvo do Programa, neutralizadores de potenciais conflitos frente aos impactos da mineração (efeitos sentidos de perto pelas comunidades), além de introjetar um modelo ideal de educação, de cunho ideológico, mistificador das desigualdades sociais.

Enfatiza-se com isso que a RSE da Vale tem eficácia apenas na ordem do discurso, pois este apresenta-se ideológico no encobrimento de ações sociais da empresa tirando o foco dos impactos da mineração.

Não obstante, diante desses impactos negativos às comunidades, a empresa apresenta programas e projetos sem nenhuma contextualização com a realidade local. Desse modo, encaixa-se o Programa Ação Educação, com formação de gestores estaduais e formação de equipe de secretaria de educação municipal.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 16001: Responsabilidade social, Sistema de Gestão.** Disponível em: <<http://www.abntcatalogo.com.br/norma.aspx?ID=091309>>. Acesso em: 15 dez. 2014.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE RECURSOS HUMANOS NACIONAL. **Prêmio ser humano Oswaldo Checcia 2014.** Disponível em: http://www.premioserhumano.com.br/pdf/gp_empresa_cidada_psh.pdf Acesso em 12 jan 2015.

ACSELRAD, Henri. As práticas espaciais e o campo dos conflitos Ambientais. In: Acselrad, Henri (Org.) **Conflitos Ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Heinrich Boll, 2004, p. 13-35.

_____; BEZERRA, Gustavo das Neves. Desregulação, deslocalização e conflito ambiental: considerações sobre o controle das demandas sociais. In. ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de et al. (Org) **Capitalismo Globalizado e recursos territoriais: fronteiras da acumulação no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2010, p. 179-209.

AGENDA 21 BRASILEIRA. **Resultado da consulta nacional** / Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 21 Nacional. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004. Disponível em: http://www.mma.gov.br/estruturas/agenda21/_arquivos/consulta2edicao.pdf Acesso em: 12 out 2014.

AIAV. ARTICULAÇÃO INTERNACIONAL DOS ATINGIDOS PELA VALE. **Relatório de Insustentabilidade da Vale 2012.** Disponível em: <<http://amazonwatch.org/assets/files/2011-vale-unsustainability-report.pdf>>. Acesso em: 14 mar. 2014.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de et al. **Capitalismo Globalizado e recursos territoriais: fronteiras da acumulação no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2010.

ARAUJO, Marley Rosana Melo de. **Exclusão social e responsabilidade social empresarial**. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pe/v11n2/v11n2a20.pdf>> Acesso em 12 jan 2015.

ARAUJO, A. H. D. **Aliança luso-britânica e a segunda guerra mundial**. Lisboa: E.N.P. 1956.

ARENDT, Hannah. **A condição Humana**. Trad. Roberto Raposo. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

ASHLEY, Patrícia Almeida. **Ética e Responsabilidade Social nos Negócios**. São Paulo: Saraiva, 2006.

BEGHIN, Natalie. **A filantropia empresarial: nem caridade, nem direito**. São Paulo: Cortez, 2005.

BEHRING, Elaine Rosseti; BOSCHETT, Ivanete. **Política Social: fundamentos e história.** São Paulo: Cortez, 2011.

BIANCHETTI, Roberto G. **Modelo neoliberal e políticas educacionais.** São Paulo: Cortez, 1996.

BIANCHI, Sergio (diretor) **Quanto vale ou é por quilo?** Riofilme Produção Brasil. 2005. DVD (110 min).

BLOCH, Ernst. **O princípio da esperança.** Trad. Werner Fuchs. Rio de Janeiro: EdUERJ: CONTRAPONTO, 2006.

BOSSI, Dário. **Impactos e resistências em Açailândia, profundo interior do Maranhão.** Disponível em: <justicanostrilhos.org/.../Impactos%20socioambientais%20em%20Açailân> Acesso em: 12 Set 2014.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Em campo aberto: escritos sobre a educação e a cultura popular.** São Paulo: Cortez, 1995.

BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília: Senado Federal, 2007.

BRASIL, **Movimento todos pela educação.** Disponível em: <http://www.unesco.org/new/pt/brasil/about-this-office/networks/specialized-communities/specialized-communities-ed/all-for-education/> Acesso em: 12 dez 2014.

BRASIL, **Plano de Ação Articuladas.** Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=159&Itemid=383> Acesso em 13/01/2015.

CARDOZO, Maria Jose Pires Barros. As transformações no sistema global do capital e os impactos na política educacional brasileira. In: Adelaide Ferreira Coutinho (Org.). **Reflexões Sobre Políticas Educacionais no Brasil: consensos e dissensos sobre a educação pública.** São Luís, EDUFMA, 2009, p. 178-192.

CÁRITAS. **Histórico da Cáritas.** Disponível em: <<http://caritas.org.br/quem-somos-e-historico>> Acesso em: 17 mar 2015.

CARNEIRO, Marcelo Sampaio. Exploração mineral de Carajás. **Não Vale.** São Luís: Justiça nos Trilhos, 2010. pp. 16-29.

CARVALHO, Celso do Prado Ferraz de. **A educação cidadã na visão empresarial: o telecurso 2000.** Campinas, São Paulo: Autores Associados, 1999.

CARVALHO, Maria do C. B. BLANES, Denise. **Sistema de Monitoramento e Avaliação implementado por uma organização do terceiro: o caso da Ação Comunitária do Brasil.** Tendências e perspectivas na avaliação de políticas e programas sociais. São Paulo: IEE/PUC, 2009.

CASTRO, Alda Maria Duarte Araújo. A nova gestão pública e as estratégias de accountability: implicações para a gestão educacional. In: COUTINHO, Adelaide Ferreira. (Org) **Reflexões sobre Políticas Educacionais no Brasil**: consensos e dissensos sobre a educação pública. São Luís: EDUFMA, 2009, p. 55-74.

CEDAC, Comunidade Educativa. **O que fazemos** Disponível em: <<http://www.comunidadeeducativa.org.br/fazemos.aspx>> acesso em: 13 Jan 2014.

CESAR, Monica de Jesus. **A intervenção social das empresas no Brasil**. Rio de Janeiro: UERJ, 2006.

COMEFC. Consócio dos municípios da estrada de ferro Carajás. Disponível em: <http://www.comefc.com.br/index/> Acesso em: 03 mar 2014.

CHAUÍ, Marilena de Souza. Raízes teológicas no Brasil: Teocracia dos dominantes, messianismo dos dominados. In: DAGNINO, Evelina (Org). **Anos 90**: Política e sociedade no Brasil São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 19-30.

_____. **O que é ideologia**. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

CHARLOT, Bernard. **A mistificação da pedagogia**: realidades sociais e processos ideológicos na teoria da educação. Trad. Ruth Rissin Josef. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

CHERQUES, Hermano Roberto. Responsabilidade Moral e Identidade Empresarial. **Rev. Administração Contemporânea**. Curitiba, 2003, p. 31-50.

COELHO, Tádzio Peters. **Projeto Grande Carajás**. Trinta anos de desenvolvimento frustrado. Rio de Janeiro: IBASE, Fordfoundation, 2014.

COUTINHO, Adelaide Ferreira. Educação sob a lógica do mercado: políticas de financiamento e parcerias com o setor privado. In: COUTINHO Joana Aparecida e LOPES, Josefa Batista. (Orgs). **Crise do capital, lutas sociais e políticas públicas**. São Paulo: Xamã, 2012, p. 147-167.

_____. O financiamento da filantropia em educação no Brasil. In: COUTINHO, Adelaide Ferreira (Org.). **Reflexões sobre Políticas Educacionais no Brasil**: consensos e dissensos sobre a educação pública. São Luís: EDUFMA, 2009. p. 127-144.

_____. **Políticas Educacionais e ONGs**. São Luis: EDUFMA, 2008.

COUTINHO, Joana Aparecida. **Ongs e Políticas neoliberais no Brasil**. Pontifica Universidade Católica de São Paulo, 2004. Tese de doutorado.

_____. Ongs e (In) responsabilidade social das empresas: solidariedade às avessas. **Revista Org e Demo**.2004, p. 167-186.

DAGNINO, Evelina. Os movimentos sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania. In: DAGNINO, Evelina (Org). **Os anos 90**: política e sociedade no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 103-121.

DEL PINO, Mauro. Política educacional, emprego e exclusão social. In: GENTILI, Pablo e FRIGOTTO, Gaudêncio (Orgs). **A cidadania negada: políticas de exclusão na educação e no trabalho**. São Paulo: Cortez, Buenos Aires, Argentina: CLACSO, 2002, p. 38-50.

DEMO, Pedro. **Cidadania Pequena: fragilidades e desafios do associativismo no Brasil**. Campinas, São Paulo: Autores associados, 2001.

_____. **Solidariedade como efeito de poder**. São Paulo: Cortez, 2002.

DHESCA, **Plataforma Brasileira de Direitos Humanos, Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais**. Disponível em: www.dhescbrasil.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=544:selecao-relatorias-direitos-humanos&catid=69:antiga-rok-stories Acesso em: 17 jul 2013.

DINIZ, Paulo Vinicius Lamana. **Responsabilidade Social Empresarial e Sociedade Política: elementos para um debate acerca da questão social no neoliberalismo** Disponível em: <<http://www.ige.unicamp.br/gapi/Diniz%20Estado%20&/Neoliberalism.pdf>> Acesso em: 10 set 2014.

DUBLANTE, Carlos André Sousa. A gestão da escola no cenário das políticas de estado: instrumento de concretização das ações. In: COUTINHO, Adelaide Ferreira. (Org.) **Reflexões sobre Políticas Educacionais no Brasil: consensos e dissensos sobre a educação pública**. São Luís: EDUFMA, 2009, p. 75-87.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. Trad. Leandro Konder. São Paulo: Expressão Popular. 2012.

ERICEIRA, Conceição de M. N. G. ROXO, Malila da G. A. BULHÃO, Rita. M. F. **As Políticas de Financiamento da educação no Brasil: do FUNDEF ao FUNDEB**. In: COUTINHO, Adelaide Ferreira (Org). **Reflexões sobre Políticas Educacionais no Brasil: consensos e dissensos sobre a educação pública**. EDUFMA, 2009, p. 109-126.

FAUSTINO, Cristiane; FURTADO, Fabrina. **Mineração e Violação de Direitos: o Projeto Ferro Carajás S11D da Vale S.A. Açailândia, MA, 2013**.

FÁVERO, Osmar. **Cultura popular: memórias dos anos 60**. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

FEREIRA, Leila da Costa. **A questão ambiental: sustentabilidade, políticas públicas no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2003.

FERNANDES, Rubem Cesar. **Privado porém público: o terceiro setor na América Latina**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

FIDH. Federação Internacional de Direitos Humanos. Brasil. **Quanto valem os direitos humanos: os impactos sobre os direitos humanos relacionados à indústria da mineração e da siderurgia em Açailândia**. Justiça Global, Justiça nos Trilhos. maio, 2011. Disponível em: <https://www.fidh.org/IMG/pdf/report_brazil_port_ld-2012-03.pdf>. Acesso em: 12 jun. 2014.

FONSECA, Marília. O Banco Mundial e a educação. In: Gentili, Pablo. (Org). **Pedagogia da exclusão e a crise da escola pública**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995, p. 78-95.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. 12ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

FRIEDMAN, Milton. **Capitalismo e liberdade**. Rio de Janeiro: Artenova, 1962.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A produtividade da escola improdutiva**: um (re) exame das relações entre educação e estrutura econômico-social e capitalista. São Paulo: Cortez, 1999a.

_____. **Educação e a crise do capitalismo real**. São Paulo: Cortez, 1999b.

_____. Educação e formação humana: ajuste neoconservador e alternativa democrática. In: GENTILI, Pablo. SILVA, Tomaz Tadeu da. (Orgs). **Neoliberalismo, qualidade total e educação**: visões críticas. Petrópolis, Vozes, 1995. p. 31-50.

FORUM CARAJÁS. Disponível em: <http://www.forumcarajas.org.br/> Acesso em: 18 Mar 2015.

GADOTTI, Moacir. **Educação e poder**: introdução à pedagogia do conflito. São Paulo: Cortez, 1998.

GENTILI, Pablo. **A falsificação do consenso**: simulacro e imposição na reforma educacional no neoliberalismo. Petrópolis: Vozes, 1998.

GLOBO CIDADANIA. **Relatório de ações sociais 2012**. Disponível em: http://estatico.redeglobo.globo.com/2013/10/22/Globo_RelatorioSocial_2012.pdf Acesso em: 23 Nov 2014.

GODEIRO, Nazareno. **Vale do Rio Doce**. Nem tudo que reluz é ouro, da privatização à luta pela reestatização. São Paulo: Sundermann, 2007.

GOHN, Maria da Gloria. **Teoria dos movimentos sociais**: paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Loyola, 2002.

GRAYSON, David. Os mandamentos da responsabilidade social empresarial. **Revista Atitude**. v. 1, 2009, p. 6-9.

GRIGATO, Rosemary B. **Política Ambiental e Responsabilidade Social Empresarial da CVRD**. Disponível em http://www.ufes.br/ppghis/agora/Documents/Revista_4_PDFs/Rosemay%20Grigato. Acesso em: 07 jun 2014.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. Trad. Adail Sobral e Maria Gonçalves. São Paulo: Loyola, 2012.

HAYEK, Friedrich August Von (1990). **O caminho da servidão**. Trad. Anna Maria Capovilla e José Ítalo Stelle. Rio de Janeiro: Instituto Liberal. 1999.

_____. **Os fundamentos da liberdade**. Trad. Anna Maria Capovilla e José Ítalo Stelle. São Paulo: Visão, 1983.

HOMERO. **A Ilíada**. Trad. Maria Luiza Maia de Oliveira. São Paulo: Paumape, 1991.

IAMAMOTO, Marilda Vilela; CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais serviço social no Brasil: um esboço de uma interpretação histórico-metodológica.** São Paulo: Cortez; Lima, Peru: CELATS, 2008.

_____, **Serviço Social em tempos de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social.** São Paulo: Cortez, 2007.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Índice de Desenvolvimento humano de Bom Jesus das Selvas** Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/cartograma/mapa.php?lang=&coduf=21&codmun=210005&idtema=16&codv=v20&search=maranhao|acailandia|sintese-das-informacoes->> Acesso em 15 Dez 2014.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Índice de Desenvolvimento humano em Açailândia.** Disponível em <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=210203&idtema=3&search=maranhao|bom-jesus-das-selvas|censo-agropecuario-2006>> Acesso em: 23Dez 2014.

IBRAM. INSTITUTO BRASILEIRO DE MINERAÇÃO. **Importações e exportações 2013** Disponível em: < <http://www.ibram.org.br/>> acesso em 12 jun. 2015.

INSTITUTO DE ENSINO SUPERIOR FRANCISCANO. **Ementa de especialização Gestão escolar.** Disponível em: <http://iesfma.com.br/index.php/pos/educacao>. Acesso em: 17 Set 2014

IPEA. INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Índice de Desenvolvimento Humano Municipal Brasileiro.** Brasília: PNUD, Ipea, FJP, 2013.

KEYNES, J. M. **A teoria Geral do emprego, do juro e da moeda.** São Paulo: Atlas, 1992.

KONDER, Leandro. **O que é dialética.** São Paulo: Brasiliense, 2012.

LELIS, Úrsula Adelaide de. SILVA, Maria Vieira da. A materialização das políticas do “terceiro Setor”, na Educação Brasileira, no contexto de “(Contra) Reforma” do Estado. In: LIMA, António Bosco de. MUÑOZ, Gabriel Humberto. (Orgs). **Estado e políticas públicas em tempos de reformas.** Campinas, São Paulo: Alínea, 2010, p. 69-86.

LESSA, Sergio. **Trabalho e proletariado no capitalismo contemporâneo.** São Paulo: Cortez, 2007.

LUXEMBURGO, Rosa. **Textos escolhidos I.** Trad. Stefan Klein, São Paulo: UNESP, 2011.

MARANÃO HOJE. **Revista São Luís: Class mídia comunicação e marketing,** 2014.

MARE, **Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado / Secretaria da Reforma do Estado Organizações sociais. / Secretaria da Reforma do Estado.** Brasília: Ministério da Administração e Reforma do Estado, 1998.

MARX, Karl. ENGELS, Friedrich. **A ideologia Alemã**. Trad. Luís Claudio de Castro. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

MARX, Karl. **Glosas críticas marginais ao artigo “o rei da Prússia e a reforma social: de um prussiano**. Trad. Ivo Tonet. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

MESTRINER, Maria Luiza. **O Estado entre a filantropia e a assistência social**. São Paulo: Cortez, 2011.

MILANEZ, Bruno. A duplicação dos trilhos e os planos econômicos da Vale. **Revista Não Vale**. II edição. São Luís/ MA, Justiça nos Trilhos, 2011, p. 52-74.

MINAYIO, Maria Célia de Sousa. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

MINEIRO, Adhemar S. **O Estado brasileiro e a política da Vale** Disponível em: www.plataformabndes.org.br/.../11-analises-do-desenvolvimento/ Acesso em: 13 jan 2014.

MONTAÑO, Carlos. **Terceiro setor e questão social: uma critica ao padrão emergente de intervenção**. São Paulo: Cortez, 2008.

MONTAÑO, Carlos; DURIGUETTO, Maria Lucia. **Estado, classe e movimento social**. São Paulo: Cortez, 2011.

MOTA, Ana Elizabete da. **Cultura da crise e seguridade social: um estudo sobre as tendências da previdência e da assistência social brasileira nos anos 80 e 90**. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. **O feitiço da ajuda: as determinações do serviço social na empresa**. São Paulo: Cortez, 2010.

MST. Movimento dos trabalhadores Rurais sem Terra. Disponível em: <http://www.mst.org.br/nossa-historia/> Acesso em: 12 Abr 2015

NETTO, José Paulo. Cinco notas a propósito da “questão social”. In: **Temporalis**. Brasília: ABEPSS. 2 Ed. Ano 2, n. 3, 2001, p. 41-49.

NEVES, Lucia Maria Wanderley. **Educação e Política no Brasil de hoje**. São Paulo: Cortez, 1994.

OLIVEIRA, Francisco de. Privatização do público, destituição da fala e anulação da política: o totalitarismo neoliberal. In: Francisco de Oliveira e Maria Celia Paoli (Org.). **Os Sentidos da democracia: políticas de dissenso e hegemonia global**. Rio de Janeiro, Vozes, 1999, p. 55-85.

OLIVEIRA, Leandro Dias de. A geopolítica do desenvolvimento sustentável: reflexões sobre o encontro entre economia e ecologia. **Carta internacional**. Revista vol. 7, nº 1, 2012, p. 118-139.

PANTOJA, Igor. **Planejamento Privado Social:** práticas da CVRD (Vale S.A.) em municípios do Maranhão. (DISSERTAÇÃO) Rio de Janeiro: Programa de Pós graduação em Planejamento Urbano e Regional, UFRJ, 2011.

PAOLI, Maria Célia. Empresas e responsabilidade social: os enredamentos da cidadania no Brasil. In: SANTOS, Sousa Boaventura (Org.). **Democratizar a democracia:** os caminhos da democracia participativa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 376-417.

PASTORINI, Alejandra. **A categoria “questão social” em debate** São Paulo: Cortez, 2010.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. Sociedade civil: sua democratização para a reforma do Estado. In: PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. WILHEIM, Lourdes. SOLA Lourdes (Org). **Sociedade e Estado em transformação.** São Paulo: UNESP, 1999, p. 67-116.

PEREIRA, Potyara A. P. **Necessidades humanas:** subsídios à crítica dos mínimos sociais. São Paulo: Cortez, 2011.

PETRAS, James; VELTMEYER, Henry. **Hegemonia dos Estados Unidos no novo milênio.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

PNBE. Pensamento Nacional Brasileiro das Bases Empresariais. **Prêmio de cidadania.** Disponível em: <http://www.pnbe.org.br/premio-brasileiros-de-valor-pnbe-2011-2.html> Acesso em: 23 jan 2015.

POLANYI, Karl. **A grande transformação:** as origens de nossa época. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.

POLÍTICA ENERGÉTICA NACIONAL. **Lei Nº 9.478, de 6 de agosto de 1997.** Disponível em <http://www.finep.gov.br/legislacao/lei_9478_06_08_1997.asp>. Acesso em: 30 nov 2014.

REIS, C. N. dos; MEDEIROS, L. E. **Responsabilidade social das empresas e balanço social:** meios propulsores do desenvolvimento econômico social. São Paulo: Atlas, 2007.

SACHS, Ignacy. O Estado e os parceiros sociais: negociando um pacto de desenvolvimento. In: PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. WILHEIM, Lourdes. SOLA Lourdes (Org). **Sociedade e Estado em transformação.** São Paulo: UNESP, 1999, p. 197-218.

SANT'ANA JUNIOR, Horácio Antunes; MUNIZ, Lenir Moraes. Desenvolvimento Sustentável: uma discussão crítica sobre a proposta de busca da sustentabilidade global. In: SANT'ANA JUNIOR, Horácio Antunes et al (Org.) **Ecossistemas e conflitos socioambientais:** a Resex de Tauá-Mirim. São Luís: Edufma, 2009, p. 255-276.

SANT'ANA JÚNIOR, H. A. Carajás 30 anos: projetos de desenvolvimento, resistências e mobilizações na Amazônia oriental. São Luís – MA: **Vias de Fato**, 2013. p. 6 - 7. Disponível em: <http://www.viasdefato.jor.br> Acesso em: 07 ago 2013.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização:** do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2013.

SANTOS, Neuziane Sousa dos. **Responsabilidade social empresarial: análise do projeto Vale Alfabetizar no município de Rosário em 2008.** Curso de Serviço Social, São Luís: UFMA, 2010. Monografia.

SANTOS, Rodrigo Salles P. Mineração no Brasil: por um debate amplo sobre a captura das rendas minerais. **Revista Não Vale.** II edição. São Luís/ MA, Justiça nos Trilhos, 2011, p. 75-89.

SIMIONATTO, Ivete; Pfeifer, Mariana. Responsabilidade Social das empresas: a contraface da sociedade civil e da cidadania. **Revista Virtual Textos & Contextos**, nº 5, 2006, p. 1-20.

SEPLAN. Secretaria de Planejamento. **Plano diretor da Estrada de Ferro Carajás.** Disponível em: <http://bd.trabalhoindigenista.org.br/sites/default/files/CTI02073.pdf> Acesso em: 12 fev 2014.

SILVA e SILVA, Maria Ozanira da. GUILHON, Maria Virginia Moreira. Comunidade Solidária: contradições e debilidades do discurso. In: SILVA E SILVA, Maria Ozanira da.(Org.). **O Comunidade Solidária: o não-enfrentamento da pobreza no Brasil.** São Paulo: Cortez, 2001, p. 71-91.

SILVA, Ilse Gomes. **Democracia e participação na ‘reforma’ do estado.** São Paulo: Cortez, 2003.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A nova direita e as transformações na pedagogia da política e na política da pedagogia. In: Gentili, Pablo. SILVA, Tomaz Tadeu. (Orgs). **Neoliberalismo, Qualidade total e educação: visões críticas.** Petrópolis: Vozes, 1995, p. 60-86.

SILVA. Sislene Costa da. Legado de Violações: impactos da estrada de Ferro Carajás no Maranhão. **Revista Não Vale.** II edição. São Luís/ MA, Justiça nos Trilhos, 2011, p. 8-21.

SOARES, Laura Tavares. **Os custos sociais do ajuste neoliberal na América Latina.** São Paulo: Cortez, 2009.

STEFFAN, Heinz Dieterich. Globalização, educação e democracia na América Latina. In: CHOMISK, Noan. **A sociedade global: educação, mercado e democracia.** Trad. Jorge Esteves da Silva. Blumenal: FURB, 1999, p 302-339.

UNICEF. **Declaração Mundial sobre Educação para Todos** Disponível em: http://www.unicef.org/brazil/pt/resources_10230.htm> Acesso em: 12 Dez 2014.

VALE. **Relatório de Sustentabilidade 2013.** Disponível em www.vale.com.>. Acessado em 14 jun 2014a.

_____, Fundação **Relatório de Atividade 2013.** Disponível em: http://www.fundacaovale.org/ptbr/afundacaovale/governancaetranparencia/transpare/Documents/fundacao_vale_relatorio-atividades2013_finalizando01_ap04.pdf. Acesso em: 12 out 2014b.

_____, **As perspectivas de mineração no Brasil**, Disponível em: <http://www.vale.com/PT/investors/Presentationwebcasts/Presentations/PresentationDocs/130924As_perspectivas_da_mineracao_no_Brasil_PRMF.pdf> acesso em: 16 mar 2014c.

_____, **Código de Conduta Ética da**. Disponível em <<http://www.vale.com/ptbr/investidores>> Acesso em: 13 out 2014d.

VIOTTI, Eduardo Baumgratz. **A economia e o Estado capitalista**. Petrópolis, RJ: 1996.

ZAGALLO, José Guilherme Carvalho. A Privatização da Vale. **Não Vale**. São Luís: Justiça nos Trilhos, 2010, p. 07-15.

ANEXOS